

JOSÉ ROBERTO SALES



IMIGRAÇÃO ITALIANA EM VARGINHA (MG)

1887 - 1927

EDIÇÃO DO AUTOR
VARGINHA - MG
2018

JOSÉ ROBERTO SALES

IMIGRAÇÃO ITALIANA

EM VARGINHA (MG)

1887-1927

1ª edição

Varginha – MG
Edição do Autor
2018



© Copyright José Roberto Sales, 2018

Catálogo na Fonte

Responsável: José Roberto Sales

981

Sales, José Roberto (1957-)

Imigração italiana em Varginha (MG) 1887-1927 / José Roberto Sales.

Varginha (MG) : José Roberto Sales, 2018

1ª edição; 176p; il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-60604-21-0

1. Varginha (MG). História – Séc. XIX-XX. 2. Varginha (MG) Imigração italiana 1887-1927. 3. Varginha (MG) – Patronímicos italianos. 4. Varginha (MG) Theatro Municipal Capitólio.

Capa, digitação e diagramação: José Roberto Sales.

Revisão de Língua Portuguesa: Sônia Cristina Mendes de Rezende. Especialista em Gramática da Língua Portuguesa.



José Roberto Sales

COLEÇÃO

Em 2014, o Setor de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Varginha realizou o inventário do conjunto das obras do historiador varginhense José Roberto Sales que tem por assunto a história de Varginha em seus mais variados aspectos. Surgiu, assim, a Coleção José Roberto Sales que integra o acervo de inventário de proteção do patrimônio cultural local. Este livro é uma das obras que integram a referida Coleção.

José Roberto Sales

COLLECTION

In 2014, the Historical Heritage Sector of the Cultural Foundation of Varginha Municipality carried out an inventory of all the works historian José Roberto Sales, whose subject is Varginha's (Brazil, MG) history in its most varied aspects. Thus arose the José Roberto Sales Collection which integrates the inventory of protection of the local cultural heritage. This book is one of the works that integrate the said Collection.



SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TOPÔNIMOS SUL-MINEIROS ANTIGOS E ATUAIS

LISTA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS DE VARGINHA ANTIGOS E ATUAIS

LISTA DE FOTOGRAFIAS

RESUMO

SUMMARY

SOMMARIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações gerais

1.2 Sociedade Central de Imigração, 1883-1891

1.3 Imigração italiana em Minas Gerais

1.3.1 Legislação da imigração em Minas Gerais, 1892-1897

2 METODOLOGIA

3 IMIGRAÇÃO ITALIANA EM VARGINHA 1887-1927

3.1 Varginha: sede do 4º Distrito de Imigração. A hospedaria dos imigrantes, 1894. Colônia agrícola de Varginha, 1887

3.1.1 Varginha: sede do 4º Distrito de Imigração 1893-1895

3.1.2 Hospedaria dos imigrantes, 1894

3.1.3 A imigração após a extinção do 4º Distrito

3.1.4 Instruções para a contratação de imigrantes, 1893

3.1.5 Colônia agrícola de Varginha, 1887

3.1.6 Trabalhadores rurais de Varginha: condições de moradia e higiene, 1927

3.2 Economia: indústrias, empresas, comércio e serviços

3.3 Sociedades italianas em Varginha

- 3.3.1 Sociedade Italiana de Beneficência 4 de Agosto, 1895
- 3.3.2 Sociedade Italiana Recreativa – Associação Recreativa, Cultural e Artística / Societá Italiana Di Beneficenza, 1927
- 3.4 Política: participação italiana na política municipal e no Movimento Separatista Sul-Mineiro de 1892
- 3.5 I Guerra Mundial 1914-1918
- 3.6 A família Navarra e o Theatro Capitólio, 1927
- 3.7 Famílias e patronímicos italianos
- 3.8 Nomes italianos: aportuguesamento
- 3.9 A morte e o extraordinário
- 3.10 Choque cultural: um estudo de caso
- 3.11 Homenagem de Varginha aos imigrantes italianos: denominações de logradouros públicos, centros de assistência à saúde e espaços culturais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APÊNDICE 1 Logradouros públicos em Varginha (MG) com denominações de imigrantes italianos, naturalizados e descendentes, 2018

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Total de imigrantes de várias nacionalidades desembarcados no porto do Rio de Janeiro, entre 1882 e 1885

QUADRO 2 Total de imigrantes desembarcados no Brasil segundo a nacionalidade e o porto de desembarque, em 1896

QUADRO 3 Imigração italiana para o Brasil no período 1884/1896

QUADRO 4 Legislação de Minas Gerais sobre imigração, segundo o tipo, número, data e assunto, em ordem cronológica, no período 1892-1897

QUADRO 5 População geral e de estrangeiros em Varginha (MG), 1920

QUADRO 6 Principais grupos de estrangeiros em Varginha (MG) e proporção da população geral e de estrangeiros, em percentuais, em 1920

QUADRO 7 Imigrantes italianos segundo o gênero, em Varginha (MG), em 1920

QUADRO 8 Distritos de imigração, cidades sedes e regiões de Minas Gerais, 1893

QUADRO 9 Distritos de imigração, cidades sedes e regiões de Minas Gerais, 1895

QUADRO 10 Concurso público para escolha do nome do Theatro Capitólio, Varginha (MG), 1927

QUADRO 11 Logradouros públicos em Varginha (MG) com denominações de imigrantes italianos, naturalizados e descendentes, 2018

LISTA DE TOPÔNIMOS SUL-MINEIROS ANTIGOS E ATUAIS

ANTIGO	ATUAL
Caracol	Andradas
Dores de Boa Esperança	Boa Esperança
Jaguary	Camanducaia
Pedra Branca	Pedralva
Santo Antonio do Machado	Machado
São José do Paraíso	Paraisópolis
Saúde	Perdigão

LISTA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS DE VARGINHA ANTIGOS E ATUAIS

ANTIGO	ATUAL
Cemitério paroquial	Atual Praça da Bandeira (Praça José de Rezende Paiva, centro)
Largo do Rosário	Avenida Rio Branco na proximidade da Avenida São José onde se localizava a Capela do Rosário
Praça Rio Branco	Avenida Rio Branco
Rua dos Comissários	Rua Alves e Silva
Rua Direita	Rua Presidente Antonio Carlos
Travessa da Estação	Rua estreita de acesso à Estação Ferroviária (atual Rua Presidente Álvaro Costa?) ⁽¹⁾

Nota: ⁽¹⁾ A atual Rua São Paulo também é via de acesso à Estação Ferroviária, no entanto, a Rua Presidente Álvaro Costa está mais de acordo com a denominação “travessa”: rua secundária transversal (não necessariamente oblíqua, conforme estabelecido brasileiroismo). A acepção utilizada em Varginha é rua curta e estreita; beco.



RESUMO

Este estudo apresenta alguns aspectos econômicos, sociais e culturais da imigração italiana no município de Varginha, Minas Gerais, no período entre 1887 e 1927. Para realizá-lo, foram pesquisadas fontes primárias de informação produzidas pelo poder público municipal (Câmara Municipal 1882-1889 e 1910-1915, Conselho de Intendência 1890-1892 e Conselho Distrital 1893-1894), jornais locais, principalmente a *Gazeta da Varginha* (1893-1897) e *O Momento* (1915-1917), álbuns de propaganda municipal (1918-1920) e correspondências particulares de imigrantes italianos (1920). A imigração italiana em Varginha é relacionada ao contexto amplo da formação populacional brasileira caracterizada pela miscigenação e ao quadro político, social e econômico da época, principalmente, à Abolição da Escravatura. A interpretação dos fatos busca a construir uma narrativa interdisciplinar e multifacetada que alia história, psiquiatria, psicanálise e linguística.

Palavras-chaves: Varginha – MG. Imigração italiana. Abolição da Escravatura. Miscigenação. Choque cultural. Assimilação cultural (aculturação).



SUMMARY

ITALIAN IMMIGRATION IN VARGINHA (BRAZIL, MG) 1887-1927

This study presents some economic, social and cultural aspects of Italian immigration in the municipality of Varginha, State of Minas Gerais (Brazil), between 1887 and 1927. To do this, were consulted primary sources of information produced by the municipal public authority (City Council 1882-1889 and 1910-1915, Council of Intendence 1890-1892 and District Council 1893-1894), local newspapers, mainly *Gazeta da Varginha* (*Varginha Gazette*) (1893-1897) and *O Momento* (*The Moment*) (1915-1917), municipal propaganda albums (1918-1920) and private correspondence of Italian immigrants (1920). The Italian immigration in Varginha is related to the broad context of the Brazilian population formation characterized by the miscegenation and the political, social and economic framework of the time, mainly, to the Abolition of Slavery. The interpretation of the facts seeks to build an interdisciplinary and multifaceted narrative that combines history, psychiatry, psychoanalysis and linguistics.

Keywords: Varginha (Brazil – MG). Italian immigration. Abolition of Slavery. Miscegenation. Cultural shock. Cultural assimilation.



SOMMARIO

IMMIGRAZIONE ITALIANA A VARGINHA (BRASILE, MG) 1887-1927

Questo studio presenta alcuni aspetti economici, sociali e culturali dell'immigrazione italiana nel comune di Varginha, nello stato di Minas Gerais, tra il 1887 e il 1927. Per eseguirlo sono state cercate le fonti primarie di informazione: verbali del Consiglio comunale (1882-1889; 1910-1915), Consiglio della Intendenza (1890-1892) e Consiglio distrettuale (1893-1894), corrispondenza privata di immigrati italiani (1920), album di propaganda comunale (1918-1920) e periodici di grande influenza in comunità nel periodo come *Gazeta da Varginha* (1893-1897) e *O Momento* (1915-1917). L'immigrazione italiana a Varginha è legata all'ampio contesto della formazione della popolazione brasiliana caratterizzata da un incrocio di razze e del quadro politico, sociale ed economico del tempo, in particolare per l'abolizione della schiavitù. L'interpretazione dei fatti cerca di costruire una narrativa interdisciplinare e sfaccettata che combini storia, psichiatria, psicoanalisi e linguistica.

Parole chiave: Varginha (Brasile – MG). Immigrazione italiana. Abolizione della schiavitù. Incrocio di razze. Shock culturale. Assimilazione culturale.



PRESENTAÇÃO

A ideia de escrever este livro surgiu a partir da apresentação da pesquisa “Imigração italiana em Varginha (MG) 1888-1920”, de minha autoria, no 8º Seminário da Imigração Italiana em Minas Gerais – Imigração italiana – memória, identidade e raízes: fontes e arquivos nacionais e internacionais, realizado em Belo Horizonte, nos dias primeiro e 02 de junho de 2018, na Casa Fiat de Cultura, na Praça da Liberdade, nº 10.

O Seminário foi idealizado pela Associação Ponte entre Culturas, constituída, em 2004, em Belo Horizonte, com o amplo propósito de integrar o estado de Minas Gerais à rede de artistas, produtores culturais e instituições culturais para promover o diálogo intercultural.

A Associação Ponte entre Culturas, em parceria com outras entidades e instituições brasileiras e italianas, publicou um edital com chamada para a inscrição de trabalhos que versassem sobre a presença italiana em Minas Gerais com enfoque na contribuição dos imigrantes italianos na construção socioeconômica, cultural e política do estado.

Os trabalhos inscritos seriam submetidos a uma Comissão Científica e os considerados de maior relevância, apresentados no decorrer do evento.

Atendendo a esse chamado público, realizei a pesquisa “Imigração italiana em Varginha (MG) 1888-1920”, aprovada

para ser publicada na Revista Virtual da Imigração Italiana em Minas Gerais e apresentada no 8º Seminário.

Devido à compreensível limitação de tempo, no 8º Seminário, no dia 02 de junho, apresentei apenas o resumo da pesquisa. Para a publicação em livro, o período da pesquisa foi ampliado para 1887-1927 e foram acrescentadas várias informações que expandiram substancialmente a abrangência do trabalho; a análise do estudo de caso de um choque cultural foi aprofundada.

O 8º Seminário da Imigração Italiana em Minas Gerais foi realizado pela Associação Ponte entre Culturas MG em parceria com a Associação de Cultura Ítalo-Brasileira de Minas Gerais, *Consiglio Generale Degli Italiani All'Estero CGIE*, *Consolato d'Itália in Belo Horizonte* e Ministério da Cultura – Governo do Brasil e contou com o apoio da Revista Comunità Italiana, Portal Itália em Minas Gerais e Casa Fiat de Cultura.

A palestra teve tradução simultânea para o idioma italiano realizada pela intérprete Paloma Luíza Neves Silva e também para a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. A transmissão foi realizada ao vivo pela internet. O audiovisual encontra-se disponível para os usuários na internet.

O texto com o resumo desta pesquisa, diferente do apresentado no Seminário, foi publicado na Revista Virtual da Imigração Italiana em Minas Gerais, organizada pela Associação Ponte entre Culturas – MG (PEC-MG), no endereço eletrônico <www.ponteentreculturas.com.br>.

1 INTRODUÇÃO

A imigração italiana para o Brasil, para as suas regiões e para vários de seus municípios tem sido bastante estudada. Até junho de 2018, a Biblioteca Nacional em seu catálogo *online* de Obras Gerais, dispunha de 128 trabalhos com o título “imigração italiana” ou relacionado a esse conteúdo. A maioria dessas publicações foi realizada entre 1975 e o presente.

Além disso, centenas de artigos, ensaios, pesquisas e estudos de casos foram publicados nos mais variados periódicos especializados em história, impressos e *online*, de universidades e de outros centros acadêmicos de pesquisa.

O acervo documental e iconográfico sobre a imigração italiana para o Brasil é, portanto, vasto e variado. O tema foi estudado sob uma ampla gama de enfoques: história, sociologia, economia, política, antropologia cultural etc.

Até o momento, um estudo mais detalhado sobre a imigração italiana para o município de Varginha, Minas Gerais, ainda não havia sido realizado, apesar de ser de longa data e de amplo conhecimento público a influência que os imigrantes italianos e seus descendentes exerceram e exercem na sociedade varginhense desde as últimas décadas do século XIX em vários campos: economia, educação, política, cultura, artes, profissões liberais etc.

Este trabalho tem o propósito de contribuir para o estudo da imigração italiana em Varginha por meio da

construção de uma narrativa interdisciplinar e multifacetada que alia história, psiquiatria, psicanálise e linguística. Esse tipo de abordagem cria condições mais propícias para que o leitor possa compreender a história da imigração para além dos dados estatísticos que, apesar de imprescindíveis, quando isolados são incapazes de revelar aquilo que realmente importa na experiência humana da imigração: a angústia do estranhamento e o processo de construção > desconstrução > reconstrução do universo dos símbolos e do imaginário que permite ao sujeito migrante se haver com sua própria vida, seus referenciais e significados. Afinal, na nova terra, ao migrante não basta apenas sobreviver (instinto de qualquer animal), é preciso que ele encontre um novo significado para a sua vida (algo da ordem do psiquismo e da subjetividade).

O principal objetivo deste trabalho é apresentar a história da imigração italiana para Varginha. O foco restrito constitui a contribuição deste trabalho.

Este breve estudo apresenta alguns aspectos econômicos, sociais e culturais da imigração italiana no município de Varginha, Minas Gerais, no período entre 1887 e 1927.

Antes, porém, é imprescindível que seja feita, em linhas gerais, a contextualização da imigração italiana para o Brasil e para Minas Gerais.

1.1 Considerações gerais

A imigração espontânea para o Brasil tem início com a chegada da família real portuguesa. Em 25 de novembro de 1808, foi assinado um decreto que permitia ao governo a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no país. O propósito era “aumentar a lavoura e a população”.

Após a extinção do tráfico negreiro, em 1850, o processo imigratório foi intensificado, pois ocorreu uma grande diminuição da oferta da mão de obra escrava. A Abolição da Escravatura, em 1888, marca a ruptura definitiva com o modo de produção escravocrata e um novo regime político, a República, foi instaurado no ano seguinte.

Em 1883, anúncio de agenciadores da imigração com estabelecimentos na cidade do Rio de Janeiro e em Gênova anunciaram no *Jornal do Commercio* viagens entre os portos da Itália e os do Rio para trazerem “colonos em condições muito vantajosas, com todas as seguranças quanto à aptidão dos indivíduos que vierem ao país para se destinarem aos trabalhos da lavoura”. Os agenciadores ofereciam a possibilidade de atracarem em qualquer outro porto brasileiro. Os vapores eram da Companhia Transporti Marittimi Italiani Raggio & C. (*JORNAL DO COMMERCIO*, 12 nov. 1883, p. 4).

No fim do Império, o café era o principal produto brasileiro de exportação e sua produção dependia totalmente do trabalho escravo. O fim da escravidão e a República, com a mão de obra livre, inauguraram uma nova forma de relação social e política. Tornou-se urgente e imprescindível criar meios legais de estímulo à imigração e de incentivo ao trabalho

no campo para evitar o colapso econômico e o desabastecimento de gêneros alimentícios.

Uma nota publicada no *Jornal do Commercio* é bastante clara e elucidativa a esse respeito quando se refere aos imigrantes, considerados os “únicos, talvez, capazes de salvarem alguma coisa da grande lavoura, que debate-se no fundo do abismo, a qual extinta, com ela se extinguirá a cultura do café, principal fonte de renda do país” (*JORNAL DO COMMERCIO*, 20 mar. 1890, p. 4).

Em 1895, no país, os verdadeiros cultivadores do campo e os colonos ainda eram considerados pouco numerosos apesar dos esforços do governo e da repartição das terras e colonização, “que procura remediar a falta de braços desde [o] decreto de 13 de maio de 1888, que, abolindo a escravidão em toda a extensão do Império do Brasil, trazia em mesmo tempo o descanso agrícola de uma grande parte do território” (*MINAS GERAES*, 29 set. 1895, p. 7).

Os imigrantes pobres eram encaminhados para as grandes lavouras. A primeira grande leva de imigrantes deu-se entre 1884 e 1914, sendo o maior contingente o de italianos, que começaram a chegar maciçamente em 1886 e mantiveram intenso fluxo até os anos 1930. A criação de colônias agrícolas estimulou o trabalhador rural e introduziu nas regiões vizinhas novas técnicas agrícolas.

A imigração maciça de italianos para o Brasil, no fim do século XIX, teve início quando Humberto I (1844-1900) era rei da Itália. Ele reinou entre 09 de janeiro de 1878 e 29 de julho de 1900, dia em que foi assassinado. Foi sucedido por

Vitor Emanuel III (1869-1947) que abdicou em 09 de maio de 1946.

Havia uma preocupação do governo imperial com a recepção e a proteção dos imigrantes. O ministro da Justiça expediu circular a presidentes de várias províncias, inclusive a de Minas Gerais, em que recomendava que as autoridades policiais ficassem atentas à necessidade de prestarem proteção legal aos imigrantes recém-chegados de modo a evitar que, por falta de conhecimento do idioma ou dos costumes brasileiros, corressem o risco de serem tratados como vagabundos (*A IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº. 40, dez. 1887, p. 8).

Em 1886, o Boletim nº. 19, d'A Imigração – Órgão da Sociedade Central de Imigração, apresentou a seguinte série estatística com os totais de imigrantes de várias nacionalidades desembarcados no porto do Rio de Janeiro, entre 1882 e 1885:

QUADRO 1

TOTAL DE IMIGRANTES DE VÁRIAS NACIONALIDADES
DESEMBARCADOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, ENTRE 1882
E 1885

NACIONALIDADE	ANOS			
	1882	1883	1884	1885
Italianos	10.562	10.698	5.933	10.908
Portugueses	9.269	11.286	8.683	7.611

Alemães	2.119	1.240	1.690	1.538
Espanhóis	815	576	2.343	3738
Austríacos	466	598	249	57
Polacos	251	359	-	-
Franceses	233	155	152	249
Inglese	90	100	158	239
Suíços	43	70	94	30
Turcos	43	-	-	-
Norte-Americanos	25	-	-	-
Argentinos	24	-	-	-
Russos	24	98	10	19
Suecos	16	-	-	-
Belgas	16	-	-	-
Orientais	4	90	11	10
Outras	39	97	98	134
TOTAIS	25.845	26.789	17.999	22.727

Fonte: *A IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº 19, mar. e abr. 1886, p. 12.

Segundo estatística publicada no *Jornal do Commercio*, em 1884, a imigração italiana para o Brasil foi de 6.716 pessoas, e em 1885, de 12.311 (*JORNAL DO COMMERCIO*, 17 jul. 1886, p. 2). Esses números, maiores que os da tabela acima, possivelmente incluem os imigrantes desembarcados em outros portos.

Conforme se constata nos dados do Quadro 1 acima, no período entre 1882 e 1885, desembarcaram no Brasil 93.360 imigrantes de nacionalidades variadas, ambos os gêneros e todas as faixas etárias, dos quais 38.101 (40,8%) eram italianos.

Na década seguinte, após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, a imigração teve um expressivo incremento. Em 1896, o movimento migratório para o Brasil foi de 157.948 imigrantes das mais diversas nacionalidades, segundo especificado no Quadro 2, abaixo.

QUADRO 2

TOTAL DE IMIGRANTES DESEMBARCADOS NO BRASIL
SEGUNDO A NACIONALIDADE E O PORTO DE DESEMBARQUE,
EM 1896

NACIONALIDADE	RIO DE JANEIRO	SANTOS
Italianos	55.912	40.412
Portugueses	19.669	2.630
Espanhóis	12.393	11.760

Austríacos	8.174	3.191
Alemães	1.052	18
Russos	510	52
Norte-Americanos	0	471
Franceses	322	6
Suíços	148	5
Ingleses	63	0
Dinamarqueses	49	6
Belgas	22	0
Holandeses	7	0
Outras	1.018	28
TOTAL	99.379	58.579

Fonte: *Jornal do Commercio*, 21 nov. 1897, p. 2.

Nota: os totais não incluem os imigrantes que seguiram diretamente para o Espírito Santo e para o Norte.

Os dados acima revelam que os italianos constituíram 96.324 (61%) do total de 157.948 imigrantes de todas as nacionalidades que desembarcaram no Brasil em 1896. Os portos de desembarque foram os do Rio de Janeiro (63%) e Santos (37%). A maioria dos italianos (58%) desembarcou no porto do Rio de Janeiro, os demais (42%) no de Santos.

Para melhor compreensão do incremento do fluxo imigratório italiano para o Brasil, apresentamos a síntese dos dados anteriores no Quadro 3, abaixo:

QUADRO 3

IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL NO PERÍODO 1884/1896

ANO	IMIGRANTES ITALIANOS
1884	6.716
1885	12.311
1896 ⁽¹⁾	96.324
TOTAL	115.351

Fontes: *Jornal do Commercio*, 17 jul. 1886, p. 2; *Jornal do Commercio*, 21 nov. 1897, p. 2.

Nota: ⁽¹⁾ em 1896, os totais não incluem os imigrantes que seguiram diretamente para o Espírito Santo e para o Norte.

Conforme se constata pelos dados do Quadro acima, a imigração italiana em massa para o Brasil teve início no fim do Império e foi incrementada após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

Em 1888, ano da Abolição da Escravatura, de primeiro de janeiro até 17 de setembro, haviam desembarcado no Brasil, 72.783 imigrantes das mais diversas nacionalidades. Destes, 44.744 (62%) desembarcaram no porto de Santos, e 28.039 (38%), no do Rio de Janeiro (*A IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº. 49, out. 1888, p. 8).

Os contratos de passagem integral para o transporte de italianos ao Brasil eram muito criticados e passaram a ser a causa primordial que, em 1890, levaram à estagnação da imigração para o país. Enquanto vigorassem tais tipos de contratos, os governos da Alemanha e da Itália não permitiriam a saída de seus concidadãos, aliciados pelo modo como o faziam os contratadores brasileiros. O governo italiano recusou formalmente as intervenções feitas pelo Brasil em favor dos contratadores (*JORNAL DO COMMERCIO*, 23 maio 1890, p. 3).

Segundo o IBGE, os italianos foram os estrangeiros que mais imigraram para o Brasil, no período entre 1884 e 1903, superando espanhóis, portugueses, japoneses, russos, alemães e outros.

1.2 Sociedade Central de Imigração, 1883-1891

A Sociedade Central de Imigração, associação da sociedade civil fundada sem proteção oficial, concluiu seus Estatutos em 18 de outubro de 1883 e foi definitivamente instalada, na cidade do Rio de Janeiro, em sessão inaugural no dia 17 de novembro. O Manifesto de 25 de novembro é outro documento que contém normas, diretrizes e propostas da Sociedade.

A Sociedade, liderada pelo Visconde de Taunay (Alfredo D'Escagnolle Taunay), contava entre seus membros com o Barão de Irapuá, Barão de Tefé, Barão de Tautphœus, general Visconde Henrique de Beaurepaire Rohan, Gustavo Trinks, Hugo A. Gruber, André Rebouças, Ennes de Souza e

outros intelectuais, membros da elite da camada social média do Brasil Império. Visconde de Taunay é o aclamado autor do romance *Inocência*, sua principal obra literária.

O principal objetivo da Sociedade Central de Imigração, segundo consta dos Estatutos e do Manifesto de 25 de novembro, era promover “por todos os meios diretos e indiretos ao seu alcance, o aumento da imigração europeia para o Brasil”. A Sociedade se propunha, dentre outras medidas, a discutir a questão da imigração pela imprensa promovendo amplo debate público; criar filiais nas províncias; orientar o imigrante quanto à escolha do seu destino e fornecer-lhe os esclarecimentos necessários; fiscalizar o tratamento dispensado aos imigrantes durante o transporte pelas empresas de navegação, as condições de acomodação e tratamento nas hospedarias, as condições do transporte para as províncias e o seu assentamento; examinar as condições dos núcleos coloniais de imigrantes assentados, receber queixas e reclamações de seus habitantes, encaminhá-las ao governo e estabelecer contatos com as diretorias das estradas de ferro para melhor aproveitamento das regiões servidas por essas viagens e discussão sobre o transporte de imigrantes recém-chegados (ESTATUTOS, 18 out. 1883; MANIFESTO de 25 de novembro [de 1883]).

Os líderes da Sociedade consideravam a imprensa o principal meio de comunicação que possibilitaria à população tomar conhecimento da importância da imigração europeia para o Brasil. Além de contar com meios de publicação própria, a Sociedade obteve apoio de vários jornais, inclusive estrangeiros, dentre eles: *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*,

Revue Commerciale et Financière e do Courier International (A IMMIGRAÇÃO. Boletins 1 a 4, dez. / ago. 1884, p. 2).

A Sociedade Central de Imigração considerava que as grandes questões nacionais a serem adequadamente solucionadas eram a territorial, dos lotes de terras, trabalho, agricultura e indústria, nacionalização, estado civil, direitos das gentes e internacional, garantias sociais de liberdade e propriedade, economia, recepção e assentamento dos imigrantes, vias de comunicação e tratados e atos internacionais (A IMMIGRAÇÃO. Boletim nº. 7, nov. 1884, p. 1).

Essa Sociedade, no fim do Império, advogava por criar condições dignas para o trabalho do imigrante: ele deveria ser “livre e independente, perfeitamente senhor do seu destino”. Os imigrantes europeus não eram “nem escravos, nem chins, nem servos da gleba”. Eles deveriam ser proprietários independentes. (A IMMIGRAÇÃO. Boletim nº. 8, jan. 1885, p. 1). Chin e chins (plural) eram os termos mais utilizados em referência ao imigrante chinês, repellido e discriminado. Percebe-se no texto que os chins foram equiparados a escravos e servos. A Sociedade se manifestava claramente contra a imigração de asiáticos, principalmente dos chineses: “o chim afugenta irremediavelmente o imigrante europeu, o aniquila” (A IMMIGRAÇÃO. Boletins 1 a 4, dez. / ago. 1884, p. 4). O Visconde de Taunay era declaradamente contrário à imigração chinesa e apoiava movimentos antichineses.

Segundo Januário Cândido de Oliveira, Diretor da Sociedade Central de Imigração, a imigração de europeus de qualquer procedência era vantajosa para o Brasil. Os italianos, no entanto, eram, na opinião dele, os que melhor se

adaptavam às condições do Brasil: sua língua e seus costumes eram semelhantes aos dos brasileiros, demonstravam capacidade de adaptação, eram sóbrios, trabalhadores, ativos, cultivavam completamente o lote a eles cedido e todos os membros da família trabalhavam sem distinção de sexo e de idade, por vezes, até depois do pôr do sol (OLIVEIRA, 1885, p. 2).

A Sociedade Central de Imigração era criticada por alguns setores sociais por ser uma associação não governamental, por tentar interferir nas questões administrativas do Império e das províncias (e, posteriormente, da República e dos estados) relativas à política da imigração, por privilegiar a imigração europeia, principalmente a italiana e se opor ferrenhamente à imigração de chineses.

1.3 Imigração italiana em Minas Gerais

Os imigrantes italianos começaram a chegar a Minas Gerais no fim do século XIX. O estado foi o primeiro da federação a ter um escritório na Europa para cuidar de assuntos relacionados à imigração.

Sobre a província de Minas Gerais e sua relação com a imigração, a Sociedade Central de Imigração redigiu um comunicado à imprensa mineira do qual transcrevemos o seguinte trecho:

Dotada de uma extensão territorial maior que aquela que é ocupada por uma das principais nações do mundo – a França – , é essa província, pela amenidade de seu clima, uberidade de seu solo, suas múltiplas vias de comunicação, por suas já adiantadas indústrias, agrícola, extrativa e fabril; pela multiplicidade de suas cidades, vilas e povoações, que são outros tantos mercados para consumo, e pela tradicional urbanidade dos seus habitantes, apta para atrair uma volumosa corrente imigratória, e pode fixá-la com todas as garantias de bem-estar e de progresso (A *IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº. 16, dez. 1885, p. 2).

Em 1894, Minas Gerais esperava a chegada de cerca de 800 imigrantes que desembarcariam nos vapores Solferino, Stura, Colombo e Arno (*GAZETA DA VARGINHA*, 11 nov. 1894, p. 2).

Em 1896, as mais prósperas colônias agrícolas de imigrantes italianos, em Minas Gerais, eram as de Rodrigo Silva, em Barbacena, e de São João d’El Rey (*JORNAL DO COMMERCIO*, 21 nov. 1897, p. 2).

Em 1888, o estado de Minas Gerais assinou vários contratos sobre a vinda de imigrantes e, em 1894, efetivou contratos para a atração de imigrantes com destaque para a atuação de David Moretzsohn Campista (1863-1911), que durante o governo Bias Fortes (1894-1898), foi representante de Minas Gerais na Itália, dirigindo o serviço de imigração na Europa como comissário do governo mineiro em Gênova para o incentivo à imigração de italianos para o estado.

Esse serviço produziu documentos da Secretaria de Governo da Província e da Secretaria da Agricultura.

Os órgãos responsáveis pelo recebimento de estrangeiros e administração das hospedarias de imigrantes e dos núcleos coloniais em Minas Gerais eram a Secretaria de Governo da Província (1818-1898) e a Secretaria de Agricultura (1891-1957).

Em 1893, a empresa Jacomo N. de Vicenzi & Filho, de negociantes da Capital Federal, firmou contrato com o governo do estado de Minas Gerais para o transporte de trabalhadores europeus e asiáticos. Por meio da imprensa, a empresa comunicou a todos os fazendeiros, empresas industriais ou linhas férreas e municipalidades do estado que aceitariam contrato de encomenda de trabalhadores, conforme estabelecia a Lei nº. 32, de 18 de julho de 1892 e respectivo regulamento:

1) A subvenção de 160 francos pela passagem de cada imigrante adulto, 2) A subvenção de 80 e 40 francos pela passagem de europeu menor de 12 a 8 e de 8 a 3 anos, 3) Transporte gratuito do porto do Rio de Janeiro ou de Vitória em estradas de ferro ou linhas fluviais até a estação mais próxima da localidade do estado de Minas, para onde iriam os trabalhadores encomendados, 4) Os imigrantes italianos viriam do norte da Itália (*MINAS GERAES*, 21 jul. 1893, p. 8).

A comunicação aos diretores das vias férreas era imprescindível, pois, conforme admitia a Sociedade Central de Imigração, “duas ideias essencialmente complementares são, neste país, a imigração e as estradas de ferro; duas aspirações que vivem uma pela outra, e nenhuma das quais é [...]

realizável, enquanto não estiver a outra realizada” (A *IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº. 38, out. 1887, p. 7).

Sobre as ferrovias, consta de outro Boletim da mesma instituição que as melhores fazendas de Minas Gerais “são servidas por vias férreas luxuosamente construídas com bitola mais larga do que as mais ricas estradas desse gênero em França, Inglaterra e Estados-Unidos” (A *IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº. 13, set. 1885, p. 1).

Em 1896, segundo David Campista, o governo de Minas Gerais celebrou um contrato com a companhia *La Veloce* para a remessa de seiscentos imigrantes italianos para o estado. A Vicenzi & Filho era outra companhia marítima que realizava o transporte. O porto de desembarque no Brasil era o do Rio de Janeiro. Na nota publicada pela imprensa, as palavras utilizadas para fazer referência ao transporte dos imigrantes foram “remessa” e “entrega” como se os imigrantes fossem equivalentes a qualquer tipo de carga material (*JORNAL DO COMMERCIO*, 25 jan. 1896, p. 1). Notas de outros periódicos falam em ‘cabeças’ mesma denominação utilizada para se referir ao transporte de gado. A seguir, a transcrição do modelo do documento de transporte:

Seguem hoje no vapor.....da companhia de navegação “La Veloce” para o Estado de Minas Gerais.....(tantos) emigrantes sendo.....passagens inteiras,.....meias,.....terços, cujo transporte foi autorizado por esta superintendência. O governo de Minas Gerais pagará à mesma companhia o preço de cento e trinta e cinco francos (frs. 135) por cada passagem inteira (maiores de 12 anos),

sessenta e sete francos e cinquenta cêntimos (frs. 67,50) por cada meia (de 12 a 8 anos), quarenta e cinco francos (frs. 45) por cada terço (de 8 a 3 anos) trinta dias depois da entrega dos emigrantes ao encarregado do governo no porto do desembarque (JORNAL DO COMMERCIO, 25 jan. 1896, p. 1).

A empresa *La Veloce Linea di Navigazione Italiana a Vapore* (1883-1924) foi fundada em 1884 para realizar a navegação entre a Itália e a América do Sul, mas tem sua origem em 1865, quando Giovanni Lavarello iniciou uma linha de pequenos barcos a vapor de madeira. A empresa foi adquirida em 1883 por M. Bruzzi & Co, que formou a *La Veloce* (THE SHIPS LIST, 2018).

Desde a década anterior, durante a travessia do oceano havia registro de queixas de alguns imigrantes italianos contra algumas companhias marítimas, dentre elas, a Companhia Italiana de Vapores responsável pelo paquete *Adria*. A denúncia foi de espancamentos, maus-tratos e quanto à má alimentação servida (*A IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº 11, maio e jun. 1885, p. 15).

Em Minas Gerais, havia queixas quanto ao tratamento dispensado por alguns fazendeiros aos imigrantes recém-chegados. Um importante fazendeiro da província dizia horrores dos imigrantes por terem-se revoltado contra a habitação que lhes havia sido dada: velhas e imundas senzalas anteriormente ocupadas pelos pretos cativos. Outro fazendeiro recebeu um numeroso grupo de italianos e conseguiu que eles ficassem pessimamente alojados em ranchos, até que levantasse e construísse casinhas decentes (*A IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº. 52, 15 jan. 1889, p. 3).

Em 1889, alguns imigrantes enviados a Minas Gerais, pertencentes a 54 famílias, recusaram o trabalho nos estabelecimentos particulares da lavoura e aguardavam realocação (*A IMMIGRAÇÃO*. Boletim nº. 56, abr. 1889, p. 5).

No mesmo ano, o governo provincial de Minas Gerais contratou a introdução de 30.000 imigrantes (sem especificação de nacionalidade) com a Associação Promotora de Imigração, sendo estipulado que eles seriam entregues pelo introdutor em Juiz de Fora. O desembarque seria na Gamboa, na área central da cidade do Rio de Janeiro, de onde partiriam em trens previamente estacionados (*JORNAL DO COMMERCIO*, 18 jun. 1889, p. 2).

Na última década do século XIX, cada estado cuidava da imigração por sua conta. Muitos agricultores mandavam vir imigrantes por iniciativa própria. Duas possibilidades se ofereciam ao imigrante: celebrar um contrato com um fazendeiro para os trabalhos de sua lavoura ou estabelecer-se nas colônias do estado nas quais, mediante certas condições, lhe eram cedidas terras e lhe era facilitado o seu estabelecimento (*JORNAL DO COMMERCIO*, 21 nov. 1897, p. 2).

O Relatório da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1899), afirmava: “cumpre ainda assinalar o grande desenvolvimento, no sul do Estado, da imigração estrangeira, ali quase desconhecida há seis anos”. Segundo o Relatório, portanto, a chegada dos imigrantes em número significativo no Sul de Minas, teria ocorrido somente a partir de 1893 (RELATÓRIO DE 1899).

1.3.1 Legislação da imigração em Minas Gerais, 1892-1897

A legislação da imigração em Minas Gerais contém o conjunto das estratégias da política pública de imigração, no estado, estabelecida no último decênio do século XIX.

As principais leis e decretos que regulamentaram a imigração para o estado foram a Lei nº. 32, de 18 de junho de 1892, o Decreto nº. 612, de 06 de março de 1893, Decreto nº. 626, de 31 de maio de 1893, Decreto nº. 806, de 22 de janeiro de 1895, a Lei nº. 150, de 20 de julho de 1896 e o Decreto nº. 1037, de 19 de maio de 1897.

A Lei nº. 32, de 18 de junho de 1892, estabeleceu a promoção direta ou indireta da imigração de trabalhadores destinados principalmente ao serviço da agricultura. Para efetivar essa promoção, o governo poderia indenizar passagens aos imigrantes destinados ao estado; estabelecer a gratuidade do transporte nas estradas de ferro; promover a localização de colonos nacionais ou estrangeiros, facilitando-lhes a aquisição de terras para que pudessem tornar-se pequenos proprietários; auxiliar na introdução de novas culturas e no desenvolvimento da indústria pastoril, vinicultura, agricultura e sericicultura (bicho-da-seda) e favorecer o aproveitamento dos meios mecânicos de lavrar a terra.

O serviço da introdução dos colonos agricultores seria feito diretamente pelo estado, por meio de seus agentes de confiança e de repartições apropriadas.

Esses agentes poderiam ser brasileiros natos ou estrangeiros e dentre as suas funções caberia a da propaganda (atualmente, denominaríamos *marketing*) com o propósito de tornarem conhecidas as riquezas naturais do estado, amenidade do clima, índole pacífica de seus habitantes e todas as vantagens que o imigrante europeu pudesse obter preferindo o território de Minas Gerais para nele se estabelecer com a família.

Se o serviço de propaganda fosse entregue a empresas particulares, essas deveriam imprimir e divulgar textos com a descrição do estado feita em diversos idiomas e ilustrados por mapas que pudessem mostrar ao imigrante as vantagens de preferir Minas Gerais para o seu estabelecimento.

As repartições eram encarregadas da recepção do imigrante, de seu assentamento e por lhe prestar noções básicas sobre os sistemas de agricultura mais usuais e sobre os costumes do país. Ensaios de plantação poderiam ser feitos em terrenos contíguos às hospedarias coloniais.

As câmaras municipais seriam responsáveis por intermediar com os imigrantes interessados os pedidos de fazendeiros ou de empresas agrícolas que necessitassem de trabalhadores.

Esses pedidos deveriam conter as especificações indispensáveis sobre o gênero de lavoura, modo de remuneração, natureza de terreno e outras informações adicionais julgadas necessárias e que pudessem interessar ao colono.

O governo de Minas Gerais deveria criar no exterior uma superintendência e manter agentes emissários para

cuidar da propaganda do serviço de imigração, com escritório de informação. A superintendência seria, também, intermediária de relações comerciais e industriais com as nações estrangeiras.

A lei foi assinada por Afonso Pena no dia 18 de julho de 1892 e publicada na Secretaria no dia 23 do mesmo mês.

O Decreto nº 612, de 06 de março de 1893, promulgou o regulamento para a introdução de imigrantes no estado, alterando a política imigratória para o estado e sua estrutura administrativa. Os imigrantes passaram a ser recrutados na Europa e não mais por meio de contratos feitos no Brasil. A Superintendência preocupava-se em selecionar os imigrantes para escolher preferencialmente famílias que desejavam se estabelecer na agricultura e evitar a entrada de homens solteiros, desocupados, criminosos e anarquistas.

O artigo 36 desse Decreto garantiu às municipalidades um auxílio às hospedarias que elas viessem a criar com a finalidade de receber e agasalhar os imigrantes até que eles fossem procurados e assentados pelos lavradores que tivessem solicitado sua hospedagem (*MINAS GERAES*, 27 ago. 1893, p. 6).

O Decreto nº. 626, de 31 de maio de 1893, aprovou a divisão provisória do estado de Minas Gerais em cinco distritos para a fiscalização do recebimento e colocação de imigrantes: primeiro distrito: sede em Juiz de Fora, segundo distrito: sede em Leopoldina, terceiro distrito: sede em Saúde (atual Perdígão), quarto distrito: sede em Varginha e quinto distrito: sede em Uberaba.

O Decreto nº. 640, de 07 de agosto de 1893, criou o sexto distrito de imigração com sede em Lavras.

O Decreto nº. 806, de 22 de janeiro de 1895, reorganizou os distritos de recebimento e expedição de imigrantes e os reduziu a quatro. Com isso, o quarto distrito de Varginha foi extinto, passando o município a integrar o terceiro distrito com sede em Lavras.

A Lei nº. 150, de 20 de julho de 1896, autorizou o governo de Minas Gerais a estabelecer seis Núcleos Coloniais à margem das estradas de ferro, nos pontos julgados mais convenientes a juízo do Governo. A dotação orçamentária para essa criação foi estabelecida no artigo 6º da Lei nº. 32, de 18 de julho de 1892.

Cada Núcleo Colonial deveria ser composto por duzentos lotes de terras, divididos, demarcados e providos de acesso à água potável, mata e estradas vicinais para comunicação entre si e com a estrada geral existente, cem casas e uma escola primária mista.

Os lotes de cada Núcleo com habitação seriam destinados aos imigrantes do norte da Itália, alemães ou portugueses insulares (açorianos), agricultores de profissão, laboriosos e morigerados, acompanhados das respectivas famílias. Morigerado era a palavra utilizada na época para aquele que denotasse bons costumes, que levasse uma vida irrepreensível.

O governo de Minas poderia adiantar a quantia de Rs 120\$000 (cento e vinte mil réis) para a família assentada adquirir instrumentos de lavoura e aves domésticas.

O valor do custo da casinha e das terras de cada lote e a quantia dada em adiantamento deveriam ser pagos pela família respectiva, e, findo o 3º ano do estabelecimento desta no “Núcleo”, começaria a ser amortizado o seu débito total que se encerraria no fim do décimo ano.

A administração dos Núcleos Coloniais ficaria a cargo de um funcionário, cujos deveres, atribuições e responsabilidade seriam posteriormente especificados no regulamento que o governo expedisse para esse serviço.

Aos fazendeiros do Estado, residentes à margem de estradas de ferro, que estabelecessem “Núcleos” coloniais modelados por essa lei, o governo poderia garantir juros de 6% durante dez anos e sobre o capital efetivamente empregado para aquele fim em terras e habitações para os colonos. Essa garantia, no entanto, ficaria limitada aos meios financeiros já decretados, ou que de futuro fossem decretados pelo Congresso do Estado.

A lei foi assinada pelo presidente do estado Chispim Jacques Bias Fortes em 20 de julho de 1896 e publicada no mesmo dia pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O Decreto nº. 1037, de 19 de maio de 1897, estabeleceu as instruções para o serviço da agência fiscal de imigração de Minas Gerais no Rio de Janeiro, destinada a receber os imigrantes que tivessem por destino o estado de Minas. A agência seria encarregada da promoção do transporte dos imigrantes do porto para as hospedarias do estado ou a outros pontos determinados pelo governo estadual (*MINAS GERAES*, 21 maio 1897, p. 1).

O Quadro 4, abaixo, apresenta a síntese da legislação mineira sobre imigração no período entre 1892 e 1897 (Fontes: Lei nº. 32, de 18 de junho de 1892; Decreto nº. 612, de 06 de março de 1893; Decreto nº. 626, de 31 de maio de 1893; Decreto nº. 640, de 07 de agosto de 1893; Decreto nº. 806, de 22 de janeiro de 1895; Lei nº. 150, de 20 de julho de 1896 e Decreto nº. 1037, de 19 de maio de 1897).

QUADRO 4

LEGISLAÇÃO DE MINAS GERAIS SOBRE IMIGRAÇÃO, SEGUNDO O TIPO, NÚMERO, DATA E ASSUNTO, EM ORDEM CRONOLÓGICA, NO PERÍODO 1892-1897

TIPO	Nº	DATA	ASSUNTO
Lei	32	18/06/1892	Promoção da imigração de trabalhadores para a agricultura
Decreto	612	06/03/1893	Regulamentação da introdução de imigrantes no estado
Decreto	626	31/05/1893	Divisão do estado em 5 Distritos de Imigração
Decreto	640	07/08/1893	Criação do 6º Distrito com sede em Lavras
Decreto	806	22/01/1895	Reduz a 4 os Distritos de Imigração. Extinção do Distrito de Varginha
Lei	150	20/07/1896	Criação de Núcleos Coloniais
Decreto	1037	19/05/1897	Agência fiscal de imigração de Minas Gerais no Rio de Janeiro



2 METODOLOGIA

Os principais documentos consultados para a realização desta pesquisa foram fontes primárias de informação produzidas pelo poder público do município de Varginha e pela imprensa varginhense durante o período pesquisado: Livro Actas da Camara Municipal da Cidade da Varginha 1883-1889, Livro de Actas [da Câmara Municipal de Varginha] 1910-1915, Livro Actas do Conselho de Intendencia 1890-1892 e Livro das Actas do Conselho Distrital da Cidade da Varginha 1893-1894. Atualmente, esses documentos integram o Acervo da Fundação Cultural do Município de Varginha e estão sob a sua guarda.

Os principais jornais varginhenses consultados foram a *Gazeta da Varginha* (1893 e edições variadas entre 07 de janeiro de 1894 e 21 de julho de 1897) da qual foram pesquisadas 568 páginas e *O Momento* (23 de maio de 1915 a primeiro de maio de 1917), com 675 páginas, perfazendo um total de 1243 páginas pesquisadas.

Consultamos, também, o jornal varginhense *Arauto do Sul*, edições nº. 158, 171 e 173, publicadas entre 19 de agosto e 14 de outubro de 1926 e o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de 20 de outubro de 1927. Ambos contêm informações sobre o Theatro Capitólio, seus idealizadores e construtores italianos. O *Jornal do Commercio* (1910) traz informações sobre Antonio Rotundo, italiano Vice-Presidente

da Câmara Municipal de Varginha em exercício de Agente Executivo, em 1910.

Outros periódicos consultados foram: *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração* (1884-1889) e o *Jornal do Commercio* (1883-1910), impressos na cidade do Rio de Janeiro, e *Minas Geraes – Orgão Oficial dos Poderes do Estado* (1893-1897), impresso em Ouro Preto.

A Sociedade Central de Imigração foi inaugurada no fim de 1883, no Rio de Janeiro. Apesar de ser uma instituição não oficial, os boletins do periódico *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração* são documentos fundamentais para a compreensão da movimentação dos imigrantes de variadas nacionalidades em solo brasileiro e de seu assentamento nas várias regiões do país, da legislação, estatística e burocracia estatal referentes à imigração para o Brasil nos anos finais do Império e no início da República. O conteúdo desses documentos, amplo e detalhado, é, portanto, imprescindível para os pesquisadores da imigração. Os textos do periódico são predominantemente escritos em português, e a minoria, em italiano e francês. Foram consultadas edições variadas no período entre 1883 e 1891. Nenhuma delas cita o nome Varginha ou Espírito Santo da Varginha.

Os jornais locais e brasileiros forneceram informações complementares que auxiliaram na montagem do painel socioeconômico e cultural da época em Varginha.

Álbuns ilustrados de propaganda municipal, muito comuns em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX, constituem, hoje, relevante fonte de informações sob Varginha, embora essas sejam apresentadas, no mais das

vezes, de forma fragmentada, sem citação da fonte e sem a devida contextualização: Varginha, do álbum de Roberto Capri (São Paulo : Pocai & C., 1918), *Álbum da Varginha*, de Luiz José Álvares Rubião (Varginha : Casa Maltese, 1919), *Álbum de Varginha*, de Sylvestre Fonseca e João Liberal (São Paulo : Pocai & C., 1920). Os escritores Rubião, Fonseca e Liberal residiam em Varginha, fato que agrega valor testemunhal aos textos por eles produzidos.

O relatório Inspeção sanitária Varginha 1927, do médico sanitarista Homero Vianna de Paula, descreve as condições de moradia, saúde e higiene dos trabalhadores rurais do município, inclusive dos italianos.

Antes da fundação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1936, o *Almanak Laemmert* – Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil, impresso no Rio de Janeiro, constituía a principal fonte nacional de consulta de dados estatísticos do Brasil, dos estados e municípios. Consultamos as edições dos anos de 1911-1912; 1914; 1921-1922 e 1930. Nelas, pesquisamos dados estatísticos populacionais e econômicos de Varginha e verbetes onomásticos para a obtenção de dados biográficos. Embora a coleta e a sistematização de dados desse almanaque possam parecer precárias quando consideramos o rigor da metodologia de pesquisa estatística atual, essa fonte de pesquisa não pode ser descartada pelo pesquisador: era o que havia de mais completo, variado, detalhado, preciso e sofisticado à época, no Brasil.

As três correspondências trocadas entre a Sociedade Italiana Recreativa – Associação Recreativa, Cultural e Artística (Società Italiana Di Beneficenza) e os prefeitos de Varginha, entre 24 de março de 1936 e 22 de dezembro de 1937, registraram algumas informações úteis sobre o histórico dessa Sociedade, fundada em 1927, dada a dificuldade de localização de outras fontes de pesquisa e à sua escassez. Essas correspondências estão arquivadas no Museu Municipal Oneyda Alvarenga sob a guarda da Fundação Cultural do Município de Varginha.

A 1ª parte do volume 4 do Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920, com o quarto censo geral da população e o primeiro da agricultura e das indústrias, apresenta a população do Brasil por estados, municípios e distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade (Rio de Janeiro : Typographia da Estatística, 1926). A consulta a esse censo permitiu a obtenção dos dados populacionais de Varginha (população geral, de imigrantes em geral e de imigrantes italianos), em 1920, imprescindíveis para a comprovação da importância do fluxo migratório de italianos para a cidade. O agrupamento de dados e os cálculos percentuais dos quadros estatísticos são de nossa autoria.

Foram consultadas as seguintes leis e decretos:

Decreto de 25 de novembro de 1808, com a permissão de concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil; Lei nº. 20, de 26 de novembro de 1891, com a reforma eleitoral após a Proclamação da República; Lei nº. 32, de 18 de junho de 1892, que autorizou o Presidente do Estado a promover imigração de trabalhadores, mediante a concessão

de diversos favores; Decreto nº. 612, de 06 de março de 1893, com a promulgação do regulamento para a introdução de imigrantes no estado de Minas Gerais; Decreto nº. 640, de 07 de agosto de 1893, criou o sexto distrito de imigração com sede em Lavras; Decreto nº. 626, de 31 de maio de 1895, que aprova a divisão provisória de Minas Gerais em distritos para a fiscalização do recebimento de imigrantes; Decreto nº. 806, de 22 de janeiro de 1895, que reduz a quatro os distritos de recebimento e expedição de imigrantes e extingue o de Varginha; Lei nº. 150, de 20 de julho de 1896, que autorizou o governo a estabelecer seis “Núcleos Coloniais” à margem das Estradas de Ferro, nos pontos julgados mais convenientes a juízo do Governo e Decreto nº. 1037, de 19 de maio de 1897, com o estabelecimento das instruções para o serviço da agência fiscal de imigração de Minas Gerais no Rio de Janeiro.

Outro texto legal consultado foi o Relatório da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de 1899, que apresenta algumas informações sobre a imigração para o Sul do estado.

A correspondência particular da imigrante Vittoria Cervo Foresti é particularmente relevante por revelar o modo como os imigrantes eram recebidos em Varginha e suas impressões sobre a sociedade varginhense do início do século XX. Trata-se de uma carta escrita em 1920, em italiano, enviada por ela aos parentes na Itália. Para fundamentar a análise dos aspectos antropológicos e psicológicos envolvidos no processo de adaptação de Vittoria à sua nova terra, utilizamos os ensaios *Zur Psychologie des Unheimlichen* (1906), de Ernst Anton Jentsch (1867-1919), psiquiatra alemão, e O

‘Estranho’ (1919), de Sigmund Freud (1856-1939). O *Memorandum for the Study of Acculturation* (1936), dos antropólogos americanos Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Jean Herskovits, estabeleceu o conceito de aculturação (assimilação cultural) e o ensaio *Culture shock: adjustment to new cultural environments* (1960), do antropólogo Kalervo Oberg (1901-1973), o conceito de choque cultural. Os conceitos estabelecidos nesses ensaios foram utilizados em um entrelaçamento interdisciplinar para analisar o conteúdo psicológico e antropológico subjacente ao discurso de Vittoria Foresti em sua carta.

As demais obras consultadas constam das Referências Bibliográficas no final deste livro.

As informações sobre algumas famílias de imigrantes italianos em Varginha foram obtidas por meio de entrevistas com seus descendentes. As entrevistas foram curtas e com foco bastante delimitado e específico, por exemplo, a obtenção dos anos de nascimento e morte de determinado imigrante (família Rotundo) e a alteração da grafia e da pronúncia do patronímico de uma família ao longo do tempo (família Montesso > Montessori).

Quando imprescindíveis, utilizamos longas citações diretas (transcrições literais) com o objetivo de preservar a originalidade e a vivacidade insubstituíveis do relato da época. Nessas citações, para diferenciação, utilizamos o itálico.

As inserções entre colchetes são de nossa autoria e têm o propósito de esclarecer ou fornecer informações adicionais sobre o conteúdo relacionado.

3 IMIGRAÇÃO ITALIANA EM VARGINHA (MG) 1887-1927

Este capítulo apresenta a história dos primeiros quarenta anos da imigração italiana em Varginha, Minas Gerais, no período entre 1887 e 1927.

Os principais escritores locais e da região, da primeira metade do século XX, que escreveram sobre a imigração italiana em Varginha foram Roberto Capri, [Álbum] Varginha (1918), Luiz José Álvares Rubião, *Álbum da Varginha* (1919), João Liberal e Sylvestre Fonseca, *Álbum de Varginha* (1920) e Monsenhor José do Patrocínio Lefort, com o livro Varginha: monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1.º de junho de 1950 (1950). Álvares Rubião, João Liberal e Sylvestre Fonseca residiam em Varginha. Nenhum desses álbuns ou o livro de Lefort possui um capítulo dedicado à história da imigração italiana na cidade. As informações sobre esse assunto aqui reunidas constam de pequenos parágrafos ou trechos das referidas obras.

A expressão “colônia italiana em Varginha” figura nos textos produzidos pela imprensa local (*Gazeta da Varginha*, 1893-1897; *O Momento*, 1915-1917) e nos álbuns de propaganda ilustrados, publicados por Capri (1918), Rubião (1919) e Fonseca; Liberal (1920), para fazer referência aos imigrantes italianos em duas situações:

- 1) colonos assentados em fazendas do município que trabalhavam direta ou indiretamente com a agricultura,
- 2) conjunto das famílias italianas residentes na zona rural e urbana do município.

Capri (1918, p. 18): “A colônia italiana, além de um grande número de colonos que se dedicam à agricultura, e, especialmente, ao cultivo do café conta [com] casas industriais e comerciais de primeira ordem”.

Rubião (1919, p. 17): “influência decisiva da Colônia Italiana, na grandeza e prosperidade da cidade da Varginha”.

Fonseca; Liberal (1920, p. 71): “um dos mais respeitáveis membros da colônia italiana aqui domiciliada”.

Gazeta da Varginha: “Seus funerais foram caprichosamente feitos pela Colônia Italiana desta cidade” (20 out. 1895, p. 3).

O Momento: “a colônia italiana é a que mais relevantes serviços empresta à nossa lavoura, à nossa indústria e ao nosso comércio” (06 jun. 1915, p. 2); “A Colônia Italiana desta cidade, unida e patriótica” (25 jul. 1915, p. 2).

Com essas considerações, ressaltamos que a expressão “colônia italiana em Varginha” pode não se referir obrigatoriamente às colônias agrícolas de assentamento de imigrantes italianos, conforme definido pela política imigratória e legislação pertinente da época. O significado particular dependerá do contexto em que a expressão foi empregada.

Baseado em documentos da Cúria Diocesana da Campanha aos quais tinha acesso com facilidade por ser sacerdote, Lefort considerou a Certidão de Nascimento de Antonio Pedariva o primeiro registro de filho de italianos batizado em Varginha. O ano é 1888. A transcrição feita pelo autor é a seguinte: “Aos 22 de novembro de mil oitocentos e oitenta e oito batizei solenemente a ANTONIO, nascido a seis

do mesmo mês, filho legítimo de Luigi Pedariva e Maria Amábili, e foram padrinhos Mateus Pedariva e Maria Pedariva”. Segundo Lefort, a certidão de nascimento consta da folha 50vº do Livro de Batizados nº. 4 da Cúria Diocesana da Campanha (LEFORT, 1950).

Os descendentes dessa família, em Varginha, atualmente assinam Pederiva, pois muitos prenomes e patronímicos de estrangeiros na cidade (não somente de italianos) sofreram alterações na grafia ao serem registrados em livros eclesiásticos ou no Cartório de Registro Civil e terem seus nomes aportuguesados.

Varginha, no Sul de Minas Gerais, é um município criado pela Lei Provincial nº. 2785, de 22 de setembro de 1881. A emancipação político-administrativa foi decretada pela Lei Provincial nº. 2950, de 07 de outubro de 1882, que elevou a vila à categoria de cidade. A cerimônia de instalação e posse da vila ocorreu no dia 17 de dezembro de 1882. A emancipação do município deu-se na década da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República e coincide com o início do processo da imigração europeia e asiática para o país.

Quando a pequena povoação de Varginha ainda era um curato, um recenseamento populacional realizado em 1832 permite formar uma ideia dos grupos humanos que constituíam a população geral do município. Nesse ano, foi realizado o recenseamento populacional do curato do Espírito Santo da Varginha, povoado que ainda era um distrito pertencente à freguesia de Lavras, termo da vila de São João del-Rei. A população de Varginha era de 1855 habitantes, dos quais 1300 eram livres (brancos) e 555 cativos (pretos e

pardos). Isso quer dizer que, em 1832, os escravos correspondiam a 30% da população varginhense. Esses dados constam da Relação dos habitantes do distrito do Spirito [sic] Santo da Varginha, de 1832, documento que integra a coleção Mapas de População do Arquivo Público Mineiro (SALES, 2003; 2007).

A população do município de Varginha entre 1890 e 1920 variou entre 24.819 e 22.457 habitantes (LEFORT, 1950, p. 130-131), uma vez que o número de habitantes foi reduzido a partir de 1911, quando o distrito do Pontal (atual Elói Mendes) foi emancipado.

Varginha, em 1920, possuía uma população de 22.457 habitantes, sendo 1020 (4,5%) de estrangeiros, dos quais 806 eram italianos (428 homens, 378 mulheres). Os italianos representavam, portanto, 3,6% da população geral e 79% dos estrangeiros. A comparação com os dados dos três grupos seguintes com a maior quantidade de imigrantes basta para termos uma ideia da magnitude desse contingente: 119 portugueses, 45 turcos-asiáticos e 28 espanhóis (RECENSEAMENTO DE 1920, vol. 4, 1ª parte, p. 451 e 707).

Os quadros populacionais apresentados a seguir reúnem a síntese dos dados da população geral, de estrangeiros e de italianos do município de Varginha, do Recenseamento de 1920.

QUADRO 5

POPULAÇÃO GERAL E DE ESTRANGEIROS EM VARGINHA (MG), 1920

POPULAÇÃO GERAL	POPULAÇÃO DE ESTRANGEIROS
22.457	1.020

Fonte: Recenseamento de 1920, vol. 4, 1ª parte, p. 451 e 707.

QUADRO 6

PRINCIPAIS GRUPOS DE ESTRANGEIROS EM VARGINHA (MG) E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO GERAL E DE ESTRANGEIROS, EM PERCENTUAIS, EM 1920

GRUPO	TOTAL	% POP. GERAL	% ENTRE ESTRANG.
Italianos	806	3,6	79
Portugueses	119	0,5	12
Turcos-asiáticos	45	0,2	4
Espanhóis	28	0,1	3

Fonte: Recenseamento de 1920, vol. 4, 1ª parte, p. 451 e 707.

Notas: população geral: 22.457 hab. Cálculos do autor.

O Quadro 7, abaixo, apresenta os imigrantes italianos em Varginha, segundo o gênero.

QUADRO 7

IMIGRANTES ITALIANOS SEGUNDO O GÊNERO, EM VARGINHA (MG), EM 1920

GÊNERO	TOTAL	%
Masculino	428	53
Feminino	378	47
TOTAL	806	100

Fonte: Recenseamento de 1920, vol. 4, 1ª parte, p. 451 e 707.

Nota: cálculos do autor.

Ávila (1983), provavelmente baseado em Lefort (1950), afirma que as primeiras famílias de imigrantes italianos chegaram ao município de Varginha em 1888. Segundo a *Gazeta da Varginha*, o ano da chegada foi 1887, data da implantação da primeira colônia de imigrantes (*GAZETA DA VARGINHA*, 11 ago. 1895, p. 1) (Vide item 3.1 Varginha: sede do 4º Distrito de Imigração. A hospedaria dos imigrantes, 1894. Colônia agrícola de Varginha, 1887).

Na época, era presidente da Câmara Municipal (atual cargo de prefeito) Evaristo Gomes de Paiva, advogado, natural de Campanha (MG) (CAPRI, 2018, p. 10), cidade vizinha a Varginha. Ele foi o quarto Presidente da Câmara Municipal de Varginha nos mandatos de 07 de janeiro de 1887 a 07 de janeiro de 1888 e de 07 de janeiro de 1888 a 08 de janeiro de 1889 (SALES, 2018a, p. 439).

Não se pode compreender a imigração italiana em Varginha isolando esse fato do conjunto dos acontecimentos históricos do período. Em um sentido mais amplo, é preciso

levar em conta os seus antecedentes históricos imediatos em que se destaca sua relação com a Abolição da Escravatura, uma vez que esses fatos estão intrinsecamente relacionados. Logo após a Abolição, a imigração se impôs ao Brasil como condição necessária para manter a produção econômica em que a agricultura e a pecuária eram predominantes. A mão de obra livre do imigrante substituiria obrigatoriamente a mão de obra escrava. No fim do século XIX e início do século XX, a maior parte da população brasileira vivia na zona rural, o mesmo acontecia em Varginha.

O trabalho do colono italiano era livre e remunerado e o lugar que ele ocupava no imaginário da sociedade que o recebia era muito diferente do lugar ocupado pelo negro. O colono italiano, mesmo pobre, tinha, geralmente, a pele alva, o cabelo loiro e os olhos claros, características físicas então socialmente valorizadas. A mestiçagem era percebida por uma parcela expressiva dos intelectuais e da população como um problema, fator de atraso em nosso processo civilizatório e não como uma vantajosa característica da formação de nossa sociedade como demonstrariam posteriores estudos de Antropologia e Sociologia, dentre os quais ressaltamos os de Gilberto Freyre. Esse preconceito pode ser facilmente detectado nos relatos dos principais memorialistas varginhenses da época e em notas e artigos publicados na *Gazeta da Varginha*.

Em 1895, a *Gazeta da Varginha* fazia uma defesa da imigração europeia: “Desenvolver a corrente imigratória para o nosso município será até útil para os próprios trabalhadores nacionais, que encontrarão nos europeus, exemplos para se

tornarem menos pródigos e mais constantes ao trabalho” (*GAZETA DA VARGINHA*, 03 fev. 1895, p. 1). Nesse discurso de nítido matiz ideológico, percebe-se uma oposição binária por antítese em que o brasileiro é desvalorizado e o europeu, idealizado: o trabalhador brasileiro é pródigo, ou seja, dissipa seus bens, gasta mais do que pode e do que seria necessário, é esbanjador. Além disso, é preguiçoso e inconstante no trabalho, não assíduo, o que levaria a uma produção irregular. O trabalhador europeu (idealizado) serviria de contraponto e exemplo por supostamente possuir as qualidades contrárias desejáveis: econômico e constante no trabalho.

Lefort (1950) aponta para a importância e a influência da imigração italiana no município. Segundo ele, uma dessas correntes migratórias estabeleceu-se em Varginha, no ano de 1888, tendo-se dedicado à cultura do café cuja produção permitia abastecer os mercados do país.

Segundo Capri (1918, p. 4-5), o café era a principal riqueza de Varginha e o município, o Eldorado do Café do Sul de Minas, com produção anual de 550.000 arrobas. A qualidade do café era excelente, sendo apreciado em todos os mercados, nacionais e estrangeiros. O Café “Varginha” se destacava por sua qualidade única e excepcional. Devido à produção e comercialização cafeeira, os estabelecimentos locais de beneficiamento de café se destacavam e se localizavam nas proximidades da Estação Ferroviária para facilitar o transporte e o escoamento da produção.

Vianna de Paula (1927) afirma que as propriedades agrícolas de cultura do café reuniam consideráveis coletividades obreiras especializadas no trato agrícola e no

beneficiamento industrial dos grãos. Esses trabalhadores eram responsáveis pela produção avaliada, na época, em 600.000 arrobas de café anualmente, cujo valor representava a maior parte da riqueza local.

Segundo Lefort (1950), após terem iniciado sua vida na agricultura, muitos dos trabalhadores italianos se tornaram capitalistas, negociantes, proprietários abastados e industriais ativos. Varginha deve o seu impulso econômico e grande parte de seu progresso na indústria, no comércio e nas profissões liberais, aos imigrantes italianos.

O escritor Luiz José Álvares Rubião, pai da renomada pintora varginhense Aurélia Rubião (1901-1987), afirmava que a imigração italiana salvou a lavoura de café, pois não se podia contar com a mão de obra dos negros recém-libertados. Os fazendeiros locais contrataram então, para as suas fazendas, as primeiras famílias de imigrantes italianos. Afirma ele, com o viés de preconceito da época no início de seu texto:

[...] essa imigração, por felicidade de nossa terra, ao invés de ser uma escória social das velhas cidades do velho mundo, foi, antes uma lasca de rocha viva da nacionalidade italiana. Homens, quase todos dos campos e aldeias – lombardos, toscanos, vênnetos, etc. – trabalhadores, robustos, enérgicos, ativos e econômicos, supriram cabalmente o vácuo aberto na lavoura do café pela falta de braços [...] grande injustiça cometeríamos se ousássemos contestar a influência decisiva da Colônia Italiana, na grandeza e prosperidade da cidade da Varginha. Que a bandeira gloriosa, que tremula nas margens do Piave, seja sempre, nesta terra, considerada como

um outro símbolo de ordem e progresso
(RUBIÃO, 1919, p. 14 e 17).

As últimas frases do texto de Rubião, citadas acima, mostram explicitamente a admiração dos varginhenses ou dos residentes em Varginha pelo povo italiano. O *Álbum da Varginha*, de Rubião, foi publicado em 1919, logo após o fim da I Guerra Mundial. A citação ao rio é uma alusão à batalha do Rio Piave, travada entre 15 e 23 de junho de 1918, no final da I Guerra Mundial. A batalha representou uma vitória decisiva do exército italiano contra as tropas do Império Austro-Húngaro.

Rubião ainda afirma que “De 1892 e 1894, a população da cidade da Varginha, sob o influxo de uma intensa corrente imigratória, aumentou cento por cento” (ibidem, p. 21).

Alguns anos após chegarem a Varginha, a situação de muitos dos imigrantes italianos era de prosperidade econômica, integração com a comunidade e reconhecimento social. A mão de obra italiana possibilitou a prosperidade da lavoura cafeeira, principal cultura do município exportada para todo o Brasil e Europa, de onde partia do porto do Rio de Janeiro para Nápoles.

Rubião (1919) visitou a Fazenda Pedra Negra, uma das mais prósperas do município, para colher dados para o seu *Álbum da Varginha*. Lá, ele constatou que havia um predomínio de italianos entre os colonos, dentre os quais se destacava o administrador da fazenda.

Capri (1918, p. 18), afirma que a colônia italiana em Varginha, em seu início, era constituída por grande número de colonos que se dedicavam à agricultura e, especialmente, ao

cultivo do café e contava também com indústrias e estabelecimentos comerciais de boa qualidade.

Inicialmente, os italianos trabalharam nas lavouras, depois passaram a administradores das fazendas, em seguida, tornaram-se pequenos proprietários de sítios e chácaras. Na cidade, dedicaram-se ao comércio (padarias, bares, materiais de construção, ferramentas de trabalho na lavoura, gêneros alimentícios etc) e a empresas administradas pela família nas quais, por vezes, eram também empregadores de pessoas estranhas ao meio familiar (marcenarias, marmorarias, serralherias, fábricas de bebidas e ladrilhos hidráulicos). Por volta de 1914, a prestação de serviços já havia se agregado aos outros ramos de atividades: comissariado de café, barbearia, ferraria, funilaria, sapataria, relojoaria, estúdio fotográfico etc. Posteriormente, com o aumento do nível de escolaridade, os italianos tornaram-se profissionais liberais. De modo geral, apenas para compreensão didática, o percurso profissional desses imigrantes deu-se na seguinte ordem: agricultura (zona rural) → comércio, empresas e prestação de serviços (zona urbana) → profissionais liberais. Evidentemente, ao longo do tempo, essas atividades poderiam existir de modo simultâneo nas diferentes gerações das famílias.

3.1 Varginha: sede do 4º Distrito de Imigração. A hospedaria dos imigrantes, 1894. Colônia agrícola de Varginha, 1887

3.1.1 Varginha: sede do 4º Distrito de Imigração 1893-1895

Em janeiro de 1893, poucos meses antes da criação dos Distritos de Imigração, o coronel Joaquim Baptista de Mello, presidente da Câmara Municipal de Varginha e Agente Executivo Municipal, foi a Juiz de Fora com o propósito de conseguir a instalação de uma Agência de Imigrantes em Varginha. Segundo consta de telegrama publicado na *Gazeta da Varginha*, ele obteve êxito em sua empreitada. O referido jornal estimava “que em futuro não muito remoto, [o Sul de Minas] tornar-se-ia a parte mais procurada e rica do Estado” (GAZETA DA VARGINHA, 29 jan. 1893, p. 1).

Em Minas Gerais, no último decênio do século XIX, cabia aos Distritos de Imigração fiscalizar o recebimento e definir o destino final dos imigrantes para colocação (assentamento).

O Decreto nº. 626, de 31 de maio de 1893, dividiu o estado em cinco distritos para efetivar essa política imigratória. Cada distrito era composto por uma cidade sede com várias cidades da micro e macrorregião adstritas. Inicialmente, foram criados distritos em quatro regiões (denominações atuais): Sul (2), Centro-Oeste (1), Triângulo (1) e Zona da Mata (2).

Poucos meses depois, o Decreto nº. 640, de 07 de agosto de 1893, criou o sexto distrito de imigração com sede em Lavras.

Em seguida, o Decreto nº. 806, de 22 de janeiro de 1895, reorganizou os distritos de recebimento e expedição de imigrantes e os reduziu a quatro. Com isso, o quarto distrito de Varginha foi extinto, passando o município a integrar o terceiro distrito com sede em Lavras (antigo sexto distrito).

O Quadro 8, abaixo, apresenta os Distritos de Imigração com as respectivas cidades sedes, conforme estabelecido no Decreto nº. 626, de 31 de maio de 1893 e no Decreto nº. 640, de 07 de agosto de 1893.

QUADRO 8

DISTRITOS DE IMIGRAÇÃO, CIDADES SEDES E REGIÕES DE MINAS GERAIS, 1893

DISTRITO	CIDADE SEDE	REGIÃO
1º	Juiz de Fora	Mata
2º	Leopoldina	Mata
3º	Saúde ⁽¹⁾	Centro-Oeste
4º	Varginha	Sul
5º	Uberaba	Triângulo
6º ⁽²⁾	Lavras	Sul

Fontes do Quadro 8: Decreto nº. 626, de 31 maio de 1893; Decreto nº. 640, 07 ago. 1893.

Notas: ⁽¹⁾ atual município de Perdigoão. ⁽²⁾ Único distrito criado pelo Decreto nº. 640, de 07 ago. 1893, os demais foram criados pelo Decreto nº. 626, de 31 maio 1893.

Observações do Quadro 8: regiões: denominações atuais estabelecidas pela antiga Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), atual Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). As dez divisões com os códigos da região de planejamento e nome da região são as seguintes: I Central, II Mata, III Sul de Minas, IV Triângulo, V Alto Paranaíba, VI Centro-Oeste de Minas, VII Noroeste de Minas, VIII Norte de Minas, IX Jequitinhonha / Mucuri e X Rio Doce. Divisão originalmente prevista no projeto de lei 1.590/93, o critério passou a vigorar com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 1996/1999, adotado em dezembro de 1995.

A escolha de duas cidades da Zona da Mata mineira se explica pela proximidade com os portos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Vitória) e pelo traçado da extensa malha ferroviária que fazia a ligação entre o estado de Minas e os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

O quarto distrito com sede em Varginha era composto pelos 32 municípios apresentados, a seguir, em ordem alfabética segundo a denominação da época: Varginha, Alfenas, Baependi, Cabo Verde, Caldas, Cambuí, Campanha, Campo Belo, Caracol (Andradas), Carmo do Rio Claro, Cristina, Dolores da Boa Esperança (Boa Esperança), Itajubá, Jacuí, Jaguaré (Camanducaia), Monte Santo, Muzambinho, Ouro Fino, Pium-í, Passa Quatro, Passos, Pedra Branca (Pedralva), Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pouso Alto, Santa Rita do Sapucaí, Santo Antonio do Machado (Machado), São Gonçalo do Sapucaí, São José do Paraíso (Paraisópolis), São Sebastião do Paraíso, Três Corações e Três Pontas. As denominações entre parênteses são as atuais.

A *Gazeta da Varginha* se referia ao 4º Distrito de Imigração também como Distrito de Colonização (*GAZETA DA VARGINHA*, 08 out. 1893, p. 2).

O Decreto Mineiro nº. 626, de 31 de maio de 1893 foi assinado pelo governador Afonso Pena e por David Moretzsohn Campista, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O fiscal do 4º Distrito de Imigração era José Jorge da Silva Penna. Na década de 1880, ele residia em Lavras onde era um dos eleitores, foi Juiz de Paz e 3º suplente de Juiz Municipal. Dotado de espírito empreendedor, em dezembro de 1880, uma lei estadual concedeu-lhe ou à empresa por ele organizada, subvenção de cinco contos de réis anuais, durante o prazo de cinco anos, para a exploração da navegação a vapor no Rio Grande. Na década de 1890, prestou serviços variados ao estado exercendo várias funções. Como fiscal do 4º Distrito de Imigração entre 1893 e o início de 1895, seu salário era de Rs 820\$000 (oitocentos e vinte mil réis) mensais. Após esse período, trabalhou em Varginha como vendedor de imóveis (fazendas) e, no estado, como encarregado do *stoch house* de máquinas agrícolas do estado e foi nomeado funcionário público da Prefeitura de Belo Horizonte no cargo de terceiro-escriurário (*MINAS GERAES*, 31 jul. 1894, p. 3; *ibidem*, 15 mar. 1898, p. 1; *ibidem*; 30 out. 1898, p. 1; *JORNAL DO COMMERCIO*, 08 out. 1884, p. 3; *ibidem*, 17 abr. 1885, p. 3; *ALMANACH SUL-MINEIRO*, 1884, p. 654; LEI Nº 2754, de 18 dez. 1880).

Em 1893, o capitão Antonio Caetano da Rocha Braga foi um dos agenciadores reconhecidos pelo governo de Minas

Gerais para estabelecer contato entre imigrantes europeus e asiáticos, e fazendeiros, empresas industriais e linhas férreas de municípios mineiros com propósito de firmar contratos de trabalho. O escritório era em Varginha (*MINAS GERAES*, 19 ago. 1893, p. 8). O capitão Rocha Braga foi condecorado com as medalhas de prata e bronze da rendição de Uruguaiana e Campanha do Paraguai, era tenente-coronel reformado da Guarda Nacional e Diretor da Secretaria da Câmara Municipal da Cidade de Varginha (*GAZETA DA VARGINHA*, 20 out. 1895, p. 2).

Em 22 de julho de 1894, foi publicada na *Gazeta da Varginha* uma Circular do 4º Distrito de Imigração. O documento foi assinado pelo fiscal José Jorge da Silva Penna, em 05 de julho de 1894. A Circular trata da organização do trabalho agrícola, autorizado pela Lei Mineira nº. 32, de 18 de julho de 1892, que promovia a introdução de imigrantes europeus e asiáticos destinados principalmente ao serviço da agricultura e considerava que a aquisição de braços para a lavoura havia se tornado questão de máxima importância. O colono europeu seria entregue na hospedaria ou estação de via férrea mais próxima de seu destino. Os custos para o transporte dos imigrantes variavam de acordo com a flutuação do câmbio e nenhuma importância seria paga pelo fazendeiro quando houvesse hospedaria fornecida pela Câmara Municipal de acordo com as normas estipuladas pelo governo estadual. A direção do 4º Distrito de Imigração possuía formulários que os fazendeiros poderiam preencher para a requisição de imigrantes (*GAZETA DA VARGINHA*, 22 jul. 1894, p. 4).

Em 09 de novembro de 1894, chegaram a Juiz de Fora 1.075 imigrantes italianos, dos quais 704 eram maiores de dez anos de idade, 296, com idades entre dez e vinte anos e 75 menores de dois anos. Uma correspondência de Roma informou que em poucos dias a aldeia de Champignano, na Itália, ficou despovoada, tendo todos os seus habitantes imigrado para o Brasil. Para Itapemirim seguiu o Sr. José Jorge da Silva Penna, fiscal do 4º Distrito de Imigração, com sede em Varginha, para receber os imigrantes que vieram com destino ao município (*GAZETA DA VARGINHA*, 25 nov. 1894, p. 2).

Em dezembro de 1894, fazendeiros varginhenses solicitaram do fiscal do 4º Distrito de Imigração a seguinte quantidade de imigrantes italianos: Coronel João Urbano de Figueiredo, 50 italianos, Dr. João Evangelista Frota, 20. A maioria dos fazendeiros que compõe a lista solicitou imigrantes açorianos, provavelmente levando em conta o idioma falado por eles – o português, o que poderia constituir uma facilidade maior de adaptação. Infelizmente, o exemplar do jornal pesquisado encontra-se bastante danificado o que impossibilita o conhecimento da listagem completa. O total de imigrantes italianos e açorianos chegados a Varginha foi mais de 1000 (*GAZETA DA VARGINHA*, dez. 1894).

Ainda por intermédio de José Jorge da Silva Penna, na mesma ocasião, solicitaram imigrantes açorianos: major Matheus Tavares da Silva, 50 açorianos; João Baptista da Silva, 30; capitão Francisco Joaquim da Silva, 30; tenente-coronel Domingos Teixeira de Rezende, 30; André Fernandes dos Reis, 30; tenente-coronel Gabriel [Severo da] Costa, 15; Thomaz [José da] Silva, 10. Não foi possível a leitura dos nomes

completos de Gabriel Costa e Thomaz Silva por estarem na parte danificada do papel do exemplar do jornal pesquisado (*GAZETA DA VARGINHA*, dez. 1894). Sabemos, no entanto, por meio de consulta a outras fontes documentais que Gabriel Costa era o tenente-coronel Gabriel Severo da Costa e Thomaz Silva era Thomaz José da Silva, referido no Livro Actas do Conselho de Intendencia apenas como cidadão (LIVRO ACTAS DO CONSELHO DE INTENDÊNCIA 1890-1892. Ata de 20 maio 1890).

Varginha foi sede do 4º Distrito de Imigração por apenas 601 dias (um ano e 236 dias) entre 31 de Maio de 1893 (Decreto nº. 626, da criação do distrito) e 22 de janeiro de 1895 (Decreto nº. 806, que, entre outras medidas de reorganização dos distritos, extinguiu o de Varginha). O motivo da extinção do distrito de Varginha não foi claramente expresso, o texto do decreto afirma apenas “que a experiência tem demonstrado a conveniência de serem os mesmos [distritos] novamente reorganizados, resolve reduzi-los a quatro”. Assim, a partir de 22 de janeiro de 1895, com o Decreto nº. 806, Minas Gerais ficou dividido em quatro distritos: primeiro distrito, sede em Juiz de Fora, segundo distrito, sede em Leopoldina, terceiro distrito, sede em Lavras e quarto distrito, sede em Uberaba (DECRETO Nº. 806, 22 jan. 1895).

O Quadro 9, abaixo, apresenta a divisão distrital estabelecida em 1895:

QUADRO 9

DISTRITOS DE IMIGRAÇÃO, CIDADES SEDES E REGIÕES DE MINAS GERAIS, 1895

DISTRITO	CIDADE SEDE	REGIÃO
1º	Juiz de Fora	Mata
2º	Leopoldina	Mata
3º	Lavras	Sul
4º	Uberaba	Triângulo

Fonte: Decreto nº. 806, 22 jan. 1895.

Nota: regiões: denominações atuais estabelecidas pela antiga Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), atual Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). As dez divisões com os códigos da região de planejamento e nome da região são as seguintes: I Central, II Mata, III Sul de Minas, IV Triângulo, V Alto Paranaíba, VI Centro-Oeste de Minas, VII Noroeste de Minas, VIII Norte de Minas, IX Jequitinhonha / Mucuri e X Rio Doce. Divisão originalmente prevista no projeto de lei 1.590/93, o critério passou a vigorar com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 1996/1999, adotado em dezembro de 1995.

A importância estratégica da Zona da Mata para a implantação da política imigratória de Minas Gerais é constatada pela manutenção de duas cidades sede nessa região (Juiz de Fora e Leopoldina), apesar da redução do número de distritos.

A notícia da extinção do distrito de Varginha foi recebida no município somente doze dias após a assinatura do Decreto nº. 806, segundo consta da *Gazeta da Varginha*: “Sede do 4º distrito. / Já tínhamos impressa a 1ª página da *Gazeta*,

onde vem publicado o artigo sobre a hospedaria de imigrantes deste distrito, quando tivemos o dissabor de lermos no órgão oficial deste Estado, o decreto que a suprimiu. / Infelizmente, realizou-se o que prevíamos” (*GAZETA DA VARGINHA*, 03 fev. 1895, p. 3).

3.1.2 Hospedaria dos imigrantes, 1894

Após muita discussão e de um alegado descaso do poder público municipal com a questão dos imigrantes, entre 1893 e 1895, a aquisição ou instalação da hospedaria dos imigrantes em Varginha foi cogitada pela direção do 4º Distrito de Imigração e pela Câmara Municipal em três locais: em um grande sobrado no Largo do Rosário, no centro da cidade, e na fazenda do Pontal ou no edifício da Estação Fluvial, na zona rural.

Em 20 de maio de 1894, uma nota publicada na primeira página da *Gazeta da Varginha* se queixava do descaso da Câmara Municipal em tomar providências para a construção de uma hospedaria de imigrantes, pois, segundo se alegava, toda a verba pública era guardada para aplicação no abastecimento de água potável no município (*GAZETA DA VARGINHA*, 20 maio 1894, p. 1). A prioridade do poder público municipal seria, portanto, segundo as alegações da *Gazeta da Varginha*, o abastecimento de água e não a questão imigratória.

De fato, Evaristo Gomes de Paiva, presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo de Varginha, publicou o “Manifesto ao povo do município de Varginha”, datado de 02

de janeiro de 1895, em que afirmava: “Procurarei abastecer a cidade com água potável, sendo este serviço o primeiro, porque se impõe como medida de necessidade urgente e inadiável”. Embora a palavra imigração não conste do referido Manifesto, indiretamente, ele disse que organizaria “o trabalho aplicado à agricultura, protegendo e facilitando a colonização” que, no entendimento dele, era “um dos meios eficazes de levantar a lavoura do abatimento em que se acha, devido a escassez de braços e a amovibilidade [sic] do trabalhador” (*GAZETA DA VARGINHA*, 06 jan. 1895, p. 1). Por amovibilidade, neologismo empregado por Paiva, ele se referia ao estado amovível do trabalhador rural, ou seja, ao trabalho transitório, temporário, sem estabilidade nem para o lavrador nem para o fazendeiro que o empregava.

Dois meses depois, a Câmara Municipal autorizou o Agente Executivo a alugar uma casa apropriada para o alojamento de imigrantes. O local indicado seria um sobrado no Largo do Rosário que para essa finalidade deveria ser reformado (*GAZETA DA VARGINHA*, 15 jul. 1894, p. 2). O então denominado Largo do Rosário estava localizado na atual Avenida Rio Branco na proximidade da Avenida São José.

A seguir, transcrevemos a nota sobre a hospedaria dos imigrantes publicada na Gazeta da Varginha, em 13 de janeiro de 1895:

[início da transcrição]

A imigração

Parece-nos estar resolvido o ponto em que se deve ficar a hospedaria dos imigrantes.

Depende essa escolha do digno fiscal deste distrito e da Ilma. Câmara [Municipal], que, com certeza, não poupará esforços para a realização dessa hospedaria, fonte segura da lavoura e indústrias do município.

A Estação Fluvial está a propósito para tal fim, e com vantagens a qualquer outro ponto, pelas acomodações já existentes, para uma vasta hospedaria, bem como pela abundância d'água e distância regular da sede do distrito e do centro populoso desta cidade, caso aconteça ser importada alguma epidemia pelos imigrantes, como sempre tem acontecido nos pontos onde as hospedarias são nos centros das cidades.

Debaixo de todos os pontos de vista, não encontrarão os interessados melhor colocação para a referida hospedaria, na circunvizinhança da cidade, salvo, se pretenderem construir tudo novo, do que seja a Estação Fluvial.

Quando o entusiasmo aqui reinou, logo que foi designada esta cidade para a sede do 4º distrito, indicavam o sobrado grande do Largo do Rosário para servir de hospedaria e não chegamos a manifestar nosso modo de pensar, porque tínhamos convicção de que não se tratava disso, em vista de outros pequenos melhoramentos que não eram executados.

Seria um erro descomunal, com graves prejuízos para a higiene pública, se fizessem a hospedaria tão central como pretendiam.

Mais tarde foi lembrada a fazenda do Pontal, dependendo da compra da mesma a instalação da hospedaria; foi uma bolha de sabão tal projeto.

Porém, agora temos esperanças de que seja brevemente inaugurada a hospedaria do 4º distrito, pela facilidade com que ela pode ser instalada na [Estação] Fluvial, onde serão desocupados grandes barracões logo que seguir a linha férrea.

A distância desta cidade ao ponto indicado, é de uma légua pela estrada de rodagem, e pouco mais pela linha da [estrada de ferro] Muzambinho oferecendo, portanto, duas vias de transportes, para tão curta distância.

Além disso, aquele ponto já está ligado a esta cidade pelo fio telegráfico, sendo pronta a comunicação.

Parecerá antipatriótica esta ideia, por afastarmos dos subúrbios desta cidade, a hospedaria, pois tal não é, porque sendo resolvida a escolha da Fluvial, teremos hospedaria, um pouco longe, sim, do contrário – nem aqui, nem lá.

Essa é a verdade.

Como todos são sabedores, o ilustre Presidente da Câmara, não tratará da construção de uma hospedaria, porque já se manifestou pela água potável, que não custará pouco, e por ser esse melhoramento reclamado em primeiro lugar, e assim sendo, onde poderão encontrar um lugar nas condições já expostas?

Julgamos digna de atenção, a ideia, na certeza de que teremos imigrantes, logo que isto for resolvido.

É nosso dever fazermos público, que – enquanto não for inaugurada a hospedaria, para esta zona não serão embarcados os imigrantes que vierem com destino a este Estado, embora sejam pedidos.

Pedimos para lembrança, toda a atenção dos ilustres srs., fiscal do [4º] distrito [de Imigração] e presidente da Ilma. Câmara.

Fonte: GAZETA DA VARGINHA, 13 jan. 1895, p. 1.

[fim da transcrição]

O artigo publicado pareceu de início, ter encontrado eco entre a população e dias depois um dos proprietários da Estação Fluvial declarou que pretendia oferecer uma proposta aos encarregados do serviço da imigração, concebida em condições vantajosas para o serviço imigratório do município de Varginha (GAZETA DA VARGINHA, 20 jan. 1895, p. 1).

Conforme vimos, o Decreto nº. 806, de 22 de janeiro de 1895, extinguiu o 4º Distrito de Imigração em Varginha. Em 03 de fevereiro de 1895, após a extinção, o assunto da hospedaria dos imigrantes “começou a ter a mesma sorte de outras iniciadas e que caem pela absoluta falta de energia da parte dos imediatos interessados”. Um decreto publicado no órgão oficial do estado suprimiu a instalação de uma hospedaria em Varginha. A nota responsabiliza em parte os fazendeiros que não manifestaram interesse pela construção

ou locação de uma casa para servir como hospedaria: “Ora, sendo a hospedaria de imigrantes um recurso para a lavoura, competia aos lavradores [fazendeiros] acoroçoarem a ideia, como em outros lugares, prestando auxílio à municipalidade para a realização dela”. A mesma nota responsabiliza, também, os administradores públicos por um indiferentismo “condenável por todos os princípios” (*GAZETA DA VARGINHA*, 03 fev. 1895, p. 1).

Depois dessa data, a *Gazeta da Varginha*, nos exemplares pesquisados, não trouxe mais nenhuma notícia sobre a construção ou aquisição de uma hospedaria de imigrantes em Varginha. A hospedaria de Varginha serviria para abrigar os imigrantes que seriam assentados nos 32 municípios do 4º Distrito de Imigração (inclusive Varginha). Não parece provável que a hospedaria tenha sido construída após a extinção do distrito.

3.1.3 A imigração após a extinção do 4º Distrito

Após a extinção do 4º Distrito de Imigração, Varginha passou a ser um dos municípios adstritos ao 3º Distrito, com sede em Lavras.

Dois meses após a extinção do distrito de Varginha, José Jorge da Silva Penna, ex-fiscal do 4º distrito, comunicou pela imprensa aos fazendeiros da cidade que continuava a exercer o seu trabalho de agenciador de colonos para a região (*GAZETA DA VARGINHA*, 31 mar. 1895, p. 2).

Por seu intermédio, no início de abril de 1895, vários fazendeiros fizeram pedidos de imigrantes. Os fazendeiros

Antonio Cândido Maia, Manoel Joaquim da Silva Bittencourt, José Maximiano Franco de Carvalho e Manoel de Souza Reis, solicitaram, respectivamente, duas, duas, três e oito famílias de imigrantes.

Na segunda quinzena de julho de 1895, chegaram a Varginha “mais três turmas de imigrantes italianos, sendo uma para a fazenda do sr. Antonio J. Monteiro de Rezende, outra para o Sr. Daniel J. Xavier e a outra para a fazenda do Sr. Urbano dos Reis Silva. São esperadas outras turmas” (*GAZETA DA VARGINHA*, 28 jul. 1895, p. 4).

Entre julho e dezembro do ano anterior (1894), foram feitos pedidos em número superior a 450 famílias de imigrantes de nacionalidades portuguesa e italiana e com destino a diversos pontos compreendidos no extinto 4º distrito de imigração, com sede nesta cidade (*GAZETA DA VARGINHA*, 07 abr. 1895, p. 2). Conforme vimos, o 4º Distrito de Imigração congregava 22 municípios, portanto, apenas uma parcela das 450 famílias de imigrantes seria assentada em Varginha.

Em 17 de junho de 1895, chegaram a Varginha várias famílias italianas contratadas pelo fazendeiro João Urbano de Figueiredo, para o serviço da lavoura do café. (*GAZETA DA VARGINHA*, 23 jun. 1895, p. 2). Em 30 de junho, chegou uma turma de imigrantes italianos para a fazenda de Manoel de Souza Reis, também para o trabalho na lavoura (*GAZETA DA VARGINHA*, 30 jun. 1895, p. 2). Em julho, regressou de Pinheiros o capitão Valério Máximo dos Reis, trazendo uma turma grande de imigrantes italianos para a sua fazenda. Para Pinheiros, seguiu José Augusto de Rezende, que foi contratar imigrantes italianos para a sua fazenda e para a de seu pai, o

tenente-coronel Domingos de Rezende (*GAZETA DA VARGINHA*, 07 jul. 1895, p. 2).

Em 24 de setembro de 1895, chegou a Varginha um trem especial vindo de Juiz de Fora, com imigrantes para se estabelecerem na cidade (*GAZETA DA VARGINHA*, 26 set. 1895, p. 2).

Nota publicada em dezembro de 1895 informa que naquele ano foram assentados em Varginha 175 imigrantes por intermédio do 3º Distrito de Imigração, cuja sede era em Lavras e do qual Varginha passou a ser um dos municípios adstritos, após a extinção do 4º Distrito (*GAZETA DA VARGINHA*, 25 dez. 1895, p. 2).

Na última semana de maio de 1896, chegaram a Varginha mais de trezentos imigrantes italianos por intermédio do Agente Executivo Municipal sendo imediatamente assentados. Eles foram recepcionados na gare da estação ferroviária pelo presidente da Câmara Municipal que os hospedou até “serem colocados”. Na ocasião, era esperada outra leva de imigrantes (*GAZETA DA VARGINHA*, primeiro jun. 1896, p. 4).

3.1.4 Instruções para a contratação de imigrantes, 1893

Em 19 de setembro de 1893, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas publicou as instruções técnicas para a contratação de imigrantes. A normatização intitulada “Instruções para pedidos de imigrantes” foi assinada em Ouro Preto, em 19 de Setembro de 1893, pelo Secretário David Moretzsohn Campista. A seguir, apresentamos a

reprodução na íntegra, conforme consta da publicação da *Gazeta da Varginha* (08 out. 1893, p. 1-2). A pontuação foi mantida como no original:

[início da transcrição]

INSTRUÇÕES PARA PEDIDOS DE IMIGRANTES

I O proprietário ou empresa que necessitar de trabalhadores, formulará o pedido completando os dizeres do modelo junto, que será datado e assinado sobre um selo estadual de 200 réis.

II Este pedido, que será feito em duplicata, será apresentado ao presidente da câmara municipal do lugar em que estiver situada a fazenda, ou estabelecimento para o qual se destinarem os imigrantes.

III O presidente da câmara rubricará cada uma das vias do pedido para autenticá-lo e informará em ofício dirigido ao fiscal do distrito de imigração, sobre os seguintes pontos: (a) se o peticionário dispõe de meios para alimentar os colonos de que trata o seu pedido; (b) de quantas casas dispõe para residência dos colonos, se elas estão bem colocadas, em lugar enxuto, ventiladas, bem cobertas, se tem água para o serviço doméstico, se satisfazem as condições higiênicas; (c) se o gênero da cultura ou a qualidade da indústria explorada da fazenda ou estabelecimento, dão ou podem dar bom resultado no lugar; (d) se o modo de remuneração prometido pelo peticionário é regular, conforme os usos adotados e assegura a subsistência aos colonos; (e) se os meios de colocação [assentamento] oferecidos são vantajosos.

IV O presidente da câmara remeterá as duas vias do pedido, com o seu ofício de informação, ao fiscal do distrito de imigração, o qual conservará uma das vias e remeterá a outra, acompanhada de sua informação sobre os mesmos pontos do parágrafo anterior e sobre o mais que lhe parecer conveniente, à repartição de Terras e Colonização.

V Quando o proprietário remeter diretamente o pedido ao fiscal, este solicitará as informações do presidente da câmara.

VI Recebendo o pedido, a repartição de Terras [e Colonização] o remeterá aos contratantes do transporte (que são atualmente os srs. Jacomo N. Vincenzi & Filhos) para fazerem vir os imigrantes pedidos e avisará com antecedência o proprietário, do dia em que eles devem chegar ao porto ou estação para onde tiverem sido pedidos.

VII O proprietário deverá mandar recebê-los, e se não o fizer dentro de três dias depois da chegada deles, ficará responsável pelas despesas da hospedagem durante os dias que excederem a este prazo.

VIII O proprietário que tiver feito o pedido, só terá de pagar à empresa de transportes o seguinte:

Por imigrante europeu maior de 12 anos, a diferença entre o preço da passagem (o qual não pode exceder de 170 francos) e a subvenção fixa de 160 francos paga pelo estado [sic].

Por imigrante europeu de 8 a 12 anos a diferença entre o preço da passagem (o qual não excederá de 85 francos) e a subvenção do Estado [sic] de 80 francos.

Por imigrante europeu de 3 a 8 anos a diferença entre o preço da passagem (cujo máximo será 42,50 francos) e a subvenção do Estado de 40 francos.

Por imigrante asiático a diferença entre o preço da passagem que não poderá exceder de 500 francos e a subvenção dada pelo Estado aos contratantes do transporte, que é de 160 francos.

Do salário de cada imigrante asiático, o proprietário que o tiver contratado, descontará 106 francos, para recolher à coletoria, a fim de indenizar o Estado de $\frac{2}{3}$ da subvenção por este pago.

IX Se o proprietário fizer contrato para a introdução dos imigrantes de que precisar com a empresa de transportes subvencionada, deverá, entretanto, apresentar ao fiscal do distrito as declarações a que se refere o modelo de pedido junto [anexo], para que o Estado possa pagar as subvenções concedidas àquela empresa.

X O proprietário que contratar imigrantes por pedidos de outro, será obrigado a pagar as despesas de introdução feitas por este, se já não tiverem sido elas pagas pelos próprios imigrantes.

XI Se os imigrantes introduzidos não forem válidos e aptos para o trabalho, se forem criminosos e mendigos, o proprietário em vista de declarações que serão feitas pelos agentes de governo, não será obrigado a pagar nenhuma despesa de introdução. Os velhos e menores, porém, e os indivíduos enfermos vindo com suas famílias, serão recebidos, pagando o Estado as respectivas passagens.

Secretaria d'Agricultura, Comércio e Obras
Públicas, em Ouro Preto, 19 de Setembro de 1893. – David
M. [Moretzsohn] Campista.

PEDIDOS DE IMIGRANTES

Município:

Distrito:

Nome do estabelecimento:

Gênero de cultura ou de indústria:

Modo de remuneração: salário, meias, empreitadas ou
outro qualquer sistema.

Número de imigrantes:

Nacionalidade a que devem pertencer os imigrantes:

Natureza e aptidão do terreno:

Meios de colocação oferecidos aos imigrantes:

Localidade das casas destinadas à sua residência e suas
condições higiênicas:

OBSERVAÇÕES

O abaixo assinado receberá os imigrantes de que
trata este pedido ou os que lhe forem distribuídos na
hospedaria de _____ correndo
por conta dele abaixo assinado quaisquer despesas de
transportes daí até residência destinada aos imigrantes
(art. 13). Outro sim [sic], obriga-se a prestar-lhes os
auxílios precisos para a sua manutenção durante o tempo
necessário até que se habilitem a obtê-los pelo seu
trabalho.

Data:
Assinatura.

[fim da transcrição]

As “Instruções para pedidos de imigrantes” revelam a preocupação do estado com as condições de moradia, alimentação, higiene e salubridade das residências destinadas aos imigrantes. Havia, também, a preocupação com o tipo de vínculo empregatício e se o salário pago pelo fazendeiro seria suficiente para garantir a subsistência digna ao imigrante e à sua família. Os imigrantes menores de idade, idosos e enfermos também eram acolhidos, sendo o custo do transporte bancado pelo estado.

3.1.5 Colônia agrícola de Varginha, 1887

Segundo a *Gazeta da Varginha*, a primeira colônia agrícola de Varginha foi fundada no dia 11 de agosto de 1887. O texto literal é: “Hoje, oitavo ano da fundação da primeira colônia agrícola neste município hospitaleiro” (*GAZETA DA VARGINHA*, 11 ago. 1895, p. 1).

A colônia agrícola de Varginha era formada principalmente por imigrantes italianos e açorianos.

O objetivo da criação das colônias agrícolas com pequenas propriedades era o povoamento de terras públicas consideradas vazias. As colônias agrícolas formadas por italianos não tiveram grande relevância no contexto imigratório de Minas Gerais, ao contrário do que ocorreu nos

estados do Sul do Brasil que, desde a década de 1840, investiram na vinda de imigrantes, apoiada pelo governo imperial (SEYFERTH, 2002, p. 126).

Na época, era consenso haver necessidade de mão de obra, principalmente para a agricultura e para a ocupação de extensas áreas ainda despovoadas do solo brasileiro. Havia, também, a preocupação de conservar as matas: “Para que servem os enormes sertões de ubérrimas terras devolutas, cobertas de frondosas matas virgens? Por que não emigram para ela os estrangeiros, com o dever de conservar as matas? A destruição das matas é um crime [...] como povoar um país sem destruir as matas?” (*JORNAL DO COMMERCIO*, 20 mar. 1890, p. 4). Percebe-se a preocupação com a ecologia e com a sustentabilidade, questões contemporâneas do debate político internacional, embora esses conceitos tenham sido criados cerca de um século depois.

3.1.6 Trabalhadores rurais de Varginha: condições de moradia e higiene, 1927

Em 1927, o médico sanitarista Homero Vianna de Paula, residente na cidade, publicou o relatório de sua autoria “Inspeção sanitária Varginha 1927” em que descreve as condições de moradia, de trabalho e de higiene dos trabalhadores rurais. Desse relatório constam duas fotografias não numeradas de grupos de famílias italianas assentadas na zona rural do município: Fotografia 1 (legenda): trabalhadores rurais italianos (imigração espontânea). Fotografia 2 (legenda): trabalhadores rurais filhos de italianos nascidos no Brasil.

(VIANNA DE PAULA, 1927, página não numerada). Não há identificação das famílias nem das pessoas fotografadas. Os grupos eram constituídos por homens, mulheres, adultos, adolescentes e crianças.

O médico sanitarista descreve com detalhes as condições de vida dos trabalhadores rurais de Varginha, em 1927, inclusive as dos italianos:

As habitações de trabalhadores agrícolas são casas de pau a pique, de enchimento de barro ou de adobos, paredes sem caiação, tendo por soalho a flor da terra, coberta de telhas, sem latrina nem fossa, com água de beber e de servir no córrego mais próximo distante em geral cerca de 100 a 200 metros. As janelas são raras e acanhadas. São todavia, felizmente colocadas no ar livres [sic] das montanhas sul-mineiras banhadas de sol. / Evacuam à flor da terra, homens, mulheres e crianças, na mesma terra dos cafezais, úmida e cheia de folhiços, onde, durante a estação chuvosa, fazem descalços, as capinas, removendo com a enxada a terra à flor do solo e ajuntando-a ao pé descalço. Por isso, a grande maioria dos indivíduos é portadora do necator e ancilóstomo, segundo pesquisas feitas. As águas dos córregos de que se serve a população rural, é, às vezes, contaminada por habitações situadas mais perto das nascentes. O índice de portadores de vermes intestinais na zona rural é de 100%, entre trabalhadores, 88% portadores de necator (VIANNA DE PAULA, 1927, páginas não numeradas).

O sanitarista constatou que o principal tipo de parasita intestinal que infectava a população rural era o *necator*

americanus, nematódio, causador da ancilostomose ou necatoríase. O portador do parasita usualmente apresenta úlceras intestinais, anemia e hipoproteïnemia.

Segundo o autor, os fazendeiros queixavam-se da falta de braços para a lavoura, mas não se preocupavam em cuidar das condições de higiene das moradias dos lavradores nem em tratar de suas doenças, principalmente da opilação (infecção por ancilostomíase). Todas as fazendas do município pesquisadas por ele estavam infectadas pela ancilostomose. A cooperação entre os fazendeiros e a autoridade sanitária poderia promover recursos de higiene aos trabalhadores agrícolas o que teria impacto positivo no rendimento e na qualidade do trabalho (VIANNA DE PAULA, 1927, página não numerada).

Em suma, os imigrantes italianos que trabalhavam na lavoura, em Varginha, no fim do século XIX e no início do XX, viviam nas precárias e insalubres condições descritas pelo sanitarista.

3.2 Economia: indústrias, empresas, comércio e serviços

A seguir, apresentamos uma lista de italianos imigrantes que trabalhavam com as mais variadas profissões, em Varginha, entre 1894 e 1920. As informações constam da *Gazeta da Varginha*, *O Momento*, *Álbum de Varginha* (Fonseca; Liberal), *Álbum da Varginha* (Rubião), *Varginha* (Capri) e *Almanak Laemmert*.

Em 1894, o italiano Domingos Geraldi, pirotécnico que também se autodenominava fogueteiro, anunciava seus

serviços na *Gazeta da Varginha*. Ele residia na fazenda do coronel João Urbano de Figueiredo, prestava serviço de pirotecnia para Varginha e cidades vizinhas e preparava iluminação italiana com duas mil lâmpadas para festas. As encomendas deveriam ser feitas com três meses de antecedência (*GAZETA DA VARGINHA*, 08 abr. 1894, p. 4).

Vicente [Vincenzo] Levitzchi era ex-pintor da rede ferroviária Muzambinho, encarregava-se de todo e qualquer trabalho de pintura clássica: letras, paisagens, douraduras, cenografias e todo e qualquer trabalho concernente à sua arte. Considerado hábil artista, ele realizava pinturas a óleo, cola e fogo, desde as mais simples até as paisagens (*GAZETA DA VARGINHA*, 10 mar. 1895, p. 4; *ibidem*, 28 jul. 1895, p. 4).

O pintor e decorador Napoleão Amadio, por meio da empresa da família Navarra, oferecia e executava qualquer tipo de pintura lisa ou decorada. Sua especialidade era o estilo Renascença (*O MOMENTO*, 20 jan. 1918, p. 5).

Antonio de Souza Bentim, conhecido também como A. S. Bentim, era habilidoso fotógrafo, retratista e pintor de telas. Em 1895, uma nota na *Gazeta de Varginha*, dizia sobre ele: “Achando-se de passagem nesta cidade, resolveu demorar-se algum tempo, para isso, abriu seu atelier fotográfico na TRAVESSA DA ESTAÇÃO”. Ele trabalhava pelo “sistema moderno”, fazia retratos desde o cartão de visitas até o tamanho natural pelo processo gelatino Bromur. Outro trabalho executado era o retrato com trabalho artístico no vidro do relógio (*GAZETA DA VARGINHA*, 26 set. 1895, p. 4). Bentim acabou por estabelecer-se em Varginha. Em 1915, seu atelier estava instalado na Rua Direita, atual Rua Presidente

Antonio Carlos. Anúncio ilustrado do estúdio no jornal *O Momento* trazia a legenda: “Na Itália. No Brasil. Agora na Varginha” (*O MOMENTO*, 06 jun. 1915, p. 3; *ibidem*, 25 jul. 1915, p. 1).



Fonte: *O Momento*, p. 3. Varginha, 06 jun. 1915.

O processo de fotografia referido no anúncio como gelatino Bromur (gelatino-bromure) foi introduzido a partir de 1871. Esse processo utilizava uma emulsão fotográfica de gelatino brometo de prata resultante da adição de brometo de cádmio a uma solução aquosa de gelatina, posteriormente sensibilizada com nitrato de prata (MADDOX, 1871). Evidentemente, esse tipo de produção de fotografia era uma grande novidade em Varginha.

Em 1895, a empresa de Alexandre Vallat [sic] e Augusto Cecchi construía casas na cidade, contribuindo para o seu embelezamento. “O trabalho destes artistas é a melhor recomendação para todo aquele que pretender edificar na cidade, não só pela rapidez da construção como pelo gosto de arquitetura” (*GAZETA DA VARGINHA*, 14 jul. 1895, p. 4).

Na arquitetura, a primeira casa da cidade que se construiu com platibanda foi a do italiano Cândido Foresti, no princípio de 1895. “O seu exemplo está sendo agora imitado pelos novos construtores” (*GAZETA DA VARGINHA*, 12 maio 1895, p. 3). A inovação introduzida causou estranhamento no redator que desconhecia a palavra e escreveu erroneamente ‘paratibanda’. Conforme se percebe, os italianos introduziram novos elementos estéticos nas construções residenciais. A platibanda é um ornamento constituído por uma faixa horizontal que serve de moldura à parte superior de um imóvel com a função de esconder o telhado. A construção pode ser uma residência, igreja, estabelecimento comercial etc. Dependendo da forma como foi construída e dos ornamentos que recebe, a platibanda pode ter um efeito decorativo que valoriza o conjunto estético do imóvel.

A Marmoraria Pellini, de Pellini & Filho, possuía a oficina sob a direção técnica de um dos proprietários e dispunha de pessoal habilitado para executar com perfeição qualquer trabalho dessa arte em mármore branco ou em cores. A oficina especializada em arte tumular (anjos, vasos, crucifixos, pedestais, livros abertos, chamas etc), contava com exposição permanente de túmulos no seu endereço, na Rua Wenceslau Braz, centro, telefone nº. 3 (FONSECA; LIBERAL, 1920, p. 90). A requintada arte tumular da Marmoraria Pellini, agora centenária, pode ser vista ainda hoje em várias sepulturas localizadas à direita e à esquerda dos principais corredores após a entrada principal do Cemitério Municipal.

A família Conde era proprietária do estabelecimento comercial Casa da Colonização Italiana com matriz em Varginha. Em 1894, foi inaugurada uma filial no distrito do Pontal. A casa comercial possuía completo sortimento de todos os gêneros, com vendas a atacado e varejo e preços iguais aos da Capital Federal. Os sortimentos eram comprados no Rio de Janeiro e muitos artigos poderiam vir diretamente da Europa pela linha de navegação *La Veloce*. Dentre os artigos à venda, anunciava-se uma “chinela de veludo bordada a ouro” e o milagroso Xarope Pagliano da medicina moderna, importado de Florença, Itália, remédio único capaz de “combater radicalmente todas as enfermidades recentes e crônicas” (GAZETA DA VARGINHA, 07 out. 1894, p. 2; ibidem, 28 out. 1894, p. 8; ibidem, 25 dez. 1895, p. 4).

GAZETA DA VARGINHA

CASA DA COLONIZAÇÃO ITALIANA

VARGINHA
ESTADO DE MINAS

Neste importantíssimo estabelecimento o respeitável publico encontrará um esplendido sortimento de fazendas de lã, linho, seda, algodão, armarinho, roupa feita, chapéus de sol e de cabeça, calçado, louça, ferragens, papel, livros, armas, máquinas de costura, couros, sola para sapateiros e selleiros, arreios, etc.

De todos estes artigos tem grande quantidade para vender a varejo e por atacado

Preços correntes de alguns artigos da

CASA DE DOMINGOS CONDE

Fonte: Gazeta da Varginha, 1894.

Antonio Bertosi trabalhava em uma olaria anunciada no jornal local como a Nova Olaria Italiana que fabricava e comercializava tijolos comuns, tijolos de ladrilho e telhas (GAZETA DA VARGINHA, 25 nov. 1894, p. 3).

Em 1895 e 1896, a *Gazeta da Varginha* cita a relojoaria de Bartolomeo Botti (GAZETA DA VARGINHA, 27 dez. 1896, p. 4).

Em 1911, a Distillaria Victoria, fábrica de licores, xaropes, águas minerais artificiais e gasosas, de Luiz Maselli, foi premiada na Exposição Internacional de Turim com duas medalhas, uma de ouro, outra de bronze (FONSECA; LIBERAL, 1920, p. 96; RUBIÃO, 1919, p. 136). A Distillaria funcionava na Praça Rio Branco, nº 34, telefone nº. 66, centro, e sua especialidade era o “amargo mineiro” licoroso e o Cognac Gengibre (RUBIÃO, 1919, p. 136).

Nicola Lentini era proprietário da Caldeiraria Funilaria Mechanica Nicola Letini, grande depósito de ferragens, folhas, cimento, banheiros, canos etc. A oficina realizava a instalação de cozinhas e fornos (FONSECA; LIBERAL, 1920, p. 106).

O *Almanak Laemmert de 1914* (2º volume, p. 3427-3428) cita os seguintes italianos no comércio e em serviços em Varginha:

Armarinhos, fazendas e ferragens: Jacintho Foresti, Roque Rotundo e Santi Freducci. Comissário e comprador de café: Antonio Rotundo. Molhados e gêneros do país: Antonio Berthozi, Caetano Lello, Donato Carlucci, José Fenoci, João de Lugi, Luiz Cotini, Victorio Pizzo, Pedro Ossano e Viúva Foresti & Filho. Olaria: Santo Yome. Barbeiro: Carlos Trombini. Ferreiros: Benjamim Elisei e Francisco Berholdo. Funileiros: José Navarra & Irmão; Nicolino Navarra. Marceneiro: Conrado Orsi. Sapateiros: Egydio Rosei e João Pinelli.

A Casa Foresti, da Viúva Foresti & Filho, comercializava farinha de trigo, cal, querosene, açúcar, arroz, arame farpado e

vários outros artigos. As vendas eram por atacado e varejo (FONSECA; LIBERAL, 1920, p. 107). A oficina mecânica A Varginhense, de Benjamim Elisei & Cia. fabricava máquinas de beneficiar café e arroz, portões de grades para jardins e alpendres, instalações sanitárias e serpentinas para fogões (ibidem, p. 107).

Além dos estabelecimentos citados acima, do *Álbum da Varginha* ainda constam: Padaria Ítalo-Brasileira, de propriedade de José Fenoci, localizada na Praça Rio Branco, atual Avenida Rio Branco (RUBIÃO, 1919, p. 50) e o Armazém de Secos e Molhados, de Agostinho Lorenzotti, localizado na Rua Cel. João Urbano, telefone nº. 65, comercializava açúcar, arroz, farinha de trigo, vinhos italianos e portugueses, cal, querosene etc. (RUBIÃO, 1919, p. 141).

Em 1915, o jornal *O Momento* publicou uma lista oficial sem título da Coletoria Municipal de Varginha das principais indústrias e profissionais de Varginha, dentre os quais, os italianos ou descendentes: Antonio Vossi: casa especial de gêneros alimentícios nacionais e molhados em pequena escala. Carlos Trombini: concertador de relógios com estabelecimento (Relojoaria Regulador). Carlos Bregalda: taberna. Caetano Lello (São José): mercador de cereais, vendendo outros gêneros e molhados. Domingos De Carli: casa especializada de gêneros alimentícios nacionais e molhados em pequena escala. Domingos Geraldi: fabricante em pequena escala de fogos de artifício. Donato Caluccio [Carlucci > Carlúcio]: mercador de ferragens em pequena escala. Domingos Pazzi: agente comercial de venda de móveis. Humberto Conde: casa de fazendas, armarinho, ferragens, etc. a varejo em grande escala

e por atacado em pequena escala. Humberto Pizzo (Vargem): casa especial de gêneros alimentícios nacionais e molhados em pequena escala. Jacyntho Foresti: casa especial de fazendas e armarinhos em pequena escala. João Vannoni: taverna. João Pianestelli (Bomba): mercador de cereais, vendendo outros gêneros e molhados. José Pegovaro [Pegoraro?]: taverna. José Navarra: mercador de ferragens em pequena escala. José Fenoci: casa especial de gêneros alimentícios nacionais e molhados em pequena escala. José Marangon: casa especial de gêneros alimentícios nacionais e molhados em pequena escala. Navarra & Irmão: mercadores de ferragens em pequena escala. Pedro Ossani (São José): mercador de cereais, vendendo outros gêneros e molhados. Olaria. Pedro Rosestolato: taverna. Roque Rotundo: casa de fazendas, armarinho etc. a varejo. Raphael Romanelli: pequena fábrica de massas alimentícias. Viúva Foresti & Filho: casa especial de gêneros alimentícios nacionais e estrangeiros e molhados em pequena escala, a varejo. Victorio Pizzo: casa especial de gêneros alimentícios nacionais e estrangeiros, a varejo, em pequena escala. Emílio Casselato [sic]: concertador de relógios com estabelecimento. Júlio Pazzi: barbeiro com uma só cadeira. Luiz Mazelli: fabricante de bebida em pequena escala. Assina a lista João Alves de Miranda, coletor. A data é 28 de novembro de 1915 (*O MOMENTO*, nov. ? dez. ? 1915, p. 5-6).

Em janeiro de 1916, Sante Freducci inaugurou o Restaurant Itália Brazil de sua propriedade, nas proximidades da Estação Ferroviária, com magníficas comodidades e mobiliário novo e confortável (*O MOMENTO*. Edição nº 32, p. 4. Varginha, 30 jan. 1916). O empreendimento comercial não

obteve sucesso. Pouco mais de um ano após a inauguração, o também denominado Restaurante Freducci foi posto à venda (*O MOMENTO*, 22 mar. 1917, p. 3). O prenome desse italiano é referido nos periódicos locais com as grafias Santo, Santi e Sante.

Em 1917, Germano Zambotti, barbeiro e cabeleireiro, era proprietário do Salão Zambotti, instalado na Rua Direita. Ele fazia massagens no couro cabeludo e fricções elétricas contra caspas (*O MOMENTO*, 11 mar. 1917, p. 3).

Entre 1915 e 1918, o jornal local *O Momento* cita os seguintes estabelecimentos comerciais e profissionais: Emílio Caldonazzo, alfaiate (*O MOMENTO*, 25 jul. 1915; ibidem, 24 jun. 1917, p. 3). A Casa Foresti, de Jacyntho Foresti, comercializava sementes frescas de hortaliças (ibidem, 12 ago. 1917, p. 3).

Capri (1918, p. 06) cita a fábrica de massas alimentícias, de Raphael Romanelli, a fábrica de bebidas, de Laurindo Giovannini e a fábrica de gelo, de José Navarra. Laurindo Giovannini comercializava também o açúcar Pernambuco, importado desse estado e transportado a Varginha pela Estrada de Ferro Central do Brasil (*GAZETA DA VARGINHA*, 18 ago. 1895, p. 3).

Os estabelecimentos comerciais citados eram abastecidos por gêneros procedentes do Rio de Janeiro e de São Paulo, transportados por via férrea pela Rede Sul-Mineira.

Segundo Fonseca; Liberal (1920), o colono italiano substituiu com vantagem enorme, o braço do escravo; o progresso do município e da cidade teria se iniciado com a imigração italiana. Aqui temos claro um exagero dos autores.

Nota-se pela leitura das atas da Câmara Municipal, do Conselho de Intendência e do Conselho Distrital que o processo de evolução de Varginha em todos os setores começou antes de sua emancipação política e foi incrementado imediatamente após, portanto, não poderia ter-se iniciado com a imigração italiana. Os italianos, sem dúvida, muito contribuíram para aprimorar o progresso de Varginha ao fornecer mão de obra para a lavoura, comércio e prestação dos mais variados serviços. Devido ao grande número desses imigrantes, criaram-se as condições propícias à diversidade cultural e à modificação de hábitos e costumes. No decorrer do tempo, esses imigrantes introduziram novas culturas na lavoura, aprimoraram os métodos de produção, estimularam a plantação de maior variedade e consumo de hortaliças e legumes, influenciaram a gastronomia, a arquitetura, o artesanato e as artes.

Os imigrantes italianos iniciaram um processo de miscigenação com a população varginhense, em sua maioria, branca, católica e de descendência predominantemente portuguesa, que acarretou profundas modificações nos hábitos e na cultura locais. Uma prova dessa influência é a publicação do *Álbum da Varginha* (1919), de Rubião. Ele foi publicado, em Varginha, pela Casa Maltese, do italiano Gaspare Maltese que assina o artigo escrito em italiano, intitulado “Ai Mani di Vincenzo Rotundo, soldato della libertà” [Nas mãos de Vincenzo Rotundo, soldado da liberdade] (ibidem, p. 67, vide texto completo no item I Guerra Mundial 1914-1918). A publicação do referido álbum por um italiano e a inserção desse texto em idioma italiano em um álbum de apresentação

e propaganda do município mostra a grande influência desses imigrantes, em Varginha, apenas três décadas após a sua chegada.

3.3 Sociedades italianas em Varginha

3.3.1 Sociedade Italiana de Beneficência 4 de Agosto, 1895

Em 28 de julho de 1895, os italianos residentes em Varginha publicaram na *Gazeta da Varginha* um manifesto escrito em italiano conclamando os cidadãos italianos a fundarem uma sociedade beneficente. Eis a transcrição integral:

[início da transcrição]

MANIFESTO Italiani!

Non vè Città, Borgo e Villa, dove resiedono Italiani, che non si uniscono e si associano.

La Colonia Italiana di Varginha è forte e poderosa; non manca d'elemento sociale e perciò noi Italiani dobbiamo unirsi e affraterllarsi.

Noi qui uniti si potrebbe aintarsi a vicenda in tutti e nostre bisogni, e perciò uniamoci in un sodalizio nominato:

Società Italiana di Beneficenza

Connazionali!

Fra noi deve sparire qualsiasi questione di campanile, qualsiasi idea o scopo politico; - dobbiamo solo coprirci del nostro Vessillo Tricolore onde rimanere Italiani, patriotti, onesti e laboriosi cittadini.

*Per questo, v'invitiamo ad una **grande riunione** che avra luogo il giorno 4 Agosto p. v. alle ore 4 pom. nella casa del signor Domenico Conde (gentilmente concenssa) onde discutere il seguente ordine del giorno:*

- Denominazione del società,*
- Elezione delle cariche amministrative,*
- Comunicazione del comitato provvisorio.*

Varginha, 25 Luglio 1895

Il Comitato Provvisorio

Domenico Conde [Domingos Conde]

Augusto Cecchi

Vincenzo Levitzchi

Fonte: GAZETA DA VARGINHA, 28 jul. 1895, p. 4.

O Manifesto foi publicado sem tradução para o português, mas a edição seguinte da *Gazeta da Varginha* publicou uma nota sobre o assunto: “Sociedade italiana. Deve ter lugar, às 4 horas da tarde, em casa do Sr. Domingos Conde, a reunião dos laboriosos e honestos italianos, para a fundação

de uma – Sociedade de Beneficência. – Desde já agradecemos ao comitê provisório o honroso convite que se dignou a fazer à redação de nossa modesta folha” (*GAZETA DA VARGINHA*. Edição nº 30, p. 4. Varginha, 04 ago. 1895).

Em 11 de agosto de 1895, a Gazeta da Varginha trouxe como manchete da primeira página a notícia da fundação da Sociedade Italiana de Beneficência 4 de Agosto. No dia 04 de agosto, dia da reunião, no frontispício da casa de Domenico [Domingos] Conde tremulavam as bandeiras do Brasil e da Itália. Fundada a Sociedade, foram eleitos membros da Diretoria:

Presidente	Carlos Natali
Vice-Presidente	Cândido Foresti
Conselheiros	Augusto Cecchi Vicente Rodolpho Antonio Bertosi
Tesoureiro	Domenico Conde
Secretário	Vincenzo Levitzchi

Sobre as finalidades da Sociedade Italiana, consta apenas que ela possuía o “humanitário fim de distribuir a caridade” (*GAZETA DA VARGINHA*, 11 ago. 1895, p. 1).

Em 18 de agosto de 1895, a *Gazeta da Varginha* apresentou a coluna *Sezione Italiana* com o artigo *Povera gente!* escrito em italiano por Vincenzo Levitzchi, imigrante italiano, pintor artístico, residente em Varginha (*GAZETA DA VARGINHA*, 18 ago. 1895, p. 2).

3.3.2 Sociedade Italiana Recreativa – Associação Recreativa, Cultural e Artística / Società Italiana Di Beneficenza, 1927

Em 21 de novembro de 1927, foi fundada a *Società Italiana Di Beneficenza* ou Sociedade Italiana Recreativa – Associação Recreativa, Cultural e Artística. As duas denominações constam separadamente do cabeçalho de impressos da instituição datados de 1936 e 1937. Não resta dúvida que se trata da mesma associação, pois os documentos que utilizam esses diferentes tipos de impresso foram assinados pelo presidente Roque Rotundo. A Sociedade possuía um prédio próprio, localizado na Rua Wenceslau Braz, nº 42, centro.

Devido à sua finalidade beneficente, a Sociedade era dispensada do pagamento de impostos municipais, estabelecido no artigo 29 do Código Tributário do Estado. Segundo seu Presidente e Secretário, a Associação era “destinada a fins altruísticos, tendo prestado inúmeros benefícios à coletividade”.

Em 24 de março de 1936, o presidente era Roque Rotundo e o Primeiro-Secretário, Miguel de Luca. Em 22 de dezembro de 1937, a presidência continuava com Roque Rotundo, mas, o Secretário, era José Orlando Fenoci.

Em 26 de dezembro de 1936, a Sociedade Italiana promoveu um baile em sua sede. A arrecadação oriunda da venda dos ingressos foi destinada aos pobres da cidade, por esse motivo, seu presidente solicitou do prefeito municipal Dr.

Jacy de Figueiredo, a isenção do Imposto de Diversão que incidia sobre a venda dos ingressos.

Infelizmente, os poucos documentos da Sociedade Italiana Recreativa sob a atual guarda do Museu Municipal de Varginha contêm apenas essas poucas informações.

3.4 Política: participação italiana na política municipal e no Movimento Separatista Sul-Mineiro de 1892

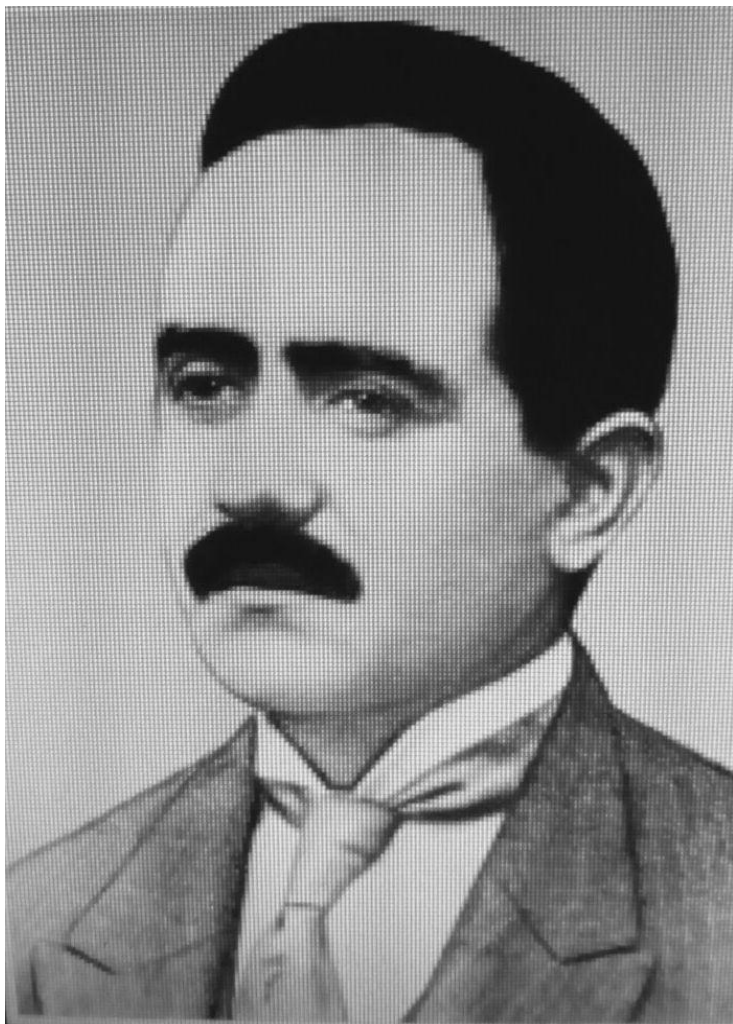
O exercício da política pelos imigrantes italianos, em Varginha, no início do século XX, está relacionado à família Rotundo.

A marcante presença italiana na sociedade varginhense, nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, com expressiva contribuição econômica, social e cultural, fez com que pelo menos um italiano se destacasse na política local: Antonio Rotundo (1878-1965). Em 1910, ele foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Varginha em exercício de Agente Executivo, cargo que exerceu por curto período, mas durante o qual, colocou em hasta pública a arrematação de serviços de infraestrutura básica fundamental ao desenvolvimento da cidade: construção de galerias de esgoto para saneamento público, montagem de um novo abastecimento d'água potável como parte integrante dos esgotos e a grande novidade tecnológica da época: a instalação de luz elétrica para iluminação pública e particular (*JORNAL DO COMMERCIO*, 10 jul. 1910, p. 13; LIVRO DE ACTAS [DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA], 1910-1915, ata de 08 set. 1910).

Rubião (1919, p. 29), afirma que, em 1910, Antonio Rotundo determinou a execução do calçamento da Rua dos Comissários, atual Rua Alves e Silva na região central, nas proximidades da Estação Ferroviária.

Em 1911, Antonio Rotundo foi vereador (*ALMANAK LAEMMERT*, 1911, p. 3236). No período entre 1911 e 1919, ele foi citado no *Almanak* Laemmert como comissário e comprador de café em Varginha. A Rua Presidente Antonio Rotundo no bairro Boa Vista, recebeu essa denominação em sua homenagem.





ANTONIO ROTUNDO (1878-1965)
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Varginha em
exercício de Agente Executivo - 1910

Antonio era irmão de Roque Rotundo (1875-1945), ambos naturais de Sasso di Castalda, comuna da região da Basilicata, província de Potenza, próxima ao Mar Tirreno, no Sul da Itália (ROTUNDO, 2018).

Sobre eles, nos informa o *Álbum de Varginha* nas notas-legendas de suas fotografias:

“Cap. Antonio Rotundo, importante capitalista e chefe da firma Antonio Rotundo & Cia. – compradores de café” (FONSECA; LIBERAL, 1920, p. 71).

“Sr. Roque Rotundo, acreditado comerciante nesta praça e um dos mais respeitáveis membros da colônia italiana aqui domiciliada” (FONSECA; LIBERAL, 1920, p. 71).

Rubião (1919, p. 38 e 55), informa que Antonio Rotundo era chefe de importante firma comercial na praça de Varginha a Antonio Rotundo & Cia., cuja sede estava localizada na Rua dos Comissários, nº 2 [telefone nº. 15, segundo Capri, 1918, p. 24], com filiais no Rio de Janeiro, na Rua dos Beneditinos, nº 1, em Santos, na Rua Santo Antonio, nº 9, e em Juiz de Fora. O estabelecimento comercial possuía diversas máquinas modernas de beneficiar e rebeneficiar café, com classificadores etc, tudo movido à eletricidade. Seu filho de mesmo nome se encontrava no exterior para completar os estudos.

Roque Rotundo era proprietário da Casa Rotundo de fazendas e armarinho, perfumarias finas e artigos para presentes. Conforme era comum à época, o estabelecimento comercial vendia grande variedade de artigos heterogêneos como roupas feitas, chapéus de sol e de cabeça [social], armas de fogo, ferragens, couros e arreios (RUBIÃO, 1919, p. 135).

De 1921 a 1930, Roque Rotundo foi representante consular da Itália em Varginha (ALMANAK LAEMMERT, 1921, vol. IV, p. 4372-G; ibidem, 1930, vol. IV, p. 467).

Pelo menos entre 1936 e 1937, Roque Rotundo foi presidente da *Società Italiana Di Beneficenza* ou Sociedade Italiana Recreativa – Associação Recreativa, Cultural e Artística.

Ilustram o *Álbum da Varginha* (Rubião, 1919) fotografias de vários membros da família Rotundo: Srta. Diva Rotundo (p. 15), Magdalena Rotundo (p. 25), Antonio Rotundo pai (p. 38), Antonio Rotundo filho (p. 38), Roque Rotundo filho (p. 38), Hilda Rotundo (p. 39), Roque Rotundo pai (p. 45), Exma. Sra. D. Leocádia Rotundo (p. 49), Vincenzo Rotundo (p. 66) e Acilla Rotundo (p. 73).

Em Varginha, a família Rotundo destacou-se na política local, na corretagem de café e no comércio.

Na região de Varginha, vários imigrantes italianos participaram do Movimento Separatista Sul-Mineiro de 1892, ocorrido na vizinha cidade de Campanha, movimento que pretendia separar o Sul de Minas do restante do estado para criar o estado de Minas do Sul. O Movimento anticonstitucional fracassou e os italianos, trabalhadores assalariados, foram presos. Na época, o cônsul da Itália recebeu do Chefe de Polícia do estado uma lista com os nomes dos envolvidos referidos na imprensa como “súditos italianos” (SALES, 2018b, p. 81).

Curiosamente, entre 1882 e 1894, os documentos Livro Actas da Camara Municipal da Cidade da Varginha 1883-1889, Livro Actas do Conselho de Intendencia 1890-1892 e Livro das Actas do Conselho Distrital da Cidade da Varginha 1893-1894

(SALES, 2018a) não contêm nenhuma referência à imigração italiana para o município. Os referidos documentos registraram os fatos sociais, econômicos e políticos mais marcantes do período: a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a preocupação dos vereadores e conselheiros com os rumos da economia municipal pós-Abolição.

3.5 I Guerra Mundial 1914-1918

Em 06 de junho de 1915, o jornal *O Momento* havia antecipado a que a situação da guerra na Europa poderia ser causa de aflição aos varginhenses e aos italianos residentes na cidade:

Com a intervenção da Itália no sanguinolento conflito europeu, a nossa situação, antes tão sacrificada, agora mais se agrava e mais deprimente se vai tornando, atenta à sensível paralisação das indústrias fabris, motivada pela falta de braços. Como é do conhecimento público, a colônia italiana é a que mais relevantes serviços empresta à nossa lavoura, à nossa indústria e ao nosso comércio. Chamada agora a defender a integridade da sua pátria, cria para nós uma situação aflitíssima e de sacrifícios irremediáveis (*O MOMENTO*, 06 jun. 1915, p. 2).

O *Álbum da Varginha* (1919), de Luiz José Álvares Rubião, traz em sua página 67 o texto em italiano “Ai Mani di Vincenzo Rotundo, soldato della libertá”, de autoria de Gaspare Maltese, proprietário do estabelecimento gráfico Casa Maltese, de Varginha, responsável pela publicação do referido

álbum. A página anterior (66) apresenta a fotografia de Vincenzo Rotundo, em preto e branco, em um medalhão central com as seguintes notas nas laterais: esquerda: *Ebbe l'anima aperla a tutte le bontá, ardente lo spirito* (Ele tinha a alma aberta a toda a bondade, o espírito ardente); lateral direita: *La carne ebbe pronta al sacrificio* (A carne estava pronta para o sacrifício).

AI MANI DI VINCENZO ROTUNDO
SOLDATO DELLA LIBERTÁ

*Italia! dal petto del figli lontani
Ao patriottico lido
Sull'aura dei memori esigli
S'inalza il nostalgico grido*

Nella primavera fiorente delle energie e degli eroismi latini, quando il vecchio ceppo frondoso si copria di nuove foglie e dava frutti, e il sentimento, che i germani consideravano fiacchezza, si vestia di acciaio e di armi come coscienza illuminata del Diritto e della Dignità dei popoli, anche Egli, il nostro eroe, che l'anima avea mite, si fé soldato. Nel mezzogiorno d'Itália, ove la natura esuberante temprava le fibre e le anime accende agli entusiasmi, le popolazione si erano tramutate in masse apostolanti, ogni nomo sfavillava di luce, il gran fascio ardeva l'immenso, il grande amore per la Patria.

Anche nostro eroe, era arrivata, attraverso gli scritti di parenti e la prosa angosciosa e irata degli amici un'ondata di quell'entusiasmo generoso. Udi in quell'ora la grande voce

degli innumerevoli dolori della razza, e generoso e leale com'era determinó di dare all'Italia quanto gli restava! La vita piena, esuberante!

Altri tiravano l'oroscopo sui fatti di guerra e praticavano il patriottismo delle parole; l'Eroe biondo senza strepiti, modestamente e serenamente, suggellava col sacrificio la coscienza del proprio dovere.

Che vale la vita ove ad ogni ora, ad ogni istante suona intima la voce della coscienza imprecante alla viltà? Che vale?

La trágica domanda degli spiriti coscienti e generosi si ripeteva nell'anima del nostro amico e la risposta immancabile prorompeva, come nell'espressione dei martiri. Chi uguaglia il morir mio? E la morte lo sorprese sulla tolda della nave, soldato della libertà e del diritto, tuonante all nemico che imponeva, la resa: Fate fuoco! Viva l'Italia!

L'oceano che lo ghermi alle mani rapaci del nemico per affermare innanzi alla maestà della storia lo stoicismo della grande anima latina, sicuramente avrà restituito la sua salma ad una delle sponde ove gemono oppressi e le arene, le zolle che lo raccolsero dal mare, gridano ai venti il riprestinarsi immancabile della giustizia, l'alba fatale del diritto e della libertà. Ed ove, biascicherá flebeli concetti di pace, la belva già doma e gli idealisti tentano il nuovo imineo della libertà con la caserna, l'ombra irata, per il martirio e il sangue sparso, griderà: La giustizia é soprattutto espiazione.

Siá onorata e celebrata la sua memoria, e nel martirologio Italiano e Latino sia scritto a caratteri scintillanti questo nome: Vincenzo Rotundo.

E la collettività italiana domiciliata in Varginha, che per il sacrificio di questo eroe è sortita nobilitata, che fu salva per virtù di pochi generosi dal sospetto di ingratitudine verso la Patria, si raccolga attorno alla sua memoria, chè dignità le fu conferita per il suo martirio.

GASPARE MALTESE

[fim da transcrição]

O texto dedicado a Vincenzo Rotundo e a situação de guerra nele descrita estavam muito claros aos varginhenses que viveram no período da I Guerra Mundial, entre 1914 e 1918 e nos primeiros anos seguintes do pós-guerra. Provavelmente, por esse motivo não ocorreu a Rubião, autor do *Álbum* e a Gaspare Maltese, o editor, a necessidade da inserção de um texto complementar de informações para esclarecer quem era o personagem homenageado, o motivo da homenagem e o contexto de circunstâncias em que, depois de fixar residência em Varginha como imigrante, Vincenzo Rotundo viu-se no dever patriótico de voltar à Itália para lutar como soldado da liberdade. Décadas depois, lido fora do contexto histórico e social que motivou sua redação, o texto de homenagem parece obscuro por não conter os elementos circunstanciais que o esclareceriam.

Felizmente, o cotejo com outras fontes primárias de informação do mesmo período e também produzidas em Varginha, permite-nos iluminar as lacunas involuntariamente criadas.

Em julho de 1915, o jornal *O Momento* (1915) publicou a seguinte notícia sobre esse episódio:

Reservistas italianos

Insinuados pelo dever, que a situação desesperadora em que se encontram todas as nações que ora se exterminam mutuamente nas rubras plagas europeias, impõe a seus filhos, bradando pelo seu patriotismo, - seguiram terça-feira passada para a Itália 4 reservistas domiciliados nesta cidade, de entre os quais apenas conhecemos os srs. Vicente [Vincenzo] Rotundo e Adalgiso Elisei.

A Colônia Italiana desta cidade, unida e patriótica como é, promoveu entusiásticos festejos e passeatas pelas principais ruas, acompanhada pela banda musical “Santa Cruz”, a cantar o hino Garibaldino e a dar vivas à Itália e às Nações aliadas.

Segunda-feira, a pedido da Colônia, foi gentilmente oferecido pelo coronel Sebastião de Brito um espetáculo em benefício da Cruz Vermelha Italiana, o qual foi muito concorrido. Usando da palavra por essa ocasião, o nosso companheiro e eloquente orador dr. Walfrido dos Mares Guia, se fez ouvir um belíssimo e sensacional discurso, em saudação aos que iam partir.

No dia seguinte, no momento da partida, na gare da Rede Sul Mineira, foi dada a palavra ao competente advogado dr. Arlindo Carneiro que, cheio de entusiasmo, fez uma saudação aos reservistas italianos que iam defender a Pátria,

dissertando sobre a nefasta ambição que ora corrói o coração do velho mundo.

E assim partiram os bravos patriotas.

Fonte: *O MOMENTO*, 25 jul. 1915, p. 2.

[fim da transcrição]

O eloquente orador Walfrido [Silvino] dos Mares Guia era promotor de Justiça em Varginha.

Em outra página da mesma edição do jornal, Adalgiso Elisei despediu-se dos varginhenses e dos seus patrícios com uma nota:

Despedida. Adalgiso Elisei, não podendo despedir-se pessoalmente de todos os seus amigos, vem por este meio despedir-se, oferecendo os seus préstimos em Camponocequio, Província de Ancora [sic] [Ancona] (Itália) – sua residência provisória (*O MOMENTO*, 25 jul. 1915, p. 3).

Em julho de 1915, os campos das nações europeias já estavam vermelhos com o sangue derramado pelos soldados durante os combates da guerra iniciada no ano anterior. É a esse fato que se refere o trecho: “nações que ora se exterminam mutuamente nas rubras plagas européias”.

No trecho “seguiram terça-feira passada para a Itália 4 reservistas domiciliados nesta cidade, de entre os quais apenas conhecemos os srs. Vicente [Vincenzo] Rotundo e Adalgiso Elisei”: terça-feira passada era o dia 20 de julho de 1915.

3.6 A família Navarra e o Theatro Capitólio, 1927



THEATRO MUNICIPAL CAPITÓLIO, 1927. Foto: José Roberto Sales, 2018

A arquitetura representa não somente a criação do homem para satisfazer suas necessidades individuais ou coletivas. Ela é, também, a expressão da cultura de um povo, de sua época e civilização. As construções arquitetônicas revelam a visão de mundo de uma sociedade, seus desejos, temores, aspirações e concepções estéticas, políticas e religiosas. Por isso, a arquitetura é um tipo de arte relacional que modifica e compõe o ambiente e o meio geográfico, uma arte em contínua interação com o ser humano. A identidade única da criação arquitetônica é resultado da cultura de um povo e do período histórico em que foi produzida. O Theatro Capitólio, em Varginha, é um desses exemplos e sua idealização e construção se deve a uma família de imigrantes italianos instalada na cidade: a família Navarra.

A família Navarra integrou-se rápida e organicamente à sociedade local. Os Navarra logo perceberam o gosto do varginhense pelo espetáculo em suas mais variadas formas de expressão: teatro, cinema, apresentações musicais, bandas de música, coros religiosos, circos, touradas, desfiles cívico-patrióticos, Carnaval (Zé Pereira) e procissões da Semana Santa, fatos registrados e descritos em dezenas de notas e artigos com abundância de detalhes, pelos principais jornais locais do final do século XIX e início do XX: *Gazeta da Varginha* (1893-1897) e *O Momento* (1915-1917).

Em julho de 1915, estreou no Teatro Municipal o Grupo Dramático Recreio Familiar Varginhense – Grupo D. R. F. V., sob a direção do ator Dias Santos e colaboração do encenador Z. Dias Santos, com a apresentação do drama Honra e Dever, em três atos. O grupo contava com dezenas de sócios

coadjutores que colaboravam financeiramente para a sua manutenção, dentre eles, os italianos Luiz Mazelli e os irmãos José e Francisco Navarra (*O MOMENTO*, 11 jul. 1915, p. 2).

Por essa época, a cidade contava com o Teatro Municipal, localizado na Rua Direita esquina com a Rua Wenceslau Braz. Nele funcionavam o Íris Cinema e, ao lado, o Íris Bar com uma fábrica de gelo. Esses estabelecimentos pertenciam à Empresa José Navarra (CAPRI, 1918, p. 12).

O Íris Cinema era considerado uma “luxuosa casa de diversão, primando por exhibir os melhores e mais sensacionais *films* [sic] cinematográficos do mundo” (*O MOMENTO*, 30 maio 1915, p. 3).

A família Navarra decidiu, então, construir um novo teatro com três pavimentos, mais amplo, arejado, com maior quantidade de assentos, palco italiano e instalações modernas e confortáveis. Por essas características, o novo prédio seria capaz de atender às aspirações do varginhense pelo lazer, cultura e artes e proporcionar rendimentos à família construtora em uma época em que as principais distrações ainda eram os saraus literário-musicais familiares. O período entre 1892 e 1914, denominado *Belle Époque* varginhense (SALES, 2003), marcou a cidade com os grandes e espantosos avanços tecnológicos do período: o trem de ferro e a inauguração da luz elétrica nos espaços públicos, nas indústrias e nas residências particulares. Faltava algo equivalente nas artes: um teatro de que o varginhense pudesse se orgulhar. Foi essa aspiração popular que, intuitivamente, a família Navarra captou e transformou em realidade.

O Theatro Municipal Capitólio (ilustração deste capítulo), localizado na Rua Presidente Antonio Carlos, nº 522, centro, foi inaugurado em 12 de outubro de 1927, data escolhida por ser o dia do descobrimento da América. O edifício tombado pelo patrimônio histórico é a principal construção da cidade na área cultural.

O teatro foi idealizado por José Navarra, da família Navarra, proprietária da firma Navarra & Irmãos, localizada na Rua dos Comissários, nº 7 (atual Rua Alves e Silva), telefone nº. 26, bem próxima à Estação Ferroviária. A casa era especializada em artigos para encanamento de água e esgotos, tubos, conexões e chapas de ferro galvanizado, mas comercializava também ferragens para construções, azulejos e ladrilhos, artigos sanitários, aquecedores, banheiros, lavatórios, pias e latrinas, grande variedade de lustres, lampiões, arandelas para gás e luz elétrica, camas de ferro, colchões, cadeiras austríacas, ferramentas para funileiros e carpinteiros e gasômetros para acetileno. A empresa se encarregava de realizar instalações completas de água, luz e esgotos em qualquer localidade, edifícios públicos e casas particulares e mantinha em seu estoque permanente canos de ferro, chumbo e borracha, vigas de ferro, folhas de zinco lisas e onduladas, chapas de ferro e cobre, parafusos, pregos, tintas, óleos, alviades, cimento, vidros para vidraça e outros (RUBIÃO, 1919, p. 130 e 138).

A família era conhecida como os Irmãos Navarra: Domingos, Francisco, José e Nicolino. Seus membros se aculturaram rapidamente aos costumes brasileiros e integraram-se plenamente à sociedade varginhense. Em 1918, José Navarra auxiliava na organização dos bailes de Carnaval

que eram realizados no Theatro Municipal, conforme citado anteriormente (*O MOMENTO*, 03 fev. 1918, p. 2).



Fotografias dos Irmãos Navarra. Sala de espera do Theatro Municipal. De cima para baixo, esq. para dir.: José e Nicolino. Embaixo: esq. para dir.: Francisco e Domingos.

O *Arauto do Sul*, jornal varginhense da época, afirmava que os Irmãos Navarra manifestavam interesse pelo progresso de Varginha e não pouparam energia nem capital monetário para construir um teatro para honrar o nome da cidade. O Sr. Francisco Navarra era sócio da firma construtora do teatro e proprietária do mesmo (*ARAUTO DO SUL*, 14 out. 1926).

A planta inicial era de Frizzoti Agostini. A decoração da fachada e do interior é atribuída a Alexandre Valatti (*FUNDAÇÃO CULTURAL DE VARGINHA. História do Theatro Capitólio*, 2018). A construção ficou a cargo do construtor Antonio M. Pires (*ARAUTO DO SUL*. [Nota de João D'Acqui]. Varginha, 19 ago. 1926).

Os jornais locais e nacionais da época publicaram várias notas sobre a construção do teatro e sua inauguração. Em 19 de agosto de 1926, o articulista João D'Acqui, do periódico *Arauto do Sul*, ressaltou na nota “Impressões. O novo teatro. Um gesto simpático” a importância do trabalho da família Navarra na construção do Theatro Capitólio:

E foi assim compreendendo, que o espírito yankee desses incansáveis propulsores do progresso de Varginha – os Irmãos Navarra – não medindo sacrifícios, dando de ombros às enormes dificuldades que em tais empreendimentos sempre surgem – tomaram a si a ousada iniciativa da construção de um monumental teatro que, para orgulho nosso não encontrará algum que lhe leve vantagens em luxo, conforto e segurança, em toda a vasta zona do Sul de Minas. / É impossível, na vertigem de umas simples notas de jornal, descrever a grandiosidade do projeto, já em meio da execução;

mas, para que não julguem que pecamos pelo exagero, daremos os dados suficientes para justificarem a nossa admiração pela extraordinária capacidade produtiva dos Irmãos Navarra, admiração que mais se avoluma quando o sabemos presas de múltiplas preocupações reclamadas pelas incontáveis ramificações de suas energias, parecendo-nos mesmo, incrível, que Ihes sobrem tempo, coragem e forças para empreendimentos de tamanho vulto. [...] O novo teatro, cuja construção está a cargo do conhecido construtor, Sr. Antonio M. Pires, além de uma ampla platéia, terá uma ordem de elegantes camarotes e outra, de frisas. / Obedecendo rigorosamente às regras de higiene e proporcionando o conforto necessário, haverá acomodação para 1.300 cadeiras, não contando os 400 lugares que se encontrarão em uma galeria à parte. [...] O edifício do teatro, [...] estando a sua construção sob as vistas imediatas dos Irmãos Navarra, que não poupam esforços para dotar Varginha com um teatro à altura de seu desenvolvimento. / Aí está, em largos traços, essa obra gigantesca dos Irmãos Navarra, cujos nomes ficarão para sempre ligados ao dos grandes amigos do progresso deste abençoado torrão. / Dando provas do grande apreço em que tem este pedaço de sua segunda pátria, não trepidaram em despendar, a mancheias, grande parcela de seus vultuosos haveres, assinalando com o majestoso edifício do moderno teatro, a passagem utilíssima e proveitosa de sua existência fecunda em benefícios à coletividade e fértil de melhoramentos à terra que os acolheu como filhos. / Filhos da Itália invicta – fonte exuberante e inesgotável dos encantos das Belas-Artes, - dela herdaram e sentem Ihes correr nas veias,

sempre impetuoso, esse sentimento sublime do Belo – ninguém, pois, melhor que eles poderia erigir um templo mais condigno para receber do povo culto desta terra [...]. / Vamos fechar estas rápidas <impressões> com uma nota profundamente simpática e de cunho muito significativo aos Irmãos Navarra, em homenagem ao povo de Varginha vão, num concurso que será previamente anunciado – confiar-lhe a escolha do nome com que será batizado o novo Teatro (ARAUTO DO SUL. [Nota de João D’Acqui]. Varginha, 19 ago. 1926. Grifo nosso).

No trecho por nós grifado, percebe-se a admiração da imprensa local pela Itália e pela arte lá produzida, portanto, os italianos, inclusive, obviamente, os imigrantes residentes em Varginha seriam dotados de uma natural vocação para o sentimento artístico, para a estética e para o Belo, assim sendo, continua o texto “ninguém, pois, melhor que eles poderia erigir um templo mais condigno para receber do povo culto desta terra”. Esse ‘templo’ é o ‘templo das artes’, o novo teatro em construção que dali em diante seria para sempre o orgulho dos varginhenses.

Na semana seguinte, os Irmãos Navarra convidaram o *Arauto do Sul* a patrocinar um concurso popular para a escolha do nome do teatro ainda em construção. O jornal aprovou a ideia e colaborou para a sua realização imprimindo cupons para serem preenchidos como cédulas de votação. O concurso foi encerrado no dia 26 de setembro de 1926 e qualquer residente em Varginha poderia apresentar a sugestão de nome que melhor lhe parecesse. O jornal considerou

“extremamente simpática e muito significativa a ideia dos Irmãos Navarra” e que “Estamos certos de que a população de Varginha, em peso, votará, correspondendo desta forma aos nobres intuitos dos Irmãos Navarra, que querem com isto, prestar-lhe mais uma homenagem” (*ARAUTO DO SUL*. O novo teatro. Qual deverá ser seu nome? Varginha, 22 ago. 1926).

Ainda segundo o *Arauto do Sul*, em nota de 07 de outubro de 1926 (Dia da Cidade), os “incansáveis” Irmãos Navarra eram pessoas dotadas de “espírito altamente progressista [...] [e] de requinte de nímia gentileza”, por isso, “se lembraram de deixar a apuração dos votos a cargo de pessoas de máxima respeitabilidade”. A população de Varginha, reconhecida, não iria negar seus “aplausos àqueles que como os Irmãos Navarra, não perdem oportunidade de demonstrar entranhado amor à terra que adotaram como sua” (*ARAUTO DO SUL*. Concurso de nome para o novo teatro. A apuração. Varginha, 07 out. 1926).

O Concurso Público para a escolha do nome do Teatro obteve 201 votos. Os votantes sugeriram 45 nomes, a maioria com votação inexpressiva. O nome mais votado e escolhido foi Capitólio com 118 (59%) votos. Os outros mais votados foram Pedro II, com 13 (6,5%) votos, Glória: 9 (4,5%), Íris: 8 (3,9%) e Guarani: 8 (3,9%).

O Quadro 10, abaixo, apresenta a síntese desses dados.

QUADRO 10

CONCURSO PÚBLICO PARA ESCOLHA DO NOME DO THEATRO
CAPITÓLIO, VARGINHA (MG), 1927

NOME	QTDE. VOTOS	% VOTOS
Capitório	118	59,0
Pedro II	13	6,5
Glória	9	4,5
Íris	8	3,9
Guarani	8	3,9
Outros	45	22,2
TOTAL	201	100

Fonte: *Arauto do Sul*, Varginha, 14 out. 1926.

Nota: cálculos do autor e totais arredondados segundo critérios estatísticos.

O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou uma nota sobre a inauguração do Theatro Capitório da qual transcrevemos o primeiro parágrafo:

A Empresa Navarro [sic] & Irmãos, de Varginha, no sul de Minas, inauguraram no dia 12 de outubro, naquela bela e progressiva cidade mineira, o teatro de sua propriedade “O Capitólio”, um dos melhores do Estado, pelo seu luxo e amplidão, magnificamente decorado, com acomodações para mais de mil espectadores (*CORREIO DA MANHÃ*, Rio de Janeiro, 20 out. 1927, p. 8).

A partir da década de 1960, a expansão urbana de Varginha e a especulação imobiliária foram responsáveis pela demolição da maioria dos casarões e sobrados residenciais e comerciais da região central da cidade construídos na segunda metade do século XIX e início do XX. Essa especulação se acentua progressivamente nas décadas seguintes. Na década de 1980, após intensa mobilização popular, dos intelectuais e dos estudantes universitários, o edifício do teatro foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Varginha e, posteriormente, tombado pelo patrimônio histórico o que garante sua preservação permanente.

O Theatro Municipal Capitólio é um símbolo e ícone de Varginha de grande estima e orgulho da população varginhense.

3.7 Famílias e patronímicos italianos

As famílias dos imigrantes italianos e seus descendentes em Varginha são numerosas, conforme pode ser facilmente constatado nos patronímicos maternos e paternos listados a seguir, embora nem todos apresentem a grafia original, pois foram aportuguesados. A lista inclui os

patronímicos da maioria dos residentes em Varginha no período entre 1887 e 2018:

Alberti, Albinati, Alegro, Amorelli, Andere [Anderle], Bacci, Bacoli, Baldansi, Baldonni, Bandoni, Baratti, Barboni, Barbieri, Barolli, Baroni, Batagini, Bartelega, Batiston, Bazzanella, Bello > Belo, Bencivenni, Bentim, Bellato, Belineli, Benetoli, Benetolo, Benevenuto, Bertoldo, Bertolli, Bertozzi > Bertosi, Biaggi, Biaggini, Biancasteli, Bíscaro, Bissoni, Bizzotto, Boareto, Bornelli, Borsato, Bortolazo, Bortolosso, Bottega, Botti, Braidotti Bregalda, Bruziguessi, Bucci, Buzeti, Cainelli, Caldonazzo > Caldonaso, Candelato, Canella, Carli, Carlucci, Casagrande, Caselato > Casselato > Cazelato, Cecchi, Cervo, Ciacci, Cipriani, Cocconi, Comunian, Conde, Conti, Corcetti > Corsetti, Corsinni, Crepaldi, Dalcin [Dal Cin], Dalessandro > D'Alessandro, Damiani, Davanzo > Davancio, Delfraro > Del-fraro, Della Lúcia, De Lucca, Destefani, Di Lorenzo, Di Marco, Domingueti, Elisei / Elizei, Esposito, Fabri, Fávaro, Felicioni, Felicori, Fenoci, Ferrari, Ferroni, Finoti, Fioravanti, Foresti, Fortunato, Freducci, Freschi, Galhardi [Gagliardi], Gallo > Galo, Gambogi, Gazzola, Geovannini, Geraldí, Geraldeli, Giacomussi, Giambelli, Giongo, Gismonti, Gobbi, Grecco / Greco, Grossi, Infantini, Jacomeli, Janini, Lello > Lelo, Lentini, Lorenzoni, Lorenzotti, Maiolini, Maltese, Mambeli, Mangiapelo, Mantovani, Marquezini > Marquesini, Marangon > Marangão, Marcelini, Maritan > Maritam, Maselli > Mazeli, Marotta, Massotti > Massote, Mazzeu, Melliato, Menegucci, Menegueli, Mezzato, Miareli, Mitidieri, Módena, Monterani > Moterani, Montesso [Montessori], Montevechi, Monti, Monticelli, Mori, Mozelli, Navarra, Negretti > Negritti, Neri, Nicoletti, Orsi,

Ossani, Ottoni, Pacceli, Paderiva > Pederiva, Pagliuca, Palmieri, Palmutti, Panini, Paoli, Paoliello, Paruci, Parzianello, Passatuto, Pavoni, Pazzi, Pazzoti, Pegorini, Pegovaro [Pegoraro?], Perazoli, Petito Grande [Petito Grandi], Petrin > Petrim, Pellini, Peloso, Perrotta, Pianeastelli, Pierrotti, Pinelli, Piva, Pizzo, Pressato, Rainato, Reghin > Reguin, Regina, Regispani, Rissi, Rizzo, Romanelli, Romaniello, Rosei, Rosestolato, Rossignolli, Rotundo, Sana > Sani, Sappi [Zappi], Sarto, Scarbosa [Sgarbossa], Scabarossi, Scalioni, Scatolino, Selvatti, Semionato > Simionato, Sepini, Serafim, Serenini, Sigianni, Stabelinni, Stecca, Tavolieri, Tommaso, Totti, Trolezzi > Trolese, Trombini, Vacchelli, Valenzi, Vanoni > Vannoni, Vanzetti, Vazi > Vazzi > Vaze > Vazze, Venturato, Venturini, Vossi, Zacarelli, Zambeli, Zambotti, Zanatelli, Zaneti, Zanin, Zanini, Zanone, Zati > Zatti (RUBIÃO, 1919; FONSECA; LIBERAL, 1920; GUIATEL, 2018).

Encontramos, também, alguns patronímicos que nos despertaram dúvidas pela possibilidade de aportuguesamento ou corruptela: Azalini (Azzolin?), Balbino (Balbinot?), Balandino (Blandino?), Batistão (Battiston?), Bazanelo (Bazzanella?), Cougo (Cogo?), Crespo (Crespi?), Fachina (Facchin?), Garbato (Gorbotto?) e Vallim (Vallini?) etc. Esses patronímicos não foram incluídos na listagem acima.

3.8 Nomes italianos: aportuguesamento

O italiano e o português são línguas românicas ou neolatinas que possuem a mesma origem no Latim Vulgar. Por isso, há grande similaridade entre elas em vários aspectos da grafia e da pronúncia.

Em italiano, as vogais são sempre orais, mesmo quando seguidas de ‘m’ e ‘n’. As consoantes ‘b’, ‘d’, ‘f’, ‘m’, ‘n’, ‘p’, ‘t’ e ‘v’ são pronunciadas da mesma forma que em português. Várias consoantes e dígrafos diferem da pronúncia em português, por exemplo, ‘ch’, ‘gh’, ‘gl’, e ‘gn’ (em português, os três últimos não são dígrafos, mas encontros consonantais). As consoantes duplas como em ‘bello’ e ‘patto’ são pronunciadas de forma distinta como se estivessem separadas por hífen: [b’ɛl-lo], [p’at-to] (MICHAELIS. Dicionário Escolar Italiano, 2018).

Em consequência, as sonoridades que diferem do português causam estranheza no falante nativo desse idioma e isso o leva a reproduzir os sons da forma como conseguiu ouvi-los o que é uma interpretação do que foi ouvido. O falante nativo do português, ao reproduzir o som de algumas palavras em italiano, som que lhe parece estranho, inconscientemente, busca acomodar essa diferença nas referências linguísticas internalizadas do idioma materno. O mesmo vale para a escrita. Esse processo está na origem do aportuguesamento e da corruptela.

A corruptela, na acepção que aqui importa, é a deformação da pronúncia ou escrita de uma palavra distanciada de sua forma original. Ela pode ser causada pela má compreensão auditiva ou rápida visualização dos caracteres gráficos o que provoca distorções na reprodução.

A corruptela é uma forma de aportuguesamento ou sua tentativa e estabelece um novo padrão para a pronúncia e grafia de determinada palavra.

Assim, a corruptela e o aportuguesamento podem ser atribuídos ao processo psicológico de tentar tornar compreensíveis e familiares os sons e escritas desconhecidos ou difíceis de serem reproduzidos pelos falantes de determinado idioma. Esse processo universal ocorre em qualquer outro idioma e está na raiz do aportuguesamento.

Os prenomes e patronímicos das famílias italianas residentes em Varginha foram modificados por aportuguesamento completo (grafia e pronúncia), incompleto (apenas na grafia ou apenas na pronúncia) ou deram origem a corruptelas. São exemplos:

Aportuguesamento completo:

No aportuguesamento completo ocorrem alterações definitivas na grafia e na pronúncia, embora a primeira sílaba possa permanecer inalterada. São exemplos:

Carlucci	→	Carlúcio
Marangon	→	Marangão
Rocco	→	Roque

O patronímico Marangon foi aportuguesado após 1915, pois uma lista de comerciantes de Varginha publicada pela Coletoria Municipal, em 1915, no periódico *O Momento* ainda apresenta a grafia na forma original (*O MOMENTO*. Edição nº. 31, p. 5-6. Varginha, nov. ? dez. ? 1915).

Percebe-se que permanecem elementos fonéticos ou gráficos característicos do idioma original que permitem a sua identificação. O prenome Rocco transformado em Roque é o de Roque Rotundo, forma aportuguesada com que ele assinava

documentos, conforme se constata nas correspondências enviadas por ele como presidente da Sociedade Italiana Recreativa (Cartas de 24 de março de 1936 e 22 de dezembro de 1937, vide Referências Bibliográficas).

Alterações semelhantes ocorreram com os prenomes:

Domenico Conde → Domingos Conde

Vincenzo Rotundo → Vicente Rotundo

Nesses casos, os prenomes foram alterados e patronímicos mantidos na forma original.

A aceitação, a incorporação e o uso da forma aportuguesada do nome próprio de modo espontâneo pelo imigrante são altamente significativas por evidenciarem a assimilação cultural feita por ele exatamente na palavra que revela sua identidade singular de sujeito e de pessoa pertencente à determinada sociedade.

Aportuguesamento incompleto:

No aportuguesamento incompleto, apenas parte da grafia é alterada. A pronúncia é mantida igual ou semelhante à original:

Gagliardi → Galhardi.

Zappi → Sappi ou Sapi.

No patronímico Gagliardi, foi operada a substituição do dígrafo italiano 'gl' pelo dígrafo 'lh' com pronúncia equivalente em Português, no entanto, a vogal 'i' final da última sílaba permaneceu inalterada. O aportuguesamento completo

incluiria, muito provavelmente, a troca da vogal da última sílaba para 'o': Galhardo.

No patronímico Zappi alterado para Sappi ou Sapi ocorreu a troca da consoante inicial de 'Z' para 'S' na grafia e uma pequena alteração no som.

Corruptela:

São exemplos de corruptela os patronímicos:

Anderle	→	Andere
Montessori	→	Montesso
Sgarbossa	→	Scarbosa

O patronímico Anderle sofreu corruptela com a perda da consoante 'l' na última sílaba; não foi aportuguesado porque mesmo com a modificação introduzida na pronúncia e na escrita a palavra continua estranha à Língua Portuguesa. Ao longo do tempo, no entanto, o uso contínuo da palavra, evidentemente, acaba por torná-la familiar aos nativos do idioma português na comunidade onde se verificou essa ocorrência.

O patronímico Montessori teve a última sílaba suprimida para virar Montesso. Ainda assim, facilmente percebemos sua origem italiana.

O patronímico Scarbosa, cuja pronúncia, à época, provavelmente seria Escarboza ou Iscarboza, é uma corruptela de Sgarbossa. A alteração mostra uma tentativa de tornar a palavra mais facilmente pronunciável que, apesar disso, não foi aportuguesada. O aportuguesamento ocorre mais facilmente quando a palavra do outro idioma possui alguma semelhança

ou identidade de grafia ou de pronúncia com outras em Português.

Nesses casos (Andere, Montesso e Scarbosa), a corruptela pode ser compreendida como uma tentativa de aportuguesamento da palavra. Essa tentativa deu origem a palavras que anteriormente não existiam no Português nem no Italiano.

O aportuguesamento e a corruptela são fenômenos linguísticos que revelam as tentativas de assimilação cultural do grupo social nativo majoritário que recebeu o imigrante. Implicitamente, as duas formas evidenciam também que o imigrante foi acolhido na nova sociedade e que essa, por meio do idioma, mostra a ele que foi incorporado à nova sociedade. A partir do nome aportuguesado que o identifica como ser social e individual singular, o imigrante (estranho) passa a ser considerado um de seus membros (nativo; familiar). O aportuguesamento e a corruptela evidenciam, portanto, o sentido de pertencimento e de integração positiva para o imigrante e para a sociedade que o acolheu.

Ainda temos os patronímicos que conseguiram manter a pronúncia original ou quase original, mas nas sucessivas gerações e subdivisões dos troncos familiares, em Varginha, deram origem a duas ou mais variantes de grafia:

Caselato / Casselato / Cazelato

Corcetti / Corsetti

Davanzo / Davancio

Maselli / Mazeli

Petrin / Petrim

Semionato / Simionato

Trolezzi / Trolese

Vazzi / Vazi / Vazze / Vaze

Nesses patronímicos, a alteração da grafia não ocasionou nenhuma alteração na pronúncia ou a alteração ocorrida não é significativa.

Outros patronímicos não aportuguesados conseguiram manter sua pronúncia original, mas sofreram alteração na grafia:

Dal Cin → Dalcin

A aglutinação das duas palavras: ‘Dal’ e ‘Cin’ formou uma nova grafia do patronímico, mas sem aportuguesamento: ‘Dalcin’.

O patronímico composto *Petito Grandi* teve a grafia alterada para *Petito Grande*. Apesar da troca da vogal “i” da última sílaba por “e”, a pronúncia permanece inalterada considerando a fala dos nativos de Varginha e da região.

3.9 A morte e o extraordinário

Em 1894, um fato curioso e extraordinário envolvendo uma imigrante italiana residente em Varginha foi noticiado pela imprensa local. A seguir, a transcrição do texto na íntegra:

[início da transcrição]

Cadáver em perfeito estado

A população d'esta cidade tem sido testemunha de um fato extraordinário, sucedido com o cadáver da italiana Angela Scarbosa, mulher do colono Scarbosa Antonio, residente na fazenda do snr. Major Matheus Tavares, neste município.

Fazem 16 meses que foi inumado o cadáver de Angela, no cemitério desta cidade, e agora querendo o seu marido fazer a trasladação dos ossos, encontrou-a em perfeito estado de conservação, tendo as mãos postas, e as vestes sãs, o que deu motivo para o povo julgar o fato como extraordinário.

Esteve exposto na capela do cemitério o corpo da italiana, sendo visitado por muitas pessoas d'esta cidade.

Fonte: GAZETA DA VARGINHA, 25 nov. 1894, p. 2.

[fim da transcrição]

O major Matheus Tavares da Silva era um dos mais abastados fazendeiros locais e foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Varginha, atual cargo de prefeito, no

período entre 17 de dezembro de 1882 e 14 de janeiro de 1884. Na época, o cemitério ainda era o paroquial, localizado na atual Praça da Fonte, centro (Praça José de Rezende Paiva), até novembro de 1918, quando foi interditado e desativado. O cemitério paroquial tinha a entrada principal pelo então denominado Largo de São Miguel, no local da atual Concha Acústica e sua capela era denominada de São Miguel.

O caso extraordinário de Varginha teve repercussão nacional: o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, reproduziu na primeira página a nota integral da *Gazeta de Varginha*, embora, erroneamente citando “*A Gazeta da Varzinha*, em Pernambuco” (*A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, 02 mar. 1895, p. 1).

Em outubro de 1895, faleceu o artista Pedro Beroni, de nacionalidade italiana, vítima de um acesso pernicioso. Ele foi inumado no cemitério da cidade. “Seus funerais foram caprichosamente feitos pela Colônia Italiana desta cidade” (*GAZETA DA VARGINHA*, 20 out. 1895, p. 3).

3.10 Choque cultural: um estudo de caso

Estranhamento, choque cultural e assimilação cultural (aculturação) são conceitos desenvolvidos no decorrer do século XX, entre 1906 e 1960, o primeiro, pela psiquiatria e psicanálise (Jentsch, 1906 e Freud, 1919) e pela arte e literatura com Chklovsky (1917), os dois últimos, pela antropologia cultural / social (Redfield; Linton; Herskovits, 1936; Oberg, 1960).

Estranho e estranhamento são palavras coloquiais que fazem parte de nosso repertório linguístico cotidiano. Ambas são utilizadas quando nos referimos a coisas ou comportamentos que não conseguimos compreender e, por isso, possuem o destabilizador poder simultâneo do susto e da fascinação. A etimologia da palavra ‘estranho’ é a mesma da de ‘extra’. Extra significa de fora; não pertencente a uma família (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1292). O estranho é exatamente isso, aquele que é de fora, aquele que não pertence, que não compartilha dos mesmos hábitos de um determinado grupo social. O sujeito que não compartilha é estranho em relação a esse grupo. Ninguém é estranho em relação a si mesmo, mas sempre em relação a um grupo social. A xenofobia, o horror ao estrangeiro, é a expressão máxima do estranhamento. Em psicanálise, diríamos que a xenofobia pode ser uma resposta possível – uma atuação, de um sentimento não elaborado pelo sujeito de estranhamento. Em russo, outra tradução possível para estranhamento é ‘eliminação’ o que nos remete à possibilidade de um desfecho trágico para situações que envolvam xenofobia.

A psiquiatria, a psicanálise, a arte e a literatura, e a antropologia cultural estudaram o estranho e o sentimento de estranheza a partir dos seus próprios objetos de estudo. Devido a isso, chegaram a conceitos e explicações diferentes (embora complementares) do sentimento de estranheza que um sujeito pode ter nas mais variadas situações da vida diária.

A antropologia cultural considera o homem como ser produtor de cultura e membro integrante de grupos organizados.

Na literatura, a ideia e o conceito de estranho / estranhamento foi bastante explorada. O formalista russo Viktor Chklovsky em seu texto “A arte como procedimento” ou “A arte como processo” (1917) estabeleceu o conceito de *ostranenie* [остранение = estranhamento]. O *ostranenie* é um processo de singularização, particularização e individualização de determinado objeto, cena ou pessoa o que leva à ruptura da compreensão banalizada que se tem da coisa (CHKLOVSKY, 1971). No Brasil, Clarice Lispector foi a escritora que melhor trabalhou o conceito de estranhamento em sua obra e que nela se tornou elemento fundamental da composição literária. Diz ela, em sua dedicatória a possíveis leitores de “A paixão segundo G. H.”: “Aqueles [pessoas] que sabem que a aproximação, do que quer que seja, se faz gradualmente e penosamente – atravessando inclusive o oposto daquilo que se vai aproximar” (LISPECTOR, 2009). A obra de Clarice Lispector rompe a linearidade do discurso e, com isso, causa a sensação do estranhamento no leitor que é levado a ver as coisas de fora com um olhar de não pertencimento como se as visse com o deslumbramento da primeira vez.

A psicanálise considera a relação do sujeito consigo mesmo no ato de processar o registro do imaginário a partir de sua relação com o outro. Independentemente da cultura ou do grupo social específico ao qual pertença, o sujeito está sempre atravessado pelo inconsciente e pelo imaginário. Essa afirmativa não pressupõe uma desconsideração da cultura, apenas leva em conta que, embora o inconsciente comporte também os elementos da cultura, ele vai além dela no sentido de ultrapassá-la.

Antes de Freud, o psiquiatra alemão Ernst Anton Jentsch (1906), no ensaio *Zur Psychologie des Unheimlichen* [Sobre a psicologia do estranho], introduziu o termo ‘estranho’ nos estudos da psiquiatria. No ensaio, ele destacava que a tentativa de definição da essência do estranho levaria a uma explicação conceitual de pouco valor, pois uma mesma situação factual não exerce necessariamente um efeito estranho em todos, assim, as pessoas variam muito na sua sensibilidade ao que é capaz de provocar estranhamento e na sua reação a ele. Segundo Jentsch, o fator essencial na origem do sentimento de estranheza é a incerteza intelectual. Ao deparar-se com algo que lhe parece estranho, o sujeito não sabe como abordá-lo ou compreendê-lo. A melhor forma de nos aproximarmos da essência do estranho não é perguntar o que ele é, mas investigar como opera a excitação afetiva do estranho em termos psicológicos para determinado sujeito e como as condições psíquicas devem ser constituídas para que surja a percepção do ‘estranho’. Jentsch estabeleceu a correlação: novo / estrangeiro / hostil em oposição a velho / conhecido / familiar.

Na década seguinte, a partir da leitura da obra inicial de Jentsch, Freud (1919) analisa em seu estudo O ‘Estranho’ [*Das unheimliche*, no original em alemão] a questão do estranhamento relacionada à estética em seu sentido mais ampliado possível, compreendida não somente como a teoria da beleza, mas também como a teoria das qualidades do sentir.

No título, ao adicionar o artigo definido ‘o’ (*Das*) antes da palavra ‘estranho’ (*unheimliche*, em que ‘un’ é um prefixo antonímico), Freud a transforma de adjetivo em substantivo e é sob esse ponto de vista que desenvolve seu ensaio. Sobre essa ambiguidade, não por acaso, o título do estudo traz a palavra ‘estranho’ entre aspas, ou seja, trata-se de um estranho que não é tão estranho assim, um aparentemente paradoxal ‘estranho-familiar’.

Em português, as traduções do *unheimliche* podem ser ‘inquietante estranheza’ ou ‘estranhamente familiar’. Literalmente, *unheimliche* é estranho e *unheimlich*, assustador. O conceito de Freud se refere a impressões, fatos ou situações que embora não misteriosos, são estranhamente familiares o que provoca confusão, angústia e estranhamento. As situações de referência são aquelas que geram mal-estar, angústia, ansiedade ou, em grau extremo, terror.

No referido ensaio, Freud analisa o mal-estar originado de uma ruptura na tranquilizadora racionalidade da vida diária.

Sem dúvida, o ‘estranho’ relaciona-se com o que é assustador, com o que provoca medo e horror. De modo geral, como a palavra não é claramente definível, seu significado

tende a coincidir com as coisas ou situações que nos despertam o medo.

Em alemão, as palavras *unheimlich* e *einheimisch* definem, respectivamente, o ‘estranho’ e o ‘nativo’. Em português, estranho é o que é esquisito, que se caracteriza pelo caráter extraordinário; excêntrico; que é de fora ou estrangeiro; que causa espanto ou admiração pela novidade; desconhecido, novo; que, de alguma forma, foge aos padrões de uso, aos costumes estipulados pela sociedade; que não se conhece ou reconhece; que desperta sensação incômoda de estranheza; que não faz parte de, que não pode ser identificado ou relacionado com; que se esquia, que foge ao convívio; misterioso, enigmático ou que levanta suspeitas. A etimologia é do latim *extranĕus*, a, um ‘que é de fora’ (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1261).

Por consequência, estranhamento é ato, processo ou efeito de estranhar; admiração, espanto, pasmo diante de algo que não se conhece ou não se espera; estranheza; sentimento de certa aversão a alguém ou algo que não se conhece; repulsa (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1261). Acrescento também o nojo, aversão extrema, como uma reação possível ao estranhamento. Um exemplo de fácil compreensão é suficiente: a maioria dos brasileiros reage com nojo ao saber que faz parte da cultura de alguns países orientais as pessoas se alimentarem de larvas de insetos, ovos podres, partes de répteis, cobras, escorpiões e cães. Os requintados *escargots* da culinária francesa provocam a mesma reação. A aversão despertada é de tal ordem que para sentir o nojo não é necessário presenciar ou ver a cena da degustação, basta

apenas imaginá-la. Em certas situações e para alguns histéricos, o nojo, segundo a psicanálise, pode ser a negação extrema de desejos inconscientes de natureza sexual receptiva, daí a ligação do nojo com o cuspir e com o vômito.

Para Freud a definição do ‘estranho’ exige uma operação que vai além da equação ‘estranho’ = ‘não familiar’ como a proposta por Jentsch, julgada por ele superficial por não levar em conta a ambiguidade que a palavra possui em alemão; ambiguidade pelo fato da mesma palavra ter a possibilidade de comportar em si o seu sentido oposto. Em português, não existe uma palavra equivalente a *unheimlich*. As línguas italiana e portuguesa parecem contentar-se com palavras que Freud considerava como circunlocuções, ou seja, subterfúgios ou evasivas. Em alemão, no entanto, existe pelo menos um matiz de significado em que a palavra *heimlich* exhibe que é idêntico ao seu oposto *unheimlich*.

O objetivo de Freud com o estudo O ‘estranho’ não foi abordar a questão do ponto de vista antropológico ou cultural, mas aprofundar-se nos temas da psicanálise como castração, narcisismo, ansiedade, compulsão à repetição, impulsos instintuais, onipotência do pensamento etc., temas que, obviamente, escapam ao propósito deste trabalho. Por isso, são suficientes para o nosso propósito as conceituações apresentadas.

Jentsch e Freud realizaram análise aprofundada do estranho do ponto de vista do psiquismo. Embora alguns aspectos antropológicos tenham sido apresentados em seus respectivos ensaios, eles são tangenciais e absolutamente secundários. As análises de ambos, no entanto, contribuíram,

no mínimo, para inspirar as pesquisas antropológicas posteriores.

Assim, de forma complementar ou com outro enfoque, os antropólogos se apropriaram do conceito de ‘o estranho’ para aplicá-lo na interpretação de fatos relativos ao seu objeto de estudo.

A sensação de estranhamento pode levar a um choque cultural. O conceito de choque cultural foi desenvolvido pelo antropólogo canadense Kalervo Oberg (1960) no trabalho *Culture shock: adjustment to new cultural environments* [Choque cultural: adaptação a novos ambientes culturais]. Segundo o antropólogo, esse choque seria o resultado do esforço e da ansiedade provocados no sujeito pelo contato com uma nova cultura o que comumente leva aos sentimentos de perda, confusão e impotência. Para exemplificar a situação, ele utiliza uma figura de linguagem, uma metáfora bastante comum aos anglo-saxões e brasileiros: a do peixe fora d’água. Afirma ele:

Culture shock is precipitated by the anxiety that results from losing all our familiar signs and symbols of social intercourse. These signs or cues include the thousand and one ways in which we orient ourselves to the situations of daily life (...) Now when an individual enters a strange culture, all or most of these familiar cues are removed. He or she is like a fish out of water (OBERG, 1960, p. 177).

Choque cultural se refere à experiência de estranhamento causada em determinado sujeito quando ele se depara com situações, comportamentos, valores morais e

éticos diferentes da sociedade e da cultura de origem. É necessário um esforço do sujeito para acomodar as novas experiências em seu repertório comportamental.

O estudo de caso apresentado a seguir pretende realizar uma análise interdisciplinar do estranhamento vivenciado pela imigrante italiana Vittoria Cervo Foresti ao se deparar com a miscigenada formação populacional em Varginha, onde ela se estabeleceu com a família, em 1920. Em carta enviada aos familiares na Itália, pouco depois de sua chegada, ela descreve a maneira como foi recebida. Vale a pena transcrever o trecho abaixo, pois a voz original e vívida dessa testemunha é insubstituível:

Chegamos em Varginha na noite do 1.º dia de quaresma, precisamente no dia 18 de fevereiro [de 1920]. Como fomos recebidos? E quem o pode descrever? Cerca de mil pessoas na estação; logo que o trem parou, a banda da cidade recebeu-nos com alegria, enquanto outras pessoas soltavam fogos de artifício. Fomos acompanhados pela música até a casa, enquanto atrás de nós se formou um longo cortejo [...]. As árvores defronte à casa estavam enfeitadas. Em suma, foi um verdadeiro espetáculo. Depois de alguns minutos sucedeu-se uma calma geral, e então começaram a falar umas cinco pessoas. O primeiro discurso foi feito por uma senhorita amiga da casa, a qual oferecendo-me um belo maço de flores em nome de suas companheiras, deu-me saudações e os votos de felicidades de toda Varginha. Os outros dois discursos, também em português, foram feitos pelas autoridades brasileiras, pelo Prefeito e pelo Médico (FORESTI. Museu Municipal de Varginha. Não consta autoria da

transcrição no documento pesquisado; o Museu não dispõe de cópia do original em italiano).

A quantidade de gente na estação, a banda de música, os fogos de artifício, as árvores enfeitadas, a alegria dos gestos, vozes e oferecimento de flores, enfim, o “verdadeiro espetáculo” do afeto expresso em cores, cheiros e sons, constituem manifestações universais de acolhida facilmente compreensíveis que prescindem da linguagem verbal. O estranhamento inicial descrito na carta surge de modo sutil no trecho “Os outros dois discursos, também em português, foram feitos pelas autoridades brasileiras, pelo Prefeito e pelo Médico”. Haveria uma remota expectativa dela em ser recepcionada com discurso em italiano? Desconhecemos os motivos que trouxeram a família Foresti a Varginha, mas essa expectativa poderia ser compreendida como uma negação inicial de estar em terra estrangeira. O discurso em português imediatamente remeteu Vittoria à primeira e mais evidente constatação: Estou em terra estrangeira!

A carta dessa imigrante também revela o momento histórico de transição social e econômica pelo qual passava o Brasil, o estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, Varginha. Foi no Brasil que Vittoria Foresti teve contato pela primeira vez com um negro. Na carta, percebemos seus sentimentos contraditórios em relação aos negros:

De tudo, o que mais me impressionou foram os negros. Se vocês vissem em quantos eles são! [...] Eles se vestem quase sempre de branco, têm os cabelos curtos e lanosos, a

pele é completamente preta, e somente sobre a palma da mão e embaixo do pé é um pouco mais clara; têm os olhos belíssimos, mas a sua pele tem um mau odor e é, na verdade, muito brilhante [...] temos um mulato [para serviços gerais] rapagão muito bonito e é o mais forte da cidade (FORESTI. Museu Municipal de Varginha. Não consta autoria da transcrição no documento pesquisado; o Museu não dispõe de cópia do original em italiano).

Vittoria mostra sua perplexidade ao constatar a numerosa quantidade de negros na sociedade local. O impacto foi profundo e seus sentimentos, contraditórios. A contradição é expressa claramente no binômio que conjuga atração x repulsa > nojo:

Atração: olhos belíssimos; rapagão muito bonito e forte.

Repulsa > nojo: sua pele tem um mau odor.

Segundo a psicanálise, atração e repulsa, longe de constituírem pólos absolutamente opostos e irreconciliáveis, são sentimentos que podem ser compreendidos de acordo com o paradigma *unheimlich* (estranho) e *einheimisch* (nativo) no qual *einheimisch* é uma palavra cujo significado se desenvolve na direção da ambivalência, até que finalmente coincide com o seu oposto, *unheimlich*. Assim, de um modo ou de outro, o ‘estranho’ é uma subespécie de ‘nativo’ (FREUD, 1919, p. 283).

O adjetivo “brilhante” utilizado para fazer referência à pele do negro é descritivo e não valorativo, portanto, não é possível saber se essa característica despertava atração ou

repulsa na missivista. É certo que o brilho da pele negra causou-lhe surpresa.

Há um fascínio pelos olhos belíssimos. A beleza do corpo masculino chamou a atenção de Vittoria e nos mostra que ao observar aquele corpo específico (o do mulato para os serviços gerais), ela fez uma comparação com outros corpos masculinos observados: o rapagão muito bonito é também “o mais forte da cidade”.

Essa reação nos mostra que Vittoria, inicialmente, se sentia desorientada no seu novo ambiente social e cultural. Nesse ponto, lembramos novamente Jentsch (1906): “a falta de orientação está ligada à impressão da estranheza de uma coisa”. A psicanálise nos diz que nesse estranho fala uma verdade, há uma espécie de revelação. O sentimento de estranheza precisa ser escutado.

Embora Freud tenha rechaçado o conceito de Jentsch por considerá-lo superficial, uma vez que não leva em conta a ambiguidade da palavra *unheimlich* em alemão, o conceito ainda se mostra útil para a compreensão de parte relevante da dinâmica envolvida na complexa adaptação de um sujeito a outra cultura, no caso específico, a uma cultura cuja sociedade possuía formação populacional composta por etnias bastante diferentes da de origem.

Em nossa análise, podemos considerar a questão da ambiguidade proposta por Freud verificando as situações em que o estranhamento ocorreu, os sujeitos envolvidos e as acepções da palavra ‘estranho’ em nosso idioma. Uma delas, conforme vimos, é “o que é de fora ou o que é estrangeiro”. Ora, na situação de choque cultural descrita, quem é o sujeito

estrangeiro? Vittoria Foresti? O negro? Um mestiço seria nativo e estranho ao mesmo tempo? Da mesma forma, cabem as perguntas: quem é o nativo? Ele é nativo de qual cultura?

O choque cultural descrito foi analisado sob a ótica de apenas um dos personagens envolvidos, aquele que pôde falar e escrever sobre o seu sentimento de estranheza. Esse fato não deslegitima a análise, apenas mostra que ela é parcial e, assim, contém uma parte da verdade, mas não a Verdade. Ser capaz de escrever sobre o próprio sentimento de estranheza é uma forma extraordinária e catártica de tentar lidar com ele, de pô-lo até certo ponto sobre controle, de torná-lo, portanto, nativo ou familiar. O ‘estranho’ pode ser dominado pela domesticação da palavra, da elaboração da experiência e dos significados, da atribuição de sentidos capazes de apaziguar a angústia. Ao escrever sobre o seu estranhamento, Vittoria passa a elaborar essa experiência e, com isso, pode se tornar um peixe dentro d’água. A cultura que a recebeu é um oceano em que ela precisa mergulhar para encontrar novos sentidos para sua existência.

Na mesma carta, Vittoria Foresti fala sobre o trabalho dos negros para ressaltar que quase todos serviam em casas senhoriais. A família dela tinha uma negra para as tarefas domésticas, passar e engomar roupas e um mulato para fazer compras em lojas e serviços gerais. Ela não retratou apenas a situação da própria casa e se referiu ao negro de modo geral, o negro das “casas senhoriais”. Esse trecho nos impõe a lembrança de Casa-Grande & Senzala (1933/2008), obra em que Gilberto Freyre analisa a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.

Outros capítulos deste livro mostram a posterior assimilação cultural ou aculturação pela qual os imigrantes italianos (e de outras nacionalidades) passaram, o que permitiu a sua completa integração à sociedade local ao mesmo tempo em que essa assimilava influências dos imigrados.

O conceito de assimilação cultural foi estabelecido pelo *Social Science Research Council*, no *Memorandum for the Study of Acculturation* (1936) como “o conjunto de fenômenos que resultam do contato direto e contínuo entre grupos de indivíduos de culturas diferentes, com mudanças subsequentes nos modelos originais de um ou dos dois grupos” (REDFIELD; LINTON; HERSKOVITS, 1936, p. 149). O texto mostra a possibilidade da influência recíproca das duas culturas e a do movimento de uma em direção a outra, fato claramente observado em relação à imigração italiana em Varginha.

O estudo ora apresentado é uma análise de caso. Embora seja muito provável que imigrantes de várias procedências em Varginha tenham igualmente passado por um processo de adaptação que, usualmente, vai do choque cultural à aculturação, é prudente não generalizar a partir desse único exemplo.

3.11 Homenagem de Varginha aos imigrantes italianos: denominações de logradouros públicos, centros de assistência à saúde e espaços culturais

Mais de uma centena de logradouros públicos de Varginha (134 ruas, 7 avenidas, 3 praças e 7 bairros) possuem denominações de patronímicos ou topônimos italianos em homenagem à contribuição deles para a história local (vide Apêndice). Patronímicos (bairros): Jardim Andere [Anderle], Jardim Corcetti (I e II), Bairro Industrial Reinaldo Foresti e Distrito Industrial Miguel de Lucca. Topônimos: Rua Itália (Canaã), Jardim Itália (bairro), Rua Monte Cassino (Vila Floresta), Rua Monte Castelo (centro) e Vila Monte Castelo (bairro).

As seguintes unidades municipais de assistência à saúde tiveram as denominações de patronímicos e descendentes de italianos: Unidade de Atenção Primária à Saúde – Unidade de Saúde da Família – UAPS/USF Corcetti e Unidade de Atenção Primária à Saúde – UAPS Dr. José Conde (Canaã).

O Museu Municipal Oneyda Alvarenga recebeu essa denominação em homenagem a essa descendente de italianos cujo nome completo é Oneyda Paoliello Alvarenga. Ela trabalhou com Mário de Andrade, publicou o livro *Música Popular Brasileira* (1947) e teve seu trabalho reconhecido internacionalmente por Melville Herskovits e Roger Bastide.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade empreendedora dos italianos e o seu movimento de ascensão social contribuíram para a formação da classe média varginhense. A imigração italiana colaborou para a diversidade dos serviços e das atividades comerciais e para o enriquecimento econômico e cultural do município.

Ao relacionar a história da imigração italiana em Varginha com a miscigenação, com a Abolição da Escravatura, com a população negra e com outros fatos sociais ocorridos na cidade, pretendo demonstrar que não é possível estudar a imigração isolando esse fato do amplo contexto histórico, social e cultural em que se insere como se ele pudesse constituir uma variável completamente independente. Os imigrantes italianos, assim como os das demais nacionalidades que chegaram ao Brasil e a Varginha rapidamente se integraram às comunidades locais. A população brasileira, de modo geral, é receptiva e calorosa. Com isso, ao contrário de outros países, no Brasil, os imigrantes, via de regra, não se isolam e nem criam guetos. Ao longo do tempo, embora possam preservar elementos de sua cultura original, principalmente o idioma, a culinária e as práticas religiosas, prevalece uma tendência à diluição dessa influência geração após geração, que, no entanto, preserva sempre vestígios dos elementos culturais de origem que, mormente, podem ser facilmente identificados. Esses elementos culturais de origem são rearranjados em novas e ricas combinações em contato com a cultura local, ela própria um amálgama de tantas outras

e adquirem, aqui, a coloração especial que nos permite identificá-los também como parte da cultura brasileira. Dito dessa forma, parece um tanto abstrato, mas um simples exemplo e de fácil compreensão dessa mistura cultural é elucidativo: uma pizza de banana ou a pizza Romeu e Julieta com goiabada e queijo. É nesse contexto de assimilação cultural dupla que a imigração italiana em Varginha pode ser compreendida.

No Brasil, tem-se uma miscigenação biológica, genética, talvez a mais comentada, analisada e compreendida, e a miscigenação cultural, uma mistura de influências culturais das mais variadas procedências e nacionalidades e que constitui a nossa riqueza. Uma riqueza por tanto tempo ignorada pelos intelectuais e por grande parte da população do século XIX e do início do século XX. Uma crítica a esse preconceito firmado naquela época deve levar em conta o contexto social que possibilitou a criação desse tipo de comportamento. O olhar de agora é um outro olhar e uma análise daquele período com o nosso olhar de hoje será sempre equivocada, por desconsiderar a trama dos fatos que se quer analisar e a complexa rede de inter-relação entre eles.

É sob a ótica de assimilação cultural dupla que a imigração italiana em Varginha pode ser compreendida. Dependendo da vertente conceitual adotada pelo sociólogo ou pelo historiador, o conceito de assimilação cultural pode ser interpretado pelo viés negativo, mas o lado positivo pode ser compreendido quando consideramo-la como uma via de mão dupla. Assim, não é somente o italiano imigrante que vai assimilar a cultura hegemônica encontrada; os nativos da

cultura local também assimilam elementos da cultura italiana (ou de outros imigrantes) e, com isso, abre-se a possibilidade da adoção de um novo comportamento ou da criação de práticas ou de hábitos que não existem na cultura de origem e não existiam na cultura brasileira. Esse aspecto da assimilação cultural é extraordinário do ponto de vista de nossa humanidade pelo significado simbólico que mostra: somos todos humanos e estamos sujeitos, o tempo todo, a influências recíprocas e inevitáveis e que podem ser desejáveis do ponto de vista da diversidade que amplia sempre o horizonte do humano.

O campo da História fornece uma narrativa coerente da imigração italiana amparada em fatos e documentos. A Sociologia, a Psicanálise e a Antropologia Cultural constituem campos de saberes que, relacionados à História, podem contribuir para a construção de interpretações enriquecedoras da compreensão do que é ser um imigrante, um sujeito entre dois mundos ou entre vários mundos, um sujeito em busca de um lugar no mundo real, mas que também se vê às voltas com a inevitável tarefa psíquica de reorganizar seu próprio mundo interno e de reencontrar sua identidade em meio às novas referências culturais que para ele representam o desconhecido. O deslocamento geográfico do imigrante é apenas o início de uma complexa, penosa e longa elaboração psíquica que afeta a estrutura da linguagem internalizada, seus símbolos e sua relação com o semelhante. Nesse ponto, a Psicanálise teria muito a dizer sobre o registro do imaginário caracterizado pela preponderância da relação com a imagem

do outro e do processo a partir do qual são estabelecidas as relações interpessoais e sociais.

A história da imigração italiana que teve início em Varginha, no fim do século XIX, continua a se desdobrar, a se transformar e a produzir seus frutos no presente. Com isso, fortalece ainda mais os alicerces para a sua continuação no futuro. Cada vez mais, a história italiana em Varginha, miscigenada com as histórias de todas as outras etnias e culturas, é a história de todos nós, a cultura de um povo que não pode ser separada da multiplicidade de sentidos que a originou e, dessa forma, alimenta, cria e recria continuamente os meios de sua permanência e transformação.

A história da imigração italiana em Varginha é uma parte da história do Mundo. Os documentos falam. É preciso ter alguém capaz de escutá-los. Caso contrário, permanecerão para sempre nos arquivos, adormecidos na penumbra e na poeira do esquecimento. Os mortos terão sua morte definitiva somente se não houver alguém capaz de recuperar vestígios, restaurar segredos de mosaicos e iluminar lacunas para contar histórias que não são apenas as de suas vidas em fenecidas singularidades, mas as de todos nós em nossa Humanidade expandida pelos séculos das gerações passadas, presentes e vindouras.

APÊNDICE 1

QUADRO 11

LOGRADOUROS PÚBLICOS EM VARGINHA (MG) COM DENOMINAÇÕES DE IMIGRANTES ITALIANOS, NATURALIZADOS E DESCENDENTES, 2018

TIPO DE LOGRADOURO	DENOMINAÇÃO	BAIRRO
Rua	Abrahão Caineli	Vargem
Rua	Adão Fortunato	Parque Rinaldo
Rua	Afonso Monticelli	Vila Floresta
Rua	Afonso Domingueti	Vila Monte Castelo
Avenida	Alberico Petrin	Primavera
Rua	Alberto Baldoni	Bela Vista
Rua	Alexandre Lopes Zamboti	São Sebastião
Praça	Alexandre Mambelli	Centenário
Avenida	Alzira Barra Gazzola	Aeroporto
Rua	Amadeo Peloso	Ipiranga
Rua	Amélia de Biagi Bueno	Jardim Ribeiro
Rua	Angelo Corcetti	Princesa do Sul
Rua	Antonio Bregalda	Vargem
Rua	Antonio Massoti Filho	Boa Vista
Rua	Antonio Meneguelli	Belo Horizonte
Rua	Antonio Miguel Andere [Anderle]	Centro

Rua	Antonio Mitidieri	Canaã
Rua	Antonio Resende Conde	Corcetti
Rua	Armando Bastos Gismonti	Parque Rinaldo
Rua	Arhur Mori de Mesquita	Sagrado Coração
Rua	Arthur Salviolo Lima	Bom Pastor
Rua	Atílio Gazola	Cruzeiro do Sul
Rua	Augusto Foresti	Sion
Rua	Baena Vinhas Maselli	Sagrado Coração
Avenida	Benjamim Elisei	Montserrat / Rinaldo
Rua	Bepe Alegro	Jd. dos Pássaros.
Rua	Caetano Pagliuca	Jd. das Oliveiras
Rua	Carlos Jaime Maiolini	Princesa do Sul
Rua	Cecília Geraldelli Zanatelli	San Marino
Avenida	Celina Ferreira Ottoni	Centenário / Sion / Rezende / Santana
Rua	Cezar Comunian	São Geraldo
Rua	Daniel Cainelli	Vila Maristela
Rua	Delfraro Anselmo	Campos Elíseos
Avenida	Domingos Conde	São Sebastião

Rua	Domingos Moterani	São Geraldo
Rua	Domingos Navarra	San Marino
Rua	Domingos Navarra Sobrinho	Montserrat
Rua	Domingos Sappi	Vila Registânea
Rua	Dona Maria Peloso	Santa Maria
Rua	Doutor José Bísaro	Centro / N. Senhora Aparecida
Rua	Doutor José Delfraro	Novo Tempo
Rua	Doutor Paulo Rainato Pereira	Alta Villa
Rua	Emílio D’Martin	Sagrado Coração
Rua	Estevam Bísaro	Sion
Rua	Eufêmia Foresti	Nova Varginha
Rua	Filipi Mitidieri Amorim	N. Sra. das Graças
Rua	Foresti	Parque Ileana
Rua	Francisco Lentini	Centenário
Avenida	Francisco Navarra	Centro
Rua	Genis Rossignoli Rocha	Damasco
Rua	Geraldo Pressato	São Francisco
Rua	Geraldo Zanatelli	Sagrado Coração
Rua	Guido Gazzola	Vila Verde

Rua	Guilherme Francisco Zanatelli	Santa Luiza
Rua	Gumercindo Corcetti	Jardim Corcetti
Rua	Heitor Foresti	Jardim Ribeiro
Rua	Henrique Maritan	São Francisco
Rua	Honório Benedito Ottoni	Bela Vista
Rua	Humberto Pizzo	Canaã
Rua	Hylío Foresti	Vila Martins
Rua	Izaura Conceição Mambeli	Bela Vista
Rua	Jacinto Foresti	Centro
Rua	Jacinto Zanatelli	Jardim Corcetti
Rua	Jaime Venturato	São Geraldo
Rua	Jerônimo Trombini	Centenário
Rua	João Corcetti	Montserrat
Rua	João Domingheti	Santa Maria
Rua	João Ossani	Cruzeiro do Sul
Rua	João Paruci	Campos Elíseos / Jardim Europa
Rua	Jonas Bísvaro	Imperador
Rua	José Augusto Sigiani	Vila Maristela
Rua	José Bísvaro	Centro / N. Senhora Aparecida
Rua	José Olnem Marcelini	Santa Terezinha
Rua	José Ricardo Passatuto	Sete de Outubro

Rua	José Trolezi	Sion
Rua	José Trombini	Damasco
Rua	Josefina Vanoni Trombini	Jardim Áurea
Rua	Josina de Freitas Maritan	Santa Maria
Rua	Júlio Paulo Marcelini	Vila Paiva
Rua	Laércio Silveira Massote	Boa Vista
Rua	Leonello Caldonazzo	Centenário
Rua	Leonilda Bregalda D'Martin	Sagrado Coração
Rua	Leonildo Benciveni	Rezende
Rua	Lione Claudino Zati	Sagrado Coração
Rua	Luiz Adell Lello	Riviera do Lago
Rua	Luiz Bregalda	Jardim Europa
Rua	Luiz Mangiapelo	Centenário
Rua	Luiz Mazeli	Centro
Rua	Luiz Pederiva	Boa Vista
Rua	Luiz Sérgio Sepini	Urupês
Rua	Marcus Vinícius Bandoni	Imperial
Rua	Maria Bortolosso Batistão	São Joaquim
Rua	Maria Francisca Caldonazo	Parque Retiro
Rua	Maria Medeiros Paruci	Jardim Europa
Rua	Mário Sappi	Vargem
Rua	Miguel De Lucca	Jardim Zinoca
Rua	Murilo Foresti	Jardim Ribeiro
Rua	Natal Pazzoti	Centenário

Rua	Natale Pressato	Belo Horizonte
Rua	Nelo Felicioni	Sagrado Coração
Rua	Neuza Mambeli Dominguito	Imperial
Rua	Nilton Papale	Centenário
Praça	Nícola Lentini	Vila Flamengo
Rua	Nicolino Navarra	Damasco
Rua	Noel Conti de Carvalho	Santa Terezinha
Rua	Odair Serafim Júnior	Sagrado Coração
Rua	Olga Stabelini	Santa Maria
Rua	Oneyda Paoliello Alvarenga	Minas Gerais
Rua	Orlando Fenoci	Parque Ileana
Rua	Oswaldo Augusto Sigiani	Jardim das Acácias
Rua	Paulo Pazzoti	Parque Rinaldo
Rua	Pedro Alegro	Carvalhos
Rua	Pedro Fávaro	Centenário
Rua	Presidente Antonio Rotundo	Boa Vista
Rua	Primo Trombini	Centenário
Rua	Prof ^a . Ariadna Balbino Gambogi	Rio Verde
Rua	Prof ^a . Eni Antonia Grossi	Boa Vista
Rua	Prof ^a . Nelma Baroni	São Sebastião

Rua	Rafael Romanielo	Barcelona
Rua	Renato Fioravanti	Rezende
Rua	Ricardo Caldonazzo de Almeida	Sion
Rua	Ricardo Henrique Stecca	Imperador
Rua	Romeu Rossignoli	Belo Horizonte
Praça	Roque Rotundo	Centro
Rua	Rosa Bartelega	Vila D. Josefina
Rua	Rosa Miareli Delfraro	Montserrat
Rua	Rosângela Santos Stecca	Imperial
Rua	Santa Bello Zanatelli	Princesa do Sul
Rua	Santa Marinho Monterani	Rio Verde
Rua	Santo Meneguci	Centenário
Rua	Santo Bello	São Francisco
Rua	Sebastião Rossignoli	Santa Maria
Avenida	Sérgio de Biagi Bueno	Bounganville
Rua	Silvano Galo	Imperial
Rua	Sílvio Vazi	Vila Isabel
Rua	Terezinha Caineli Ferrari	São Lucas
Rua	Venerável Ludovico Pavoni	Campos Elíseos
Rua	Vicente Grecco	São Sebastião
Rua	Virgínia Maritan	Vale dos Ipês
Rua	Vitório Bertoli	São Lucas
Rua	Vitório Simionato	Vila Registânea

Fontes: GUIATEL, 2018; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 2018.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A FEDERAÇÃO. Edição nº. 53, p. 1. Porto Alegre, 02 mar. 1895.

A IMMIGRAÇÃO – Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº. 7, p. 1. Rio de Janeiro, nov. 1884.

A IMMIGRAÇÃO – Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº 8, p. 2. Rio de Janeiro, jan. 1885.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº 11, p. 15. Rio de Janeiro, maio e jun. 1885.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº. 13, p. 1. Rio de Janeiro, set. 1885.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº 15, p. 8. Rio de Janeiro, nov. 1885.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº. 16, p. 2. Rio de Janeiro, dez. 1885.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº 19, p. 12. Rio de Janeiro, mar. e abr. 1886.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração.
Boletim nº. 38, p. 7. Rio de Janeiro, out. 1887.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração. Boletim nº. 49, p. 8. Rio de Janeiro, out. 1888.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração. Boletim nº. 52, p. 3. Rio de Janeiro, 15 jan. 1889.

A IMMIGRAÇÃO. Órgão da Sociedade Central de Imigração. Boletim nº. 56, p. 5. Rio de Janeiro, abr. 1889.

ALMANACH SUL-MINEIRO para 1884. Organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino da Veiga. Campanha : Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

ALMANAK LAEMMERT. Anuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1911-1912. Rio de Janeiro : *Almanak Laemmert*, 1911.

ALMANAK LAEMMERT PARA 1914. Anuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1914. 2º volume. Estados. Estado de Minas Geraes. Varginha, p. 3426. Rio de Janeiro : *Almanak Laemmert*, 1914.

ALMANAK LAEMMERT. Anuario Commercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921-1922. 4º vol. Estados do Sul, p. 4372-G.

ALMANAK LAEMMERT. Anuario Commercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil Edição para 1930, vol. IV, p. 467.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Disponível em: <mg.gov.br/serviço/consulta-documentacao-de-imigrantes>
Acesso em: 10 maio 2018.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Como pesquisar sobre imigrantes? Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/xoopsfaq/index.php?cat_id=4>.

ARAUTO DO SUL. Edição nº. 158. O novo teatro. Qual deverá ser seu nome? Varginha, 22 ago. 1926.

ARAUTO DO SUL. Edição nº. 171. Concurso de nome para o novo teatro. A apuração. Varginha, 07 out. 1926

ARAUTO DO SUL. Edição nº. 173. Varginha, 14 out. 1926.

ARAUTO DO SUL. [Nota de João D’Acqui]. Varginha, 19 ago. 1926.

ÁVILA, Affonso. *Varginha: formação e evolução*. Revista da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, v. 13, n. 7/8, p. 2-18, jul/ago 1983.

CAPRI, Roberto. **Minas Geraes**. Varginha. São Paulo : Pocaí & C., 1918.

CHKLOVSKY, Viktor. *A arte como procedimento*, p. 39-56. In: Teoria da literatura: formalistas russos. Dionísio de Oliveira Toledo (organizador). Boris Schnaiderman (prefácio). Porto Alegre, Editora Globo, 1971.

CORREIO DA MANHÃ. Edição nº. 10051, p. 8. A inauguração do Theatro Capitólio em Varginha. Rio de Janeiro, 20 out. 1927.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808. Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Collecção das Leis do Brazil de 1808, p. 166. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

DECRETO MINEIRO Nº 612, de 06 de março de 1893, promulga o regulamento para a introdução de imigrantes no estado de Minas Gerais.

DECRETO MINEIRO Nº. 626, de 31 de maio de 1893, aprova, de conformidade com o artigo 33 do Decreto nº. 612 de 6 de março de 1893, a divisão provisória do Estado em distrito [sic] para fiscalização do recebimento e colocação de imigrantes. In: Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1893, p. 354-355. Ouro Preto : Imprensa Official de Minas Geraes, 1894.

DECRETO MINEIRO Nº. 806, de 22 de janeiro de 1895, reduz a quatro os distritos de recebimento e colocação de imigrantes. *In*: Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes 1895, p. 96-97. Ouro Preto : Imprensa Official de Minas Geraes, 1895.

DECRETO MINEIRO Nº. 1037, de 19 de maio de 1897, estabelece as instruções para o serviço da agência fiscal de imigração de Minas Gerais no Rio de Janeiro.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1ª edição. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001. 2925 p.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO. *In*: A *Imigração*. Orgão da Sociedade Central de Imigração. Boletins nº. 1 a 4, p. 1-2. Rio de Janeiro, dez. 1883 a ago. 1884. FONSECA, Sylvestre; LIBERAL, João. (1920). **Álbum de Varginha**. São Paulo : Pocai & C., 1920.

FORESTI, Vittoria Cervo (imigrante italiana). Carta aos familiares na Itália. Varginha, 19 fev. 1920. Dossiê Itália Mia! Presença italiana na vida brasileira, 2002. Acervo do Museu Municipal de Varginha. Nota: original em italiano; sem citação do tradutor.

FREUD, Sigmund. **O 'Estranho'**. Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas da Sigmund Freud. Volume XVII (1917-1919), p. 271-314. Rio de Janeiro : Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. Das Unheimliche. In: Studienausgabe, Bd. IV: Psychologische Schriften. Frankfurt/M.: Fischer 19707 (1925), 241-274].

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo : Global, 2008. 727p.

GAZETA DA VARGINHA, Edição nº. 5, p. 1. Varginha, 29 jan. 1893.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 38, p. 1-2. Varginha, 08 out. 1893.

GAZETA DA VARGINHA, Edição nº. 67, p. 4. Varginha, 08 abr. 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº, 78. p. 1. Varginha, 20 maio 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 85, p. 2. Varginha, 15 jul. 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 86, p. 4. Varginha, 22 jul. 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 96, p. 2. Varginha, 07 out. 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 99, p. 8. Varginha, 28 out. 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 101, p. 2. Varginha, 11 nov. 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 102, p. 2. Varginha, 25 nov. 1894.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 1, p. 1. Varginha, 06 jan. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 2, p. 1. Varginha, 13 jan. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 5, p. 1 e 3. Varginha, 03 fev. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 10, p. 4. Varginha, 10 mar. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 13, p. 2. Varginha, 31 mar. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 14, p. 2. Varginha, 07 abr. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 18, p. 3. Varginha, 12 maio 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 24, p. 2. Varginha, 23 jun. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 25, p. 2. Varginha, 30 jun. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 26, p. 2. Varginha, 07 jul. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 27, p. 4. Varginha, 14 jul. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 29, p. 4. Varginha, 28 jul. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 30, p. 4. Varginha, 04 ago. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 31, p. 1. Varginha, 11 ago. 1895. Sociedade Italiana de Beneficência 4 de Agosto.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 35, p. 2. Varginha, 26 set. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 36, p. 2. Varginha, 20 out. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 36, p. 3. Varginha, 20 out. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 44, p. 2. Varginha, 25 dez. 1895.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº 15, p. 4. Varginha, primeiro jun. 1896.

GAZETA DA VARGINHA. Edição nº. 30, p. 4. Varginha, 27 dez. 1896.

GUIATEL. Lista Telefônica da Região de Varginha. Edição 16 G27. Assinantes Varginha, p. 23-38. Endereços Varginha, p. 75-114. Belo Horizonte : Guiatel Editores de Guias Telefônicos, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1985). Coleção Monografias Municipais – Nova Série, n.º 260. Minas Gerais, região Sudeste. Varginha.

_____(1959). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Planejamento e orientação de Jurandyr Pires Ferreira. Rio de Janeiro : Oficinas do serviço gráfico do IBGE.

JENTSCH, Ernst. *On the psychology of the uncanny*. Tradução de Roy Sellars do ensaio em alemão *Zur Psychologie des Unheimlichen* publicado originalmente em duas partes no periódico *Psychiatrisch-Neurologische Wochenschrift* 8.22 (25 ago. 1906): 195-98 e 8.23 (primeiro set. 1906): 203-05. Disponível em: <art3idea.psu.edu/lócus/Jentsch_uncanny.pdf> Acesso em: 08 jun. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº 315 (1), p. 4. Rio de Janeiro, 12 nov. 1883.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº. 281, p. 3. Rio de Janeiro, 08 out. 1884.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº. 103, p. 3. Rio de Janeiro, 17 abr. 1885.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº 197 (1), p. 2. Rio de Janeiro, 17 jul. 1886.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº. 168 (1), p. 2. Rio de Janeiro, 18 jun. 1889.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº. 3, p. 4. Rio de Janeiro, 03 jan. 1890.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº. 13, p. 2. Rio de Janeiro, 13 jan. 1890.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº. 79, p. 4. Rio de Janeiro, 20 mar. 1890.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº 144 (1), p. 3. Rio de Janeiro, 23 maio 1890.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº 25 (1), p. 1. Rio de Janeiro, 25 jan. 1896.

JORNAL DO COMMERCIO. Edição nº. 191, p. 13. Rio de Janeiro, 10 jul. 1910. Edital de Concorrência Pública da Câmara Municipal de Varginha.

LEFORT, José do Patrocínio. **Varginha**: monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1.º de junho de 1950. São Paulo : Gráfica São José, 1950.

LEI ESTADUAL nº 2754, de 18 de dezembro de 1880. Concede a José Jorge da Silva Penna ou à empresa que ele organizar, a subvenção de 5:000\$000 anuais, pelo prazo de cinco anos, para a navegação a vapor do Rio Grande.

LEI MINEIRA Nº. 20, de 26 de novembro de 1891. Contém a reforma eleitoral. Collecção das leis confeccionada pelo Congresso em sua primeira reunião em 1891. Ouro Preto : Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1895.

LEI MINEIRA Nº. 32, DE 18 DE JUNHO DE 1892. Autoriza o Presidente do Estado a promover imigração de trabalhadores, mediante a concessão de diversos favores.

LEI MINEIRA Nº. 150, DE 20 DE JULHO DE 1896. Autoriza o Governo, por conta do crédito do artigo 6º da Lei nº 32, de 18 de julho de 1892, a estabelecer seis “Núcleos Coloniais” à margem das Estradas de Ferro, nos pontos julgados mais convenientes a juízo do Governo e contém outras disposições.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G. H.**: romance. Rio de Janeiro : Rocco, 2009. 179p.

LIVRO ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DA VARGINHA 1883-1889. Acervo da Fundação Cultural do Município de Varginha.

LIVRO ACTAS DO CONSELHO DE INTENDENCIA 1890-1892. Acervo da Fundação Cultural do Município de Varginha.

LIVRO DAS ACTAS DO CONSELHO DISTRITAL DA CIDADE DA VARGINHA 1893-1894. Acervo da Fundação Cultural do Município de Varginha.

LIVRO DE ACTAS [DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA] 1910-1915. Ata de 08 de setembro de 1910.

MADDOX, Richard Leach. *An experiment with Gelatine-Bromide*. British Journal of Photography. 08 set. 1871, p. 422-423.

MICHAELIS. Dicionário Escolar Italiano. Transcrição fonética do italiano. O alfabeto italiano. Símbolos fonéticos. Disponível em: <michaelis.uol.com.br> Acesso em: 25 maio 2018.

MINAS GERAES. Organ Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº 195, p. 8. Ouro Preto, 21 jul. 1893.

MINAS GERAES. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº. 223, p. 8. Ouro Preto, 19 ago. 1893.

MINAS GERAES. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº. 231, p. 6. Ouro Preto, 27 ago. 1893.

MINAS GERAES. Orgão Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº. 204, p. 3. Ouro Preto, 31 jul. 1894.

MINAS GERAES. Orgão Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº. 71, p. 1. Ouro Preto, 15 mar. 1898.

MINAS GERAES. Orgão Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº. 253, p. 1. Ouro Preto, 30 out. 1898.

MINAS GERAES. Orgam Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº 262 (1), p. 7. Ouro Preto, 29 set. 1895.

MINAS GERAES. Orgão Oficial dos Poderes do Estado. Edição nº. 133, p. 1. Ouro Preto, 21 maio 1897.

MONTESSO JÚNIOR, José Agnaldo. Entrevista a José Roberto Sales. Informações sobre a família Montesso / Montessori de Varginha. Varginha, 14 maio 2018

OBERG, Kalervo. *Culture shock: adjustment to new cultural environments*. Practical Anthropology 7: 177-182. 1960.

OLIVEIRA, Januário Cândido de. Discurso pronunciado na sessão da Diretoria de 11 de dezembro de 1884. In: *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração*. Boletim nº 8, p. 2. Rio de Janeiro, jan. 1885.

O MOMENTO. Edição nº 5, p. 3. Varginha, 30 maio 1915.

O MOMENTO. Edição nº. 6, p. 2. Varginha, 06 jun. 1915.

O MOMENTO. Edição nº. 13, p. 2. Varginha, 25 jul. 1915.

O MOMENTO. Edição nº. 13, p. 1. Varginha, 25 jul. 1915.

O MOMENTO. Edição nº. 31, p. 5-6. Varginha, nov. ? dez. ? 1915.

O MOMENTO. Edição nº 40, p. 4. Varginha, 30 jan. 1916.

O MOMENTO. Edição nº. 96, p. 3. Varginha, 11 mar. 1917.

O MOMENTO. Edição nº. 98, p. 3. Varginha, 22 mar. 1917.

O MOMENTO. Edição nº 112, p. 3. Varginha, 24 jun. 1917.

O MOMENTO. Edição nº. 119, p. 3. Varginha, 12 ago. 1917.

O MOMENTO. Edição nº. 143, p. 2. Varginha, 03 fev. 1918.

ROTUNDO, Márcia Almeida. Sobrinha-neta de Antonio Rotundo (10/03/1878 – 22/11/1965). Entrevista a José Roberto Sales. Varginha, 10 maio 2018.

RECENSEAMENTO DE 1920. Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920. 4º Censo geral da população e 1º

da agricultura e das indústrias. Vol. 4. 1ª parte. População do Brasil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro : Typographia da Estatística, 1926.

REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph; HERSKOVITS, Melville J. *Memorandum for the study of acculturation*. Social Science Research Council. American Anthropologist. January-March, 1936, p. 149-152.

RELATÓRIO DE 1899. Relatório da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais de 1899. Documento fac-similar disponível no endereço eletrônico: <www.crl.edu/info/brazil/mina.html>. Provincial Reports: Minas Gerais. Brazilian Digitalization Project Homepage. List by Province. Acesso em: <maio 2003>.

RUBIÃO, Luiz José Álvares. **Álbum da Varginha**. Varginha : Casa Maltese, 1919.

SALES, José Roberto. **Espírito Santo da Varginha (MG) 1763-1920**. Varginha : J. R. Sales, 2003.

Breve história de Varginha (MG)
1763-1922. Varginha : J. R. Sales, 2007.

Atas da Câmara Municipal de Varginha (MG) no Brasil Império 1882-1889. Varginha : J. R. Sales, 2018a. 442p.

Movimento Separatista Sul-Mineiro de 1892 : fatos, versões e imaginário político. Varginha : Edição do autor, 2018b. 197p.

SANTANNA CIDADANIA ITALIANA. Banco de sobrenomes – Cidadania italiana. Sobrenomes italianos. Disponível em: <www.santanacidadania.com.br/banco-de-nomes/> Acesso em: 22 abr. 2018.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, nº. 53, p. 117-149, mar. / maio, 2002.

SOCIEDADE ITALIANA RECREATIVA. Carta do presidente Roque Rotundo para o prefeito municipal de Varginha José Augusto de Paiva. Varginha, 24 mar. 1936. 1 folha. Impresso datilografado. Assinaturas: Roque Rotundo (presidente) e Miguel de Luca (1º Secretário). Acervo Museu Municipal de Varginha.

SOCIEDADE ITALIANA RECREATIVA. Carta do presidente Roque Rotundo para o prefeito municipal de Varginha Dr. Jacy de Figueiredo. Varginha, 14º dez. 1936. 1 folha. Impresso datilografado. Assinatura: Milton Motta (sem especificação de cargo ou função). Acervo Museu Municipal de Varginha.

SOCIEDADE ITALIANA RECREATIVA. Carta do presidente Roque Rotundo para o prefeito municipal de Varginha Dr. Manoel Rodrigues. Varginha, 22 dez. 1937. 1 folha. Impresso

datilografado. Assinaturas: Roque Rotundo (presidente) e José Orlando Fenoci (Secretário). Acervo Museu Municipal de Varginha.

THE SHIPS LIST. La Veloce Navigazione Italiana a Vapore. Disponível em:
<theshipslist.com/ships/lines/lavelocenav.shtml> Acesso em:
14 ago. 2018.

VIANNA DE PAULA, Homero. *Inspeção sanitária Varginha 1927*. Datilografado, ilustrado com fotografias e mapas, páginas não numeradas. Varginha, 1927.

ESTE LIVRO FOI IMPRESSO NAS OFICINAS DA GRÁFICA EDITORA SUL MINEIRA, LOCALIZADA NA RUA TIRADENTES, Nº 395, CENTRO, EM VARGINHA, MINAS GERAIS, EM PAPEL MIOLO OFFSET 90 MILIGRAMAS, TENDO SIDO FINALIZADO EM SETEMBRO DE 2018.



SUMMARY
ITALIAN IMMIGRATION IN VARGINHA
(BRAZIL, MG) 1887-1927

This study presents some economic, social and cultural aspects of Italian immigration in the municipality of Varginha, State of Minas Gerais (Brazil), between 1887 and 1927. To do this, were consulted primary sources of information produced by the municipal public authority (City Council 1882-1889 and 1910-1915, Council of Intendence 1890-1892 and District Council 1893-1894), local newspapers, mainly Gazeta da Varginha (Varginha Gazette) (1893-1897) and O Momento (The Moment) (1915-1917), municipal propaganda albums (1918-1920) and private correspondence of Italian immigrants (1920). The Italian immigration in Varginha is related to the broad context of the Brazilian population formation characterized by the miscegenation and the political, social and economic framework of the time, mainly, to the Abolition of Slavery. The interpretation of the facts seeks to build an interdisciplinary and multifaceted narrative that combines history, psychiatry, psychoanalysis and linguistics.



SOMMARIO

IMMIGRAZIONE ITALIANA A VARGINHA
(BRASILE, MG) 1887-1927

Questo studio presenta alcuni aspetti economici, sociali e culturali dell'immigrazione italiana nel comune di Varginha, nello stato di Minas Gerais, tra il 1887 e il 1927. Per eseguirlo sono state cercate le fonti primarie di informazione: verbali del Consiglio comunale (1882-1889; 1910-1915), Consiglio della Intendenza (1890-1892) e Consiglio distrettuale (1893-1894), corrispondenza privata di immigrati italiani (1920), album di propaganda comunale (1918-1920) e periodici di grande influenza in comunità nel periodo come Gazeta da Varginha (1893-1897) e O Momento (1915-1917). L'immigrazione italiana a Varginha è legata all'ampio contesto della formazione della popolazione brasiliana caratterizzata da un incrocio di razze e del quadro politico, sociale ed economico del tempo, in particolare per l'abolizione della schiavitù. L'interpretazione dei fatti cerca di costruire una narrativa interdisciplinare e sfaccettata che combini storia, psichiatria, psicoanalisi e linguistica.

ISBN 978-85-60604-21-0



GRÁFICA EDITORA SUL MINEIRA
(35) 3221.3284 - 3214.3863